

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Comunidade de Cachoeira Grande:
De operários fabris a agricultores familiares assentados**

Cláudia dos Santos Espindola

2004



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**COMUNIDADE DE CACHOEIRA GRANDE:
DE OPERÁRIOS FABRIS A AGRICULTORES
FAMILIARES ASSENTADOS**

CLÁUDIA DOS SANTOS ESPINDOLA

Sob a Orientação do Professor
Luiz Flavio de Carvalho Costa

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **mestre em Ciências**, no
Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

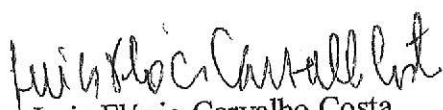
Rio de Janeiro, RJ
Julho de 2004


UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E

CLAUDIA DOS SANTOS ESPÍNDOLA

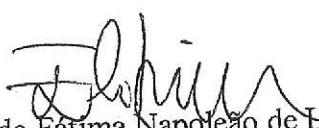
Dissertação de mestrado submetida ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 7/7/2004


Luiz Flávio Carvalho Costa
Orientador


Clarice Ehlers Peixoto (UERJ)


Rita Maria de Souza Couto (PUC)


Eli de Fátima Napoleão de Lima

À memória do meu pai.

LISTA DE SIGLAS

AF - América Fabril

AOAF - Associação dos Operários da América Fabril

APPCG - Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande

ARPEC - Pesquisa Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada:
Uma Análise das Dimensões Econômica, Social, Histórica e Ambiental

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERGRANDE - Cooperativa Mista de Trabalho e Serviço de Cachoeira
Grande

COPEG - Companhia Progresso do Estado da Guanabara

CPDA - Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

DT-CAF - Departamento de Trabalho da Companhia América Fabril

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IMBEL - Indústria de Material Bélico do Exército

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERJ - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro

MST - Movimento dos Sem Terra

ONG - Organização Não-Governamental

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PG - Pau Grande

PNSO - Parque Nacional da Serra dos Orgãos

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários, também referida em documentos como Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Estado do Rio de Janeiro ou como Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos.

SEOP - Serviço de Organização Popular

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ÍNDICE DE FIGURAS

fig. 1	Entrada do Assentamento Rural Fazenda Cachoeira Grande. 2001	1
fig. 2	Mapa do estado do Rio de Janeiro, Município de Magé. 2001	2
fig. 3	Município de Magé-RJ. 1995	4
fig. 4	Ficha modelo de entrevista. 2002	7
fig. 5	Limites e altimetria do Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande. ITERJ, s. d.	20
fig. 6	Calçadão, centro de Piabetá, Magé-RJ. 2001	21
graf. 1	Faixas etárias da população do Assentamento. PROCERA 1996-7, ARPEC. 2001	22
fig. 7	Lote, Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande. Magé-RJ. 2001	23
graf. 2	Faixas etárias dos responsáveis pelos lotes do Assentamento. ARPEC. 2001	24
graf. 3	Gênero dos responsáveis por lotes. ARPEC. 2001	25
fig. 8	Escola Municipal Marcílio Dias. Cachoeira Grande, Magé-RJ. ARPEC. 2001	25
figs. 9, 10, 11 e 12	Cachoeiras. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	26
figs. 13, 14 e 15	Lavouras. Assentamento Estadual de Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2001	27
fig. 16	Produtos anunciados. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2001	29
fig. 17	Vila Miséria, Cachoeira Grande, Magé-RJ, ARPEC. 2000	30
figs. 18 e 19	Sede da APPCG. Magé-RJ, C. E. 2002 e ARPEC, 2000	31
figs. 20, 21, 22 e 23	APPCG. Evento. Magé-RJ. 2003	32
fig. 24	Assentamento da Vala Preta. Pau Grande. Magé-RJ, ARPEC 2000	34
graf. 4	Taxa de urbanização em Magé (1950-2000). ARPEC - IBGE	39
fig. 25	Estrada da Cachoeira. Magé-RJ. 2002	42
fig. 26	Srs. Julio e Joana Muniz. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	51
fig. 26a	Crianças e Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	53
fig. 27	Sr. Janice Duarte. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	54
fig. 28	Sr. Bráulio Rodrigues, Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	56
fig. 29	Deocacil, Presidente da APPCG, Cachoeira Grande, Magé-RJ 2002	57

fig. 30	Rose e seus filhos, Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	58
fig. 31	Ruínas, Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	62
fig. 32	Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	62
fig. 33	Chaminé. Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	63
figs. 34 e 35	Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	64
figs 36 e 37	Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	64
figs. 38, 39 e 40	Galpão de Alvejamento. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002	64
fig. 41	Fábrica de Pau Grande. Arq. AF. 1911	70
fig. 42	Folheto América Fabril, Arq. AF. 1922	76
fig. 43	Garrincha, Pau Grande, Magé, RJ. Anos 1950	78
fig. 44	Moradias, Pau Grande, 1921, Arq. AF	79
fig. 45	Moradias, 1921, Arquivo AF	80
fig. 46	Cartão de trabalhador, 1918, Arq. AF	86
fig. 47	Cartão de trabalhador, 1918, Arq. AF	86
fig. 48	Associação dos Funcionários da América Fabril, Arq. AF, 1921	87
fig. 49	Farmácia da Fábrica de Pau Grande, Arq. AF, 1921	90
fig. 50	Estrada de Ferro Pau-Grande-Cachoeira Grande, Arq. AF. 1922	94
fig. 51	Convocação assembléia posseiros de Cachoeira Grande. ARPEC, s.d.	97
fig. 52	Cartilha SEAF. ARPEC. 1994	113

RESUMO

Esta dissertação discute a construção da identidade coletiva da comunidade de agricultores familiares do Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande, em Magé, no Estado do Rio de Janeiro. O referido grupo social, reunido pela Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande, APPCG, tem suas origens na atividade industrial, na Fábrica de Tecidos de Pau Grande, uma unidade de produção da Cia. América Fabril S.A.

Interessou, nesta pesquisa, compreender a seleção de memória que a comunidade elegeu para compor sua identidade atual, que transita entre o trabalho industrial e o agrícola, entre os estilos de vida urbano e rural, assim como entre os regimes funcionais patronal, anterior, na fábrica, e o autônomo e associativo atual, no assentamento.

Palavras-chaves

Memória, identidade, Magé, Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande - APPCG, agricultura familiar, Fábrica de Tecidos de Pau Grande, Cia. América Fabril.

ABSTRACT

The community of Cachoeira Grande: From industrial workers to peasants

This dissertation intends to comment the way how the peasant community of Cachoeira Grande Settlement construct its identity. The referred social group has a particular characteristic: they are originated at the industrial activity, at the Pau Grande, a tissue factory, a unity of production of América Fabril Co.

The Interest of this research is understanding which memory the community chose to compose it's identity nowadays. Between the industry and the agriculture, between urban and country life styles, as between two models of occupation: the employment, at the industry, and the associative with autonomy and self-government, which the atctivity of this group of familiar agricultors this days ask for.

Key-words :

Memory, social identity, Magé, Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande - APPCG, family farming, Pau Grande Tissue Factory, América Fabril Co.

SUMÁRIO

Introdução		1
Capítulo I -	Procedimentos metodológicos e referencial teórico	7
	1.1. Procedimentos	7
	1.2. Memória e identidade como categorias operatórias na pesquisa	9
Capítulo 2 -	O presente vivido	17
	2.1. Características físicas do Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande	18
	2.2. A população do Assentamento	21
	2.3. A APPCG, Associação dos Pequenos Produtores De Cachoeira Grande	30
	2.4. Magé e Cachoeira Grande	35
	2.5. O grupo da APPCG	46
	2.6. Os entrevistados	50
	2.7. Materialização da problemática identificada na pesquisa: as ruínas do Galpão de Alvejamento	62
Capítulo 3 -	O passado narrado	73
	3.1. Moradias em formato de vila opeária	80
	3.2. Os cartões do trabalhador	84

3.3.	A Associação de Operários da América Fabril: uma criação do DT-CAF	87
3.4.	O Armazém da Fábrica	92
3.5.	O anos rebeldes (1971-1986)	95
Capítulo 4 -	Considerações finais	103
	Referências bibliográficas	116
Anexo I -	Estatuto da APPCG	122
Anexo II -	Cronologia	128

INTRODUÇÃO

A região de Cachoeira Grande é para mim uma lembrança de infância, uma imagem de lugar em um lugar do tempo, que ressurgiu como memória.

Em fins da década de 1950, meu pai era um jovem médico que procurou trabalhar em um lugar onde houvesse carência de serviços de saúde. Quando criança e nos dias de folga na escola, eu ia “trabalhar” com ele no Posto Estadual de Saúde em Piabetá, próximo a Cachoeira Grande.

Em 2000, revisitando a localidade, tomei contato com um grupo de pessoas que lá residem e que organizadas coletivamente hoje praticam agricultura familiar: no espaço onde a cerca de trinta anos funcionava uma indústria têxtil, formou-se um assentamento agrícola.



Fig. 1 - Entrada do Assentamento Rural Fazenda Cachoeira Grande.

Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002.

Meu interesse, então, voltou-se para o estudo da transformação que observei no local, para a formação histórica desse grupo, que, de operários têxteis que foram até 1971, tornaram-se pequenos agricultores familiares associados.

O referido grupo forma nos dias atuais a Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande, APPCG, que é uma entidade civil¹ na qual se inscrevem 156 famílias. Parte delas se dedica ao cultivo de frutas e legumes.

O Assentamento de Cachoeira Grande se localiza no Distrito de Vila Inhomirim, mais conhecido por Piabetá, no Município de Magé, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na base da Serra dos Órgãos.

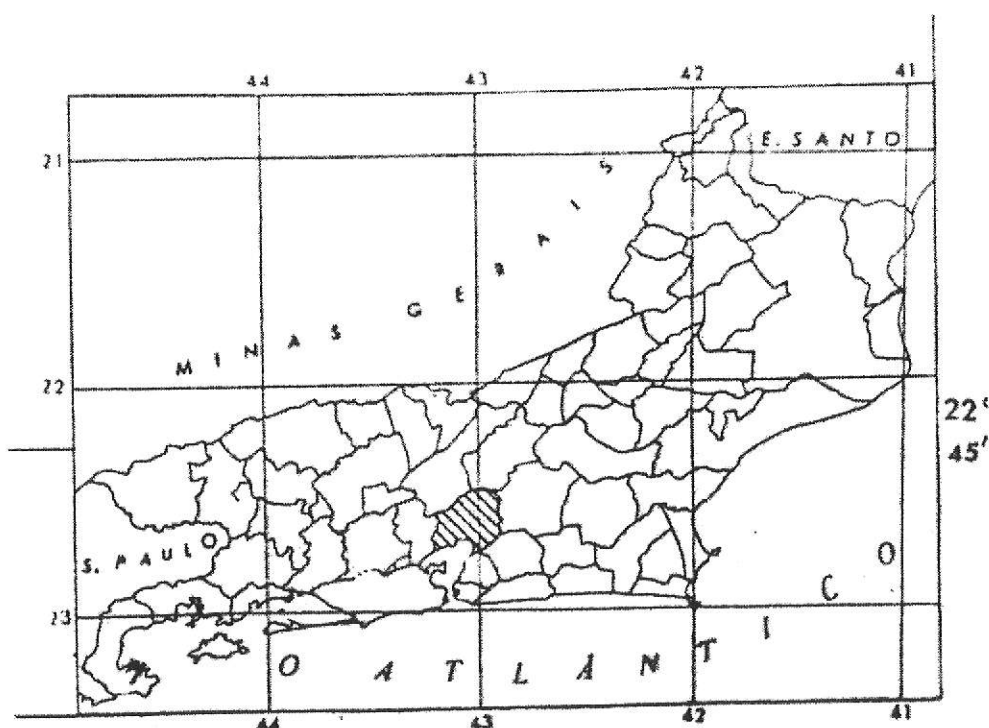


Fig. 2 - Estado do Rio de Janeiro, Município de Magé. Relatório Anual, Prefeitura Municipal de Magé. 2001

¹ Pessoa jurídica registrada em 27 de setembro de 1985, no Cartório do 3º Ofício de registro de imóveis, títulos e documentos da Comarca de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

Os produtores de Cachoeira Grande são, muitos deles, descendentes dos operários da Fábrica de Tecidos de Pau Grande Ltda., fundada em 1878. No passado, os empregados habitavam as terras da Fábrica e muitos deles haviam sido colonos na Fazenda Pau Grande, basicamente dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar antes da criação da indústria.

Em 1971, a empresa, então América Fabril S.A., pediu concordata e o grupo de trabalhadores permaneceu ocupando as casas, em torno das quais a Fábrica permitia que plantassem para consumo próprio ou pequeno comércio. Deu-se o fechamento da Fábrica, mas as famílias permaneceram no local e passaram a requerer a posse das terras que ocupavam.

Em 1986, após quinze anos de transição e resistência, o grupo conseguiu a regularização dos lotes junto ao Iterj, Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro, que atendeu a reivindicação organizada daquelas pessoas, que a certa altura do processo de mobilização fundaram a APPCG.

Nos dias de hoje, a Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande, APPCG, tem como pauta promover melhoria na qualidade de vida na comunidade e reivindicar suporte à atividade agrícola para o Assentamento.

1.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO

1.1.Procedimentos

Na presente pesquisa foram feitas doze visitas a campo e sete entrevistas: duas delas com diretores da APPCG, cinco com membros "históricos" da comunidade e mais duas com assentados "novos".¹ As entrevistas consistiram em um questionário semiestruturado, incluindo os dados de identificação cadastral do entrevistado e uma parte aberta, na qual se solicitou a cada um dos entrevistados que contasse sua história e que comentasse a vida no Assentamento de Cachoeira Grande.

Entrevista realizada em:				
Nome:				
Idade:	Sexo:	Estado civil:	Natural.:	Nacionalidade:
Endereço:			Grau de escolaridade:	
Ocupação:	Produção agrícola?		Alguma outra atividade?	
Outros membros da família:				
Como chegou ao Assentamento?				
Comentário sobre sua participação na comunidade:				

Fig. 4 – *Ficha modelo de entrevista. 2002.*

¹ Deocacil Luciano, presidente da APPCG e membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Seção Magé; Rosemary, diretora cultural da Associação; além dos srs. Julio, Janice, Joana D'Arc, Bráulio, Miguel e Maria da Glória, associados da APPCG.

Além de realizar as entrevistas, passei a frequentar o Assentamento e a visitar informalmente os entrevistados, a fotografar tais encontros e os locais citados. Continuei a pesquisa observando como a comunidade acolhia referências do passado. Utilizando a análise jamesoniana da metanarrativa - à qual me refiro adiante - busquei compreender as construções de memória e identidade do grupo na trama das relações sociais.

Na ação proposta nessa pesquisa, de observar como tal grupo de pessoas compõe algum entendimento sobre sua vida coletiva num certo lugar em um certo segmento de tempo. Eu mesma me considerei incluída, na condição de narradora, pelo encaminhamento dado às entrevistas, à documentação fotográfica e ao editar o material colhido para estudo e por fim legendá-lo.

Sabendo que a identificação das categorias sociais envolvidas é uma tarefa central em toda pesquisa, no caso em estudo não seria diferente. Mas com o correr da investigação fui percebendo como tais categorias são flutuantes, instáveis e como os vínculos que as ligam são permanentemente dinâmicos. A trama e a extensão dos papéis sociais desempenhados a cada situação podem ser avaliadas com o auxílio da análise dos discursos, uma vez decodificados como símbolos culturais e interpretados pelo método crítico da análise marxista (JAMESON: 1992). Entender o conteúdo das entrevistas é tão importante quanto entender a esfera de sua produção, quem produz o que, de que maneira e com quais objetivos.

No que diz respeito aos aspectos técnicos da lida com os depoimentos orais, as entrevistas foram gravadas em meio magnético, em fitas K7, e transcritas. Quanto ao tratamento da documentação iconográfica, as reproduções foram em *midia* digital para o armazenamento das imagens obtidas, tanto das fotografias de época, quanto dos registros atuais. Tal decisão se explica pela durabilidade dos meios digitais e pelo baixo custo desse tipo de arquivamento. Houve atenção para que as

imagens preservassem a qualidade de reprodução e que possibilitassem outros usos futuros. As imagens da pesquisa foram armazenadas na resolução de 300 dpi, de modo a permitir futuras reproduções com alta qualidade, inclusive em papel fotográfico ou reprodução em off-set.

A idéia inicial era de documentar as entrevistas em vídeo formato VHS. O intuito seria o de, em apenas um suporte documental, dar simultaneidade aos discursos oral e iconográfico, o que poderia enriquecer bastante a análise intertextual. Por total indisponibilidade de recursos, os dois meios combinados não deram lugar ao modo audiovisual. Gravações audiovisuais digitais seriam ainda melhores pela durabilidade que oferecem, mas a pesquisa foi desenvolvida dentro do que era materialmente possível.

As imagens obtidas datam, as mais antigas, da metade do século XIX e foram reproduzidas de livros e acervos públicos. Nos arquivos pessoais acessados há imagens tomadas já nas décadas de 1940/50.

1.2. Memória e identidade como categorias operatórias na pesquisa

As duas categorias operatórias centrais no presente trabalho são a memória e a identidade. Mas há uma interrogação anterior sobre a distinção e a relação entre memória e história. O quê das memórias é sagrado história?

O contemporâneo reconhecimento dos relatos orais de história de vida é, certamente, um esforço de fazerem-se representar os iletrados, aqueles indivíduos e grupos que, afastados da expressão escrita predominante, participam da História como atores, e que, alterando-se as circunstâncias, tornam-se também narradores. O movimento dos historiadores da atualidade é claro no sentido de buscar, pela renovação das fontes, contribuições inovadoras para a construção historiográfica

(LE GOFF: 1990). O presente trabalho acompanha a concepção metodológica de que a memória construída e registrada fora da Academia e longe das páginas impressas dos livros tem também validade histórica.

História oral e iconografia são freqüentemente utilizadas de modo complementar nos estudos sobre memórias coletivas. *As fotografias, objetos pessoais ou um filme antigo entre outros suportes de memória aguçam a lembrança e enriquecem os testemunhos orais* (MAUAD: 1997). Assim como se dá com os relatos orais, que foram sendo validados gradativamente pelos historiadores, os relatos imagéticos, também foram reconhecidos como férteis objetos para análise, especialmente após a invenção e difusão da fotografia.

Essa combinação metodológica é bastante utilizada nas pesquisas qualitativas. Nela, memória iconográfica e relatos orais podem e devem se relacionar, - por aproximação ou até oposição -, e margeiam a história oficial escriturada. O reconhecimento das fontes orais e visuais integra uma espécie de movimento entre os pesquisadores, especialmente nas ciências sociais, por autorizar e valorizar as fontes não-oficiais, que portam sempre representações alternativas dos grupos em estudo.

A análise qualitativa nos estudos sociais envolve tratar da adoção e nomeação de categorias operatórias, de conceitos, noções e, especialmente, do reconhecimento dos conceitos que emergem do senso comum em substituição àqueles outros ultrapassados e ditos parasitários, que já não correspondem nem se aplicam mais tão adequadamente às realidades observadas, impedindo análises mais apropriadas às dinâmicas examinadas contemporaneamente. Para afastar as naturalizações, pré-conceitos ou juízo de valor, o pesquisador necessita argüir-se permanentemente sobre, afinal, o quê exatamente caracteriza uma categoria, de que modo ela se articula e funciona e em que medida o objeto pode ser entendido como

exemplo daquilo que é geral na categoria em que se inclui, ao mesmo tempo em que é um específico objeto em estudo.

O estudo da produção de memória e da construção da identidade nas comunidades locais é cada dia mais freqüente no mundo inteiro, como salientam muitos autores envolvidos com o tema.² A trama de relações e as novas formações identitárias são variadas e, muitas vezes, conflitantes entre si. Isso, grosso modo, expressa relação de forças, tensões, compromissos e contrapartidas. Não se trata necessariamente de aferir apenas o poder interno dos membros da comunidade. O que fundamentalmente se vê em jogo é a preservação das idéias consolidadas pela tradição, em oposição aos outros novos sentidos conferidos às lembranças e ressignificações que podem caracterizar a emergência de novos valores.

A identidade é a principal categoria operatória envolvida na pesquisa. É por intermédio dela que o indivíduo continuamente negocia, inclusive pelas escolhas interpretativas sucessivas que faz. Como referiu-se Giddens, *"isso tem algo a ver com a colonização do futuro em relação ao passado"*. (GIDDENS: 1997). A memória como formulação narrativa é uma proposta de organização do passado que se torna bem cultural para consumo no presente, quando se criam as identidades, para atender a ideais de futuro.

O ponto inicial da memória, diz Paul Thompson (THOMPSON: 1986) é a percepção do indivíduo sobre sua experiência própria. Mas, ainda segundo Thompson, sabe-se que aspectos íntimos da vida pessoal têm conexão direta com planos muito maiores – referenciais – da vida coletiva, embora a memória seja, na sua gênese, uma experiência individual fundada na vivência cognitiva de cada pessoa.

² Stuart Hall, Michael Pollak, Anthony Giddens, entre outros.

Por isso, nessa dinâmica que envolve um projeto pessoal de vida – na construção individual-coletivo-individual é desejável conhecer os meandros da história individual, pois pode-se identificar elementos da experiência social. Há fenômenos típicos da construção mnemônica que podem ser atribuídos à seletividade da memória. Tal seletividade, observam os autores estudiosos da memória, se relaciona com credenciais sociais, como idade, gênero, ocupação, e assim por diante, que fazem essa ou aquela lembrança ser acionada, o que pluraliza e fragmenta diferentes memórias que coexistem em um grupo social e no próprio íntimo do indivíduo (PORTELLI: 2001, p.128)

Essa seletividade - que a literatura aponta como uma questão clássica - faz com que muitas vezes, em lugar de lembranças, produzam-se esquecimentos, que, por definição, acontecem no plano inconsciente. Isso ocorre tanto nos mecanismos coletivos quanto individuais.

Segundo Ecléa Bosi (BOSI: 2001), o narrador *tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam*. A autora observa que a redução ou exacerbação nos relatos dos fatos se dá no espaço do inconsciente, entre o vivido e o narrado, entre a ação e a representação. A questão psicológica da memória envolve, então, processos complexos do plano simbólico da representação, que freqüentemente se revelam nos detalhes dos relatos das lembranças.

As questões da narrativa são também uma parte da pesquisa bibliográfica realizada. Walter Benjamin, um dos mais referidos filósofos marxistas do século XX, ao tratar da questão da memória, construiu a metáfora da arqueologia: *quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho, se ilude. (...) Uma boa lembrança deve, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve, não apenas*

indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente (BENJAMIN: 1995). Ao referir-se à "imagem daquele que se lembra", o filósofo ressaltava a importância de conhecer o narrador. Quando mencionou a necessidade de saber "assinalar os achados no terreno do hoje", destacava a crítica. Sobre verificar "as camadas atravessadas para que se chegasse aos achados", Benjamin chamava atenção para os processos históricos, - conscientes e inconscientes, individuais e coletivos, - que trouxeram os registros avivados pela memória e, simultaneamente, legaram todo o resto ao esquecimento.

As Ciências Sociais lidam com os discursos como expressão das relações sociais, tornando-as também objetos de estudo. Desse modo, O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira quanto a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial. Para a análise da narrativa envolve, então, classificar, nomear, hierarquizar e conhecer a origem do discurso. Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o (BOURDIEU: 2001, p. 81-87).

Assim como o discurso, a função interpretativa é crucial na análise da narrativa. É na interpretação que se encontra subjacente a autorização para que a função seja exercida. A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia (Id. Ibid). Fredric Jameson, em seu livro O inconsciente político, afirmou que a interpretação não é um ato isolado, mas ocorre num campo de batalha homérico, em que uma legião de opções interpretativas entram em conflito de maneira implícita ou explícita. Jameson analisou o ato da interpretação, pressupondo como ficção organizacional a idéia de que nunca realmente abordamos um texto como coisa em si mesma, e que as interpretações se apresentam sempre como já vistas e sedimentadas pelas camadas prévias de interpretação ou por tradições interpretativas de que somos herdeiros.

Na análise de Jameson, as trocas lingüísticas devem ser compreendidas como um ato socialmente simbólico, com carga de poder, e da ordem do inconsciente coletivo. Assim, por elas, pelas trocas, é possível examinar as tramas sociais e o funcionamento do discurso. O que em última instância anima todas essas trocas é o teor ideológico.

Muitos autores sugerem que, na prática, apenas uns trinta anos separam um relato vivo de memória daquilo que é sagrado como História nas escrituras. O historiador, no desempenho do seu trabalho, elege uma determinada perspectiva na interpretação dos fatos e relatos que nutrem a memória coletiva. São autorizações em prejuízo de outras tantas inúmeras possibilidades que também poderiam ter-se tornado História.

Um outro grupo bibliográfico então é o que se refere à História. Pierre Nora tratou História e memória, uma em relação à outra, assim:

"Longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma a outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, a representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica.

A memória é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo"(NORA: 1993, p. 9).

Pierre Nora opôs, de certa forma, *memória* e *História*, atribuindo à primeira, o lugar da imaginação e da criação; à segunda, legou compromissos que a enquadram nas idéias de consciência, racionalidade e controle.

Memória e História também podem ser vistas como faces de uma mesma moeda, possibilitando conhecimentos distintos entre si, mas complementares. É na releitura contínua da memória que se produz a História. Considerar a elaboração da memória no trabalho da construção histórica se constitui na produção do elo com o passado ainda vivo com a memória presente através da crítica.

Com a abertura para considerar a interpretação dos fragmentos de memória como fonte de pesquisa histórica, o objetivo certamente era a renovação das fontes. Renovar as fontes é reconhecer e ampliar as possibilidades críticas da pesquisa para além da representação daqueles que se sobrepuseram nas sociedades. Como consequência, essa transformação comporta aqueles *outros* que, na relação das forças sociais, foram excluídos. Os historiadores se referem a essa corrente crítica das mais variadas formas, essa é a História "dos de baixo", "dos vencidos".

Originada na *École des Annales* e na História Nova, difundida especialmente por Jacques Le Goff, além do próprio Nora, citado anteriormente, essa concepção predomina na atualidade. Por ela, os relatos de história oral, por exemplo, ganharam estatura de fonte histórica. A idéia positivista de história como reunião

de “provas irrefutáveis” do passado vem sendo descartada. O pensamento crítico, modelo predominante no século XX, trouxe novas interpretações e vem interpelando grandes “verdades” históricas consagradas.

Essas tendências alcançaram também a valorização da micro-história, da licença para observar os pequenos e singulares processos como fonte para compreender os ambientes sociais maiores. Para Carlo Ginzburg, consagrado historiador da atualidade, *“a micro-história deve ser produzida, porque o singular e o geral se implicam necessariamente. A história geral e a singular devem ser conhecidas, ambas, de modo que se possa conhecer os impactos dos processos globais no microcosmo* (FOLHA DE SÃO PAULO: 2002).

2.O PRESENTE VIVIDO

Neste capítulo apresento a situação atual do Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande e discuto algumas das visões construídas pelos atores sociais sobre essa realidade.

Ressalto a utilização de diferentes meios de expressão: as entrevistas semi-estruturadas, as notas de relatos orais obtidos em conversas informais com os moradores nas campanhas de campo, os instrumentos legais de criação da Associação, as notas de discussões desenvolvidas em reuniões da Associação, os documentos produzidos pela Associação, além de consulta a outras pesquisas científicas sobre o local. Também foram analisadas as imagens sobre o local e adjacências, registros fotográficos meus e fotos disponibilizadas pela comunidade.

Por meio da análise dessas diferentes formas de discurso, buscou-se discernir as relações de poder implícitas ou explícitas entre os assentados e confrontar as imagens que constroem sobre o momento atual com as descrições dos documentos oficiais. Acredita-se que tal intertextualidade possibilite uma análise mais rica das representações do local a partir de diferentes lugares de poder. Procurei verificar a carga ideológica da informação prestada, bem como discernir o lugar do qual ela se origina.

Ficou evidente, também, minha participação nesse processo de negociação pela definição de uma representação majoritária, a medida em que seleciono, organizo e comento os relatos e textos, exibo e discuto imagens e registros fotográficos para compor um quadro atual da Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande, do Assentamento e da comunidade que anima essas instituições e produz suas representações. A impossibilidade de isenção *a priori*, que pode parecer frustrante no sentido da pureza do campo científico, permite, por outro lado, uma espécie de fertilizante para a pesquisa. Assim, compus paralelamente um relato panorâmico e próximo, no qual dialogo com as visões a que tive acesso.

Procuro verificar o lugar geográfico e político do Assentamento, das pessoas que o compõem, assim como o papel da APPCG como elo institucional entre essas pessoas. Apresento, ainda, uma descrição das características físicas do local do Assentamento das condições de relação e comunicação entre o lugar do Assentamento e seu entorno e região.

2.1. Características físicas do Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande

Fazenda Cachoeira Grande

A Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, quando orientou e acompanhou a formação do Assentamento, em meados dos anos oitenta, produziu uma caracterização técnica da proposta de assentamento na área e da Fazenda Cachoeira Grande assim:

"Área total: 327,8 ha

Área aproveitável: 279,5ha

Área explorada: 163,9 ha

Área de reserva legal: 16,3 ha

Área de preservação permanente: 32 ha

Área prevista para infra-estrutura: 3,2 ha

A região onde se localiza o assentamento possui clima tropical, com chuvas de verão e período seco no inverno. As médias anuais de temperatura estão em torno de 23°C no mês mais quente e de 17°C no mês mais frio. Já em termos de precipitação pluviométrica, encontramos a sua distribuição numa faixa de 1.500 a 1.700 mm anuais.

Nos limites ao norte da fazenda Cachoeira Grande encontram-se as nascentes do rio Cachoeira, este, que deságua no rio Inhomirim, é possuidor de uma boa vazão e junto com outras nascentes torna a área da fazenda rica em mananciais.

A fazenda tem um relevo suave na baixada, que corresponde a cerca de 70% da área total. A parte de terreno ondulado perfaz 20% do todo e os outros 10% são referentes às escarpas de serras com declividades, o que obriga a conservação dessas áreas e a sua destinação para preservação permanente.

Os solos da baixada são hidromórficos, caracterizados pela drenagem insuficiente e acidez, além de sua cor acinzentada e azulada. Estes solos quando drenados podem apresentar deficiências de ferro e manganês.

A cobertura vegetal corresponde a uma mata primária e secundária densas, além da presença de espaços encapoeirados e macegas nas partes de cotas mais altas. Na baixada há brejos, em razão da drenagem deficiente."

Embora algumas características observadas naquelas terras pelos técnicos da SEAF sejam barreiras severas à prática da agricultura, o órgão estadual se posicionou pela criação do assentamento.

Sobre a aptidão agrícola do local, a Secretaria Estadual afirmou em um de seus relatórios que *"de acordo com a metodologia da Secretaria de Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura, as classes de aptidão encontradas são em grande parte para o cultivo com emprego de baixa, média e alta tecnologia de manejo (230ha). Esta área é correspondente às baixadas e locais de cotas mais elevadas. Outras áreas correspondem a encostas, possuindo aptidão para o cultivo nos níveis tecnológicos de manejo baixo e médio (65ha), e com restrição ao emprego de alta tecnologia, devido às limitações pela fertilidade deficiente e suscetibilidade à erosão. Uma parcela menor da área (23ha) é composta por solos que, devido a sua alta declividade, além da presença de mananciais, devem ser destinadas para preservação permanente."*

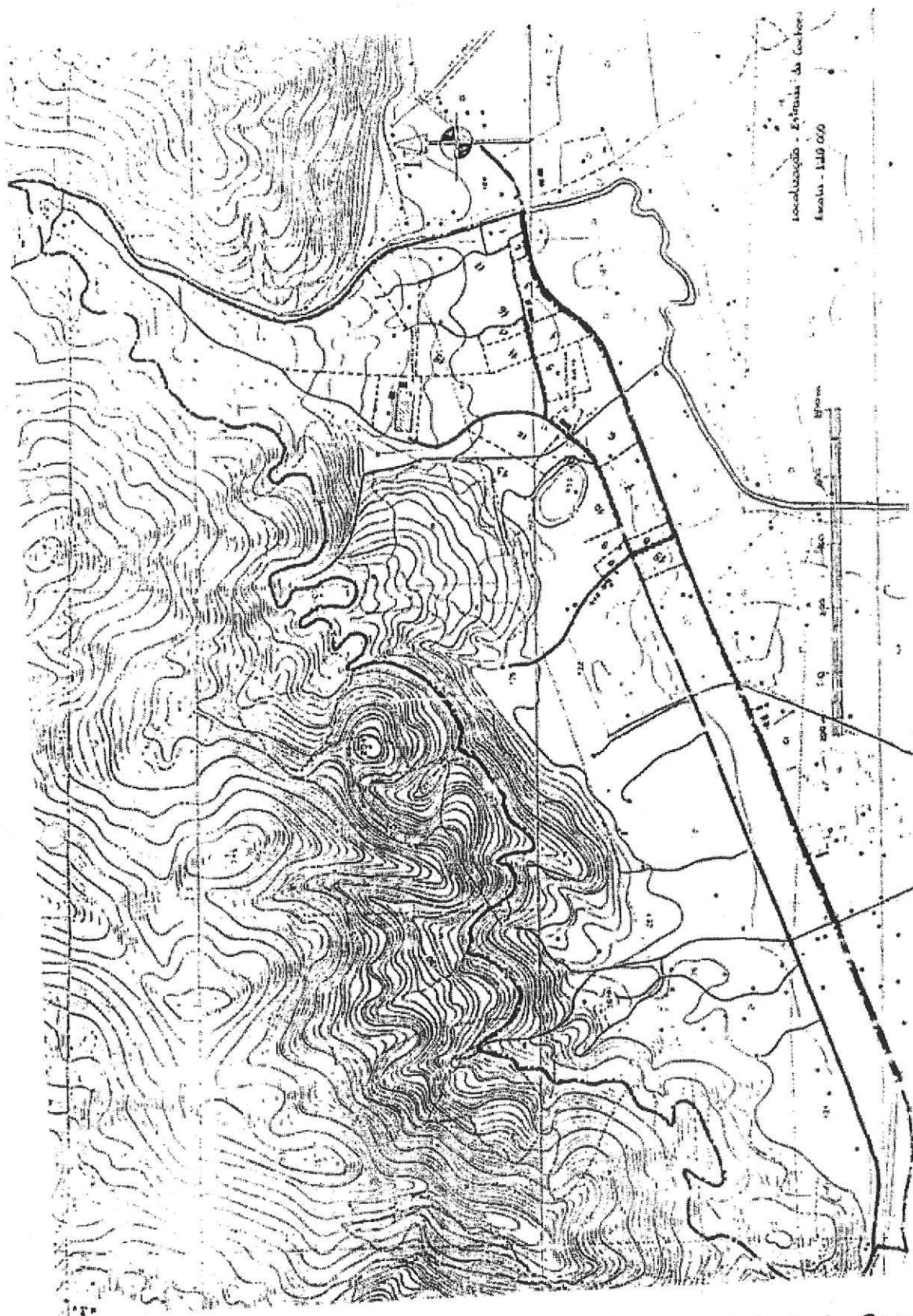


Fig. 5 - Limites e altimetria do Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande.
 Itiraj, s. d.

O Assentamento Estadual de Cachoeira Grande é uma tira longa de terra entre a Serra dos Órgãos e a Estrada das Andorinhas. São 327,8ha, dos quais 279,5ha disponíveis para atividade agrícola ou pequena criação. O Assentamento é distante 3km do centro do distrito de Piabetá por estrada de paralelepípedo, a Estrada da Cachoeira.



Fig. 6 - Calçadão, centro de Piabetá, Magé-RJ. 2001.

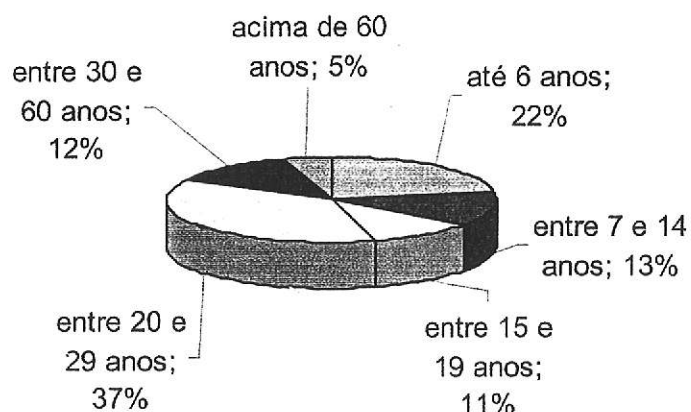
2.2. A população do Assentamento

O Assentamento de Cachoeira Grande se divide em 156 lotes, inicialmente destinados a 156 famílias, embora, pelos cálculos do presidente da Associação, Deocacil Luciano, existissem em 2002, mais de duzentas famílias residindo na área.

Os mais recentes dados oficiais obtidos¹ referiam-se, no entanto, a apenas 112 famílias, totalizando 522 pessoas, sendo 115 com idade inferior a 6 anos, 68 entre 7 e 14 anos, 55 entre 15 e 19, 195 entre 20 e 29 anos, 65 entre 30 e 60, e 24 acima de 60 anos.

¹ Projeto Procera 1996/7.

Gráfico 1 – Faixas etárias da população do Assentamento



Fonte: PROCERA 1996-7, apud ARPEC, Pesquisa Assentamentos Rurais em perspectiva comparada.

Segundo entrevista local, a população do Assentamento não é contada com precisão há tempos, e a relação de 156 lotes para 156 famílias não existe de fato há muito. Esses números correspondem a dados levantados pelo Iterj no momento da distribuição dos lotes.

A tendência de crescimento na população local - inclusive em número de famílias -, a subdivisão das parcelas de terra e o aumento do número de casas por lote foram notáveis, expressando problemas de reprodução social facilmente verificáveis.

A pesquisa *Assentamentos Rurais em Perspectiva comparada: Uma Análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental*², concluiu que apenas 58% dos lotes no ano de 2000, eram ocupados por somente uma casa. Como depoimento, a figura 7 mostra um poste com dois relógios de luz em um único lote. Há também famílias que compartilham o mesmo marcador de energia e até a mesma

² Pesquisa realizada nos anos de 2000-2001, coordenada pelos professores Afrânio Garcia Jr., Leonilde Servolo de Medeiros, Mario Grynszpan e Sérgio Pereira Leite. In: Linhares, Elizabeth et alli. *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2002.

casa, uma vez que é comum os filhos constituírem suas famílias e permanecerem residindo com os pais sem conseguirem erguer suas próprias casas.



Fig. 7 - Lote com ocupação multifamiliar no Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande. Magé-RJ. 2001.

Muitas pessoas do Assentamento são ex-trabalhadores da Fábrica de Pau Grande ou seus descendentes. Outros chegaram à região no período da disputa das terras e outros ainda compraram o lote posteriormente à formação do Assentamento³. Nesse sentido, a pesquisa a que nos referimos há pouco oferece dados importantes: 75% do grupo vivia antes no próprio espaço que ocupa hoje ou nas vizinhanças do assentamento. Do restante, 24% vieram de áreas urbanas e apenas 1% é proveniente de áreas rurais de outros municípios.

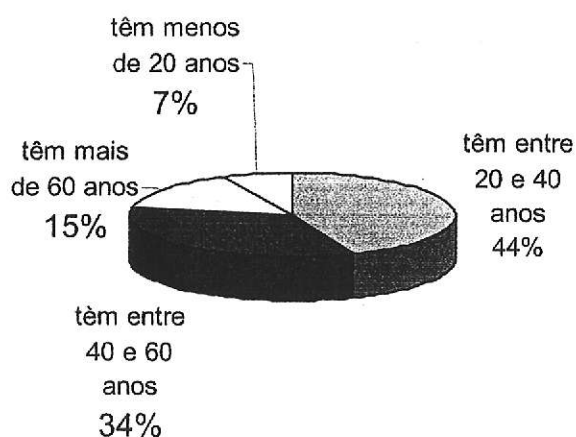
Poucos no Assentamento de Cachoeira Grande vivem estritamente do trabalho agrícola ou da criação de pequenos animais; o que se observa frequentemente é a mescla entre agricultura e alguma atividade de caráter urbano, na maioria das vezes, informal. Pelo menos um membro de cada família trabalha fora dali em

³ Os lotes do assentamento não são negociáveis. As vendas são realizadas irregularmente através de "contratos de gaveta", como se diz popularmente.

comércio ou serviços. Além disso, muitos dos mais idosos têm na aposentadoria da Fábrica uma fonte de renda que compõe a receita da casa. É comum também trabalharem na informalidade, como camelôs, empregadas domésticas, diaristas no município do Rio de Janeiro, mas isso tudo quase sempre coadjuvando a atividade agrícola.

Entre os chefes de família responsáveis pelos lotes perante o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro, o Iterj, 44% têm entre 20 e 40 anos, 34% têm entre 40 e 60, 15% têm mais de 60 anos e 7% têm menos de 20.

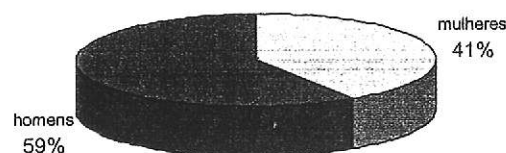
Gráfico 2 – Faixas etárias dos responsáveis pelos lotes do Assentamento



Fonte: ARPEC.

O percentual de mulheres chefes de família e responsáveis por lotes é alto: 41%, o que acompanha uma tendência verificada também no universo mais amplo das famílias brasileiras.

Gráfico 3 - Gênero dos responsáveis por lotes



Fonte: ARPEC.

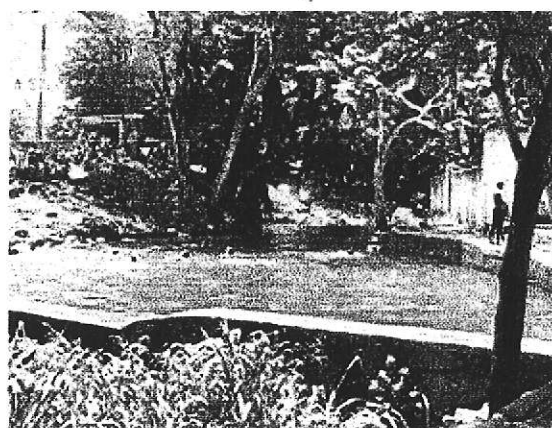
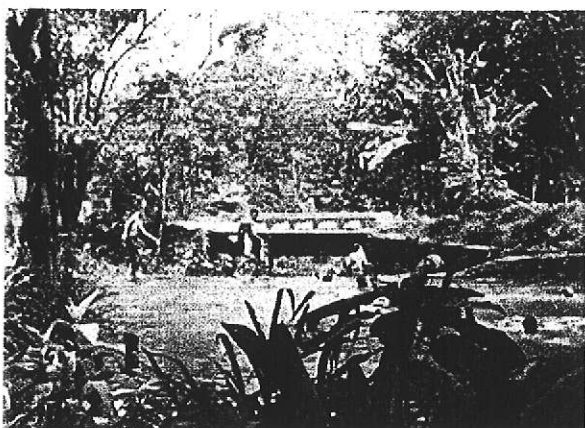
A comunidade de modo geral tem baixo grau de escolaridade, 71% dos responsáveis pelos lotes estudou no máximo até a quarta série do ensino fundamental, sendo que, destes, 28% sequer frequentou escola. Há apenas uma escola municipal na localidade, Marcílio Dias, que funciona somente durante o dia, o que é uma das queixas mais frequentes dos assentados. Para estudar à noite, a escola mais próxima fica a três quilômetros por uma estrada erma.



Fig. 8 - Escola Municipal Marcílio Dias. Cachoeira Grande, Magé, 2001.

Há atritos eventuais entre moradores de lotes vizinhos por questões de escoamento de esgoto ou furto de energia, bem como por outros motivos corriqueiros de vizinhança. Embora o problema da violência seja quase sempre tratado pelos assentados como algo reduzido, ele se verifica pelo abandono de carcaças queimadas de carros roubados na região e pelo receio que todos têm de retornar para casa à noite. No período da pesquisa, dois crimes ocorridos nas proximidades do Assentamento foram comentados por moradores em entrevistas, ambos se relacionavam à violência doméstica envolvendo também alcoolismo.

Ao se referirem à violência em Cachoeira Grande, os entrevistados frequentemente atribuem os índices a estranhos à comunidade, que nos finais de semana do verão visitam as cachoeiras. O lazer diurno na região de Piabetá é direcionado às quedas d'água da localidade, que não são mais tão fartas em termos hídricos quanto no passado, mas recebem algum turismo além da própria comunidade, o que acaba sustentando uma modesta estrutura comercial adjacente.





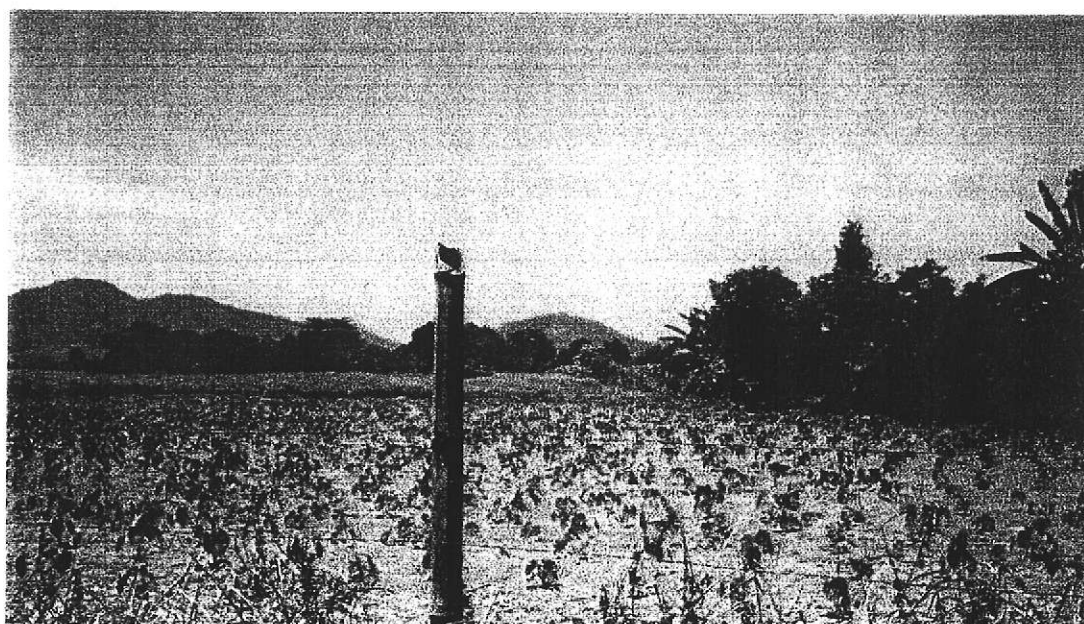
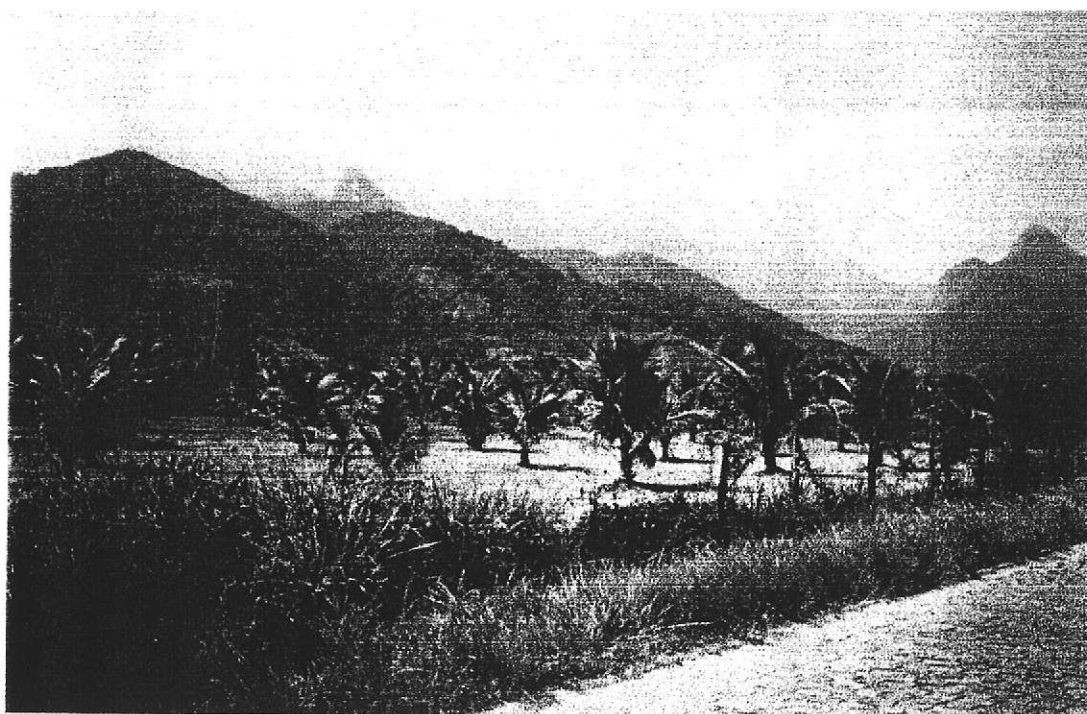
Figs. 9, 10, 11 e 12 - *Cachoeiras. Cachoeira Grande, Magé-RJ. 2002.*

No período da pesquisa esteve no noticiário (O GLOBO, 18.02.2003) também um quebra-quebra na estação de trem de Suruí, perto de Piabetá, por problema de atraso no transporte, mas todos os entrevistados afirmaram desconhecer o fato. Observa-se entre os moradores uma certa preocupação em fazer uma boa imagem para os que vêm de fora. Isso é recorrente em pesquisas que lidam com relatos orais.

Os jovens frequentam os bailes no centro de Piabetá, especialmente os bailes *funk*, e o calçadão de quiosques bares que se localizam junto à estação rodoviária (Fig. 6). Há um outro clube próximo, localizado no Assentamento Vala Preta, também frequentado pelos jovens de Cachoeira Grande.

A prática religiosa é bem assídua entre a maioria dos assentados, e é predominantemente evangélica: 44%. 41% se declararam católicos, enquanto do restante, 7% afirmam não ser religiosos e 8%, apenas serem cristãos (LINHARES: 2002). Existem seis igrejas evangélicas nas divisas do Assentamento e a igreja católica mais próxima se localiza no centro de Piabetá. Não obtive informação direta sobre templos de outras religiões ou seitas nas imediações do Assentamento, embora a pesquisa citada de LINHARES, realizada em 2000, mencione a existência de dois centros espíritas perto dali.

Dos assentados, os que praticam agricultura cultivam quiabo, jiló, pimentão, vagem, batata-doce, aipim, feijão de corda, milho, goiaba, acerola, coco, tangerina, limão, banana e laranja em seus lotes, que variam em tamanho de 0,5 a 5ha. Há também quem acumule até cinco lotes informalmente. Em Cachoeira Grande, a metade da área dos lotes é cultivada: 50,68%.





Figs . 13, 14 e 15 - *Lavouras no Assentamento Estadual de Cachoeira Grande, Cachoeira Grande, Magé, 2001.*

Há duas safras anuais, predominantemente comercializadas através de intermediários, que circulam na região em pequenos caminhões comprando a produção. Os produtos são habitualmente anunciados nas fachadas das casas em pequenas placas, como se pode ver na foto abaixo.

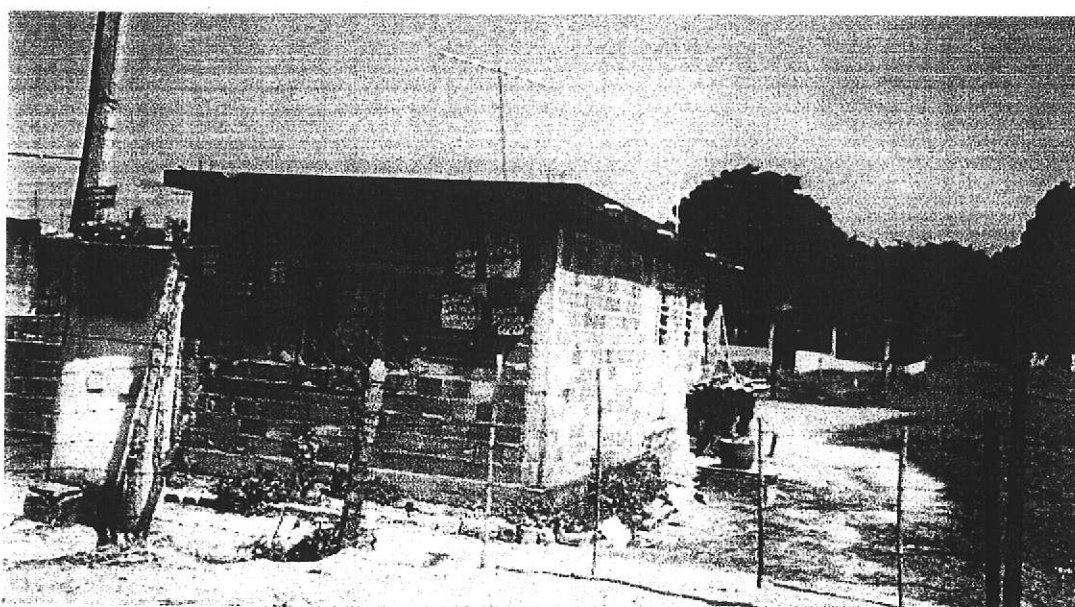


Fig. 16 - *Produtos anunciados na frente da casa de um assentado. Cachoeira Grande, Magé, 2001.*

Existem moradores do Assentamento que não praticam agricultura ou o fazem apenas para consumo próprio. De modo geral atribuem isso à reduzida metragem de seus lotes – como no caso da área conhecida por Vila Miséria, na qual as casas encontram-se muito próximas umas das outras – ou por tratar-se de terrenos pedregosos e íngremes. Há ainda quatro assentados, que informaram em entrevista realizada em 2000, que não plantam e que residem na cidade do Rio de Janeiro, utilizando o lote de Cachoeira Grande apenas para lazer.⁴

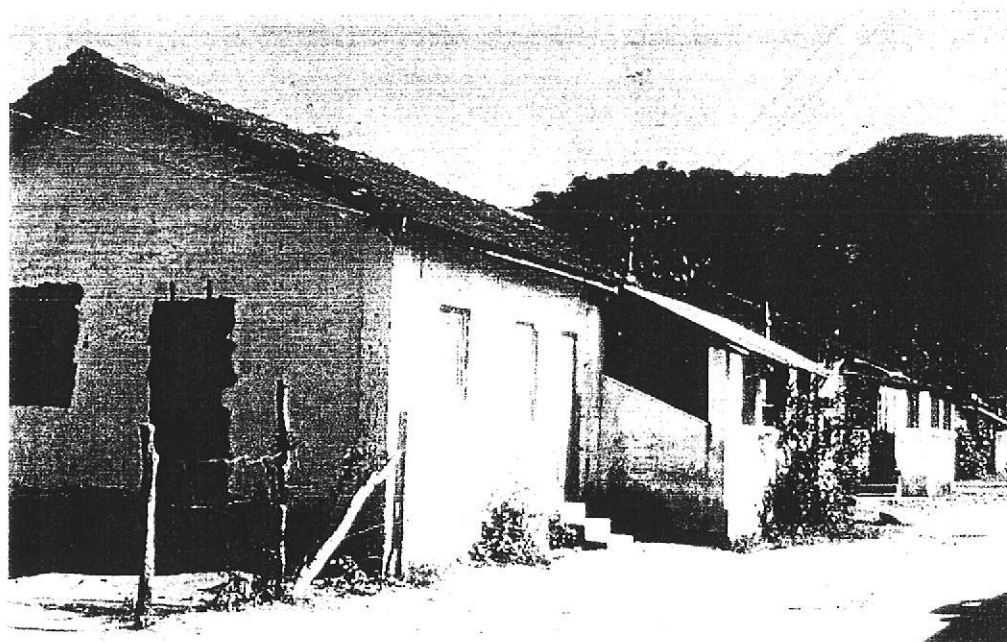


Fig. 17 - Vila Miséria, Cachoeira Grande, Magé, RJ. 2000.

2.3. A APPCG, Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande

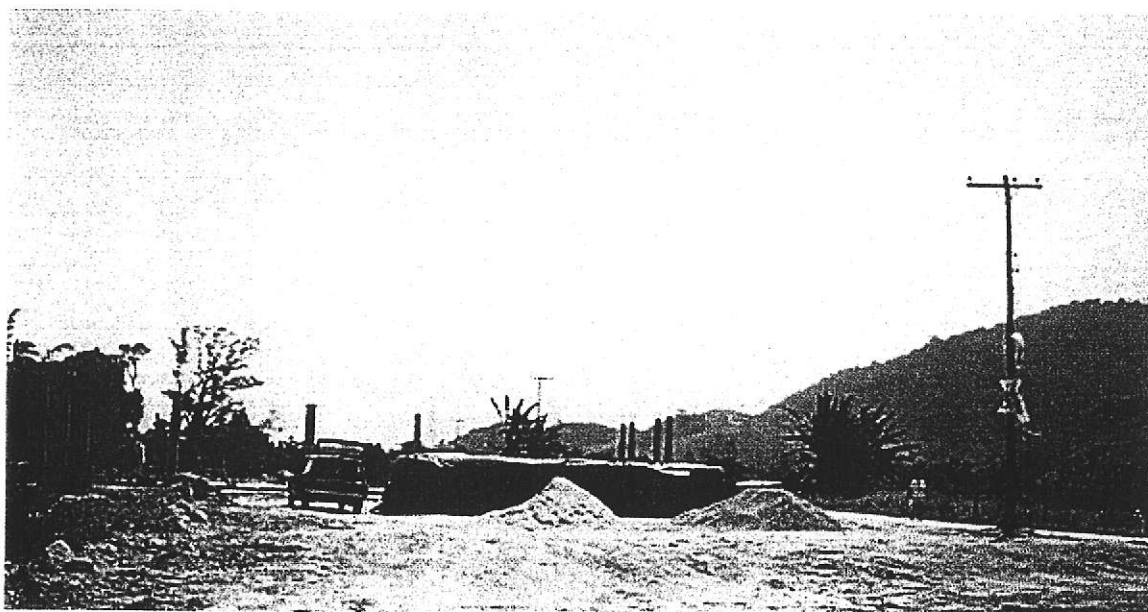
Em 2000, no meu primeiro contato com o Assentamento, a sede da APPCG, estava sendo construída na Rua Brasília, lote 101. Ela ficou pronta em 2002 e aos poucos vem se tornando um centro de vida social. Lá já foram realizados vários cursos, como o de produção de doces em compota, fabricação de detergente para

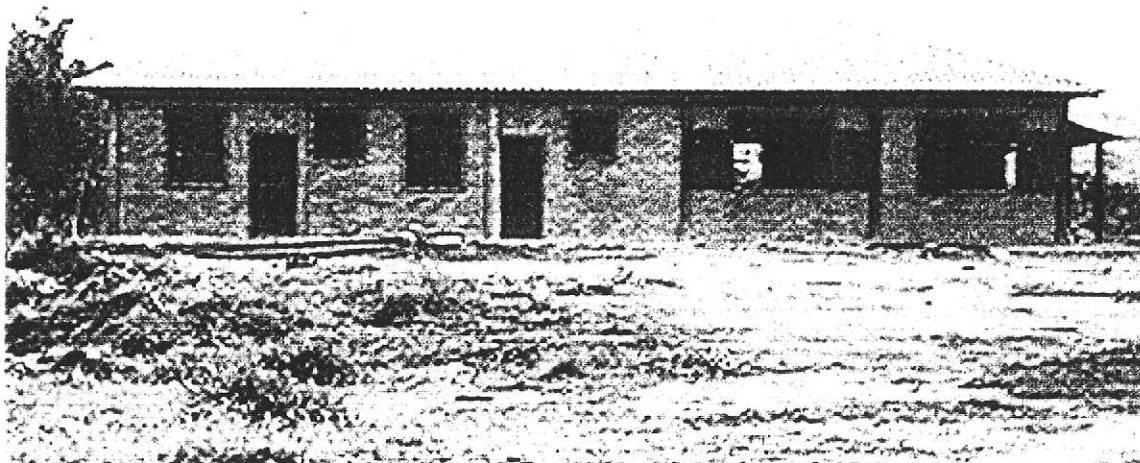
⁴ Assentamentos Rurais em Perspectiva comparada: Uma Análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental. In: Linhares, Elizabeth et alli. *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2002.

uso doméstico e amaciante para roupas. O salão é freqüentemente alugado para festas de casamento e aniversários e vem se fortalecendo gradativamente o hábito de, aos domingos à tarde, o grupo se reunir para lanchar, jogar bingo ou para participar das assembléias da Associação.

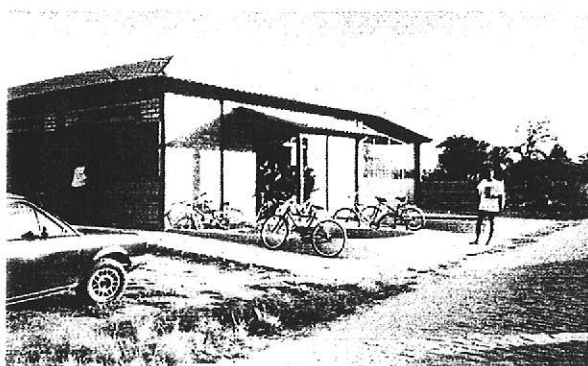
O prédio da APPCG - sede própria, espaçosa e com boas instalações - foi construída como resultado de um projeto apresentado a uma agência de cooperação francesa. O SEOP, Serviço de Organização Popular, uma ONG de Petrópolis, ligada à Igreja Católica, auxiliou a APPCG no encaminhamento da proposta e acompanhou a gestão de recursos.

A recente construção da sede da APPCG também me permitiu observar os movimentos individuais e coletivos da lida com as lembranças, e as construções de memória que a comunidade de assentados vem produzindo. Para ela se dirigem expectativas de delineamento de uma identidade capaz de abarcar o grupo como um todo





Figs. 18 e 19 - Sede da APPCG. Em construção e já em funcionamento.



Figs. 20, 21, 22 e 23 - APPCG, em dia de evento na sede. 2003.

A criação da APPCG foi uma exigência da SEAF à época da legalização do Assentamento. A Secretaria de Assuntos Fundiários recomendou que fosse criada uma entidade com a finalidade de representar o grupo e que pudesse dialogar com a

Secretaria. A APPCG seria então o canal para as negociações da comunidade no plano público. Isso se deu muito mais por imposição da SEAF do que pela mobilização da comunidade de Cachoeira Grande.

Não se observa intensa participação da maioria dos integrantes da APPCG em sua gestão, ao contrário, um grupo reduzido exerce a liderança na comunidade de modo geral e na Associação.

A APPCG mantém relações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STR - Seção Magé, e com instâncias públicas nas esferas municipal, estadual e federal. Além do suporte do SEOP, a APPCG recebeu pesquisas de universidades públicas. O CPDA-UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como a UFF, Universidade Federal Fluminense e a UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que realizaram também projetos de apoio no Assentamento nos últimos anos.

Na APPCG há internamente equilíbrios e tensões, conflitos e negociações, como em toda parte. Os membros da Associação parecem bastante divididos quanto às ações que devem empreender. Alguns têm interesse em conquistar melhores condições para a atividade agrícola, enquanto outros se interessam mais por benefícios comunitários e prefeririam que a Associação se dedicasse mais a pleitear melhores serviços públicos.

Caracterizar a APPCG exige também fazer referência às iniciativas que afloraram espontaneamente entre os membros da Associação, como no caso da Cooperativa Agrícola e Agroindustrial de Magé. A cooperativa foi formada entre antigos integrantes da Associação visando constituir uma representação que se voltasse especificamente para as questões da atividade agrícola e acabou por rearranjar os membros antigos do Assentamento em volta de um novo projeto, esse já mais específico em torno da agricultura.

Em termos de organizações com formato de cooperativa, houve outras: em 1994 foi criada pela SEAF a Coopergrande, Cooperativa de Trabalhos e Serviços de Cachoeira Grande, uma iniciativa governamental que não prosperou.

Em 2000 foi criada a Cooperativa dos Produtores Rurais do Município de Magé e Adjacências, com um total de vinte e nove cooperados, sendo oito deles do Assentamento de Cachoeira Grande. Esta nova cooperativa incluía a participação de produtores de outros assentamentos do Iterj e também de um assentamento do Incra denominado Vala Preta, próximo de Cachoeira Grande. Apesar do nome depreciativo, este assentamento é bem mais desenvolvido e profissionalizado na atividade agrícola do que Cachoeira Grande (Fig. 24).



Fig. 24 - Vista aérea do Assentamento da Vala Preta. Pau Grande. Magé, 2000.

A compreensão que tive desses reagrupamentos em torno de projetos mais específicos é de que, seja por associação de moradores, cooperativa agrícola, cooperativa de serviços, de trabalho agroindustrial, todas são formas de inserção do indivíduo, com seus projetos pessoais, nos sistemas de re-

apresentação e de participação nas decisões do plano coletivo que lhes dizem respeito.

Tais formas de participação - às vezes múltiplas e simultâneas - nas entidades associativas, vêm sendo consideradas como ponto chave dos estudos da chamada sociedade pós-moderna, remetendo aos problemas da fragmentação e da flutuação identitária.

2.4. Magé e Cachoeira Grande

O município de Magé tem área de 385,68 km². No Censo realizado em 2000, o IBGE contou 205.830 habitantes, 101.317 homens e 104.513 mulheres, cadastrados em 58.097 domicílios. Dessa população, segundo o Instituto, 193.851 vivem em área urbana e 11.979 em zona considerada rural.

O Censo de 2000 revelou também que no município, dos 58.097 domicílios identificados, 27.113, ou seja, menos da metade, é atendido pela rede de abastecimento de água. O esgotamento sanitário atende a menos pessoas ainda: 17.097 domicílios, cerca de 30% das casas apenas. Apesar disso, a pesquisa do IBGE considerou que 94% do território de Magé é urbano, contra apenas 6% rural.

É definitivamente problemático em termos de categorização e de parâmetros metodológicos definir se determinado lugar é rural ou urbano, seria difícil até aferir o grau de urbanidade ou de ruralidade de algum espaço.

Não se pode aqui cometer o equívoco de associar o grau de ruralidade ao nível de atraso verificado, especialmente quando o dito atraso é, melhor nomeando, a ausência dos serviços públicos, ausência do Estado de providência. Tampouco se pode repetir aqui a ingenuidade de considerar rural e urbano como duas formas separadas de organização social, pois como afirmou a antropóloga

Maria José Carneiro, *O modelo fundado em oposições binárias esconde, em noções genéricas – cidade x aldeia, urbano x rural, moderno x tradicional – uma heterogeneidade social, cultural e econômica que é fundamental para compreender a complexidade de um processo que se aplica a uma totalidade* (CARNEIRO: 1998).

Rural e urbano são identidades impossíveis de se definir com pureza e isolamento, ainda mais se tratamos de uma zona como a de Magé, cuja localização periférica, na região metropolitana do Rio de Janeiro, acaba dando cores muito próprias à paisagem, numa mescla rural-urbano que faz um indivíduo ocupar-se num dia como agricultor e no outro como vendedor ambulante de cerveja e refrigerante nas praias da zona sul do Rio, como em outros postos de trabalho de baixa remuneração, em geral na economia informal. Não resta dúvida de que essa ambivalência dos membros da comunidade ante a ocupação rural e urbana, marca uma forma identitária para o grupo social em questão.

O caso de Cachoeira Grande contraria a idéia fácil de uma descampesinação progressiva, que relaciona linearmente industrialização à modernização e à urbanização. Foi assim, por outro lado, nunca se havia produzido tanto na agricultura como nas últimas três décadas, ou seja, após o fechamento da Fábrica- nem antes dos tempos da Fábrica, no período ativo da Fazenda Cachoeira Grande – quanto nas últimas três décadas. A comunidade também jamais tivera tantos traços urbanos em seu estilo de vida quanto hoje, nem quando a Fábrica estava ativa e mantinha, entre outros espaços públicos, um clube com atividades sociais, esportivas e culturais.

O que me leva a pensar como a historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ: 1978. p.63-64): *“As relações campo-cidade atualmente no Brasil são muito mais complexas e ricas do que no passado. No momento presente, processos recentes de ocupação de solo (por meio de especulação imobiliária, por exemplo) coexistem com antigos processos (desbravamento, colonização), tanto por parte de*

fazendeiros quanto de sitiante; num e noutro caso, tais processos foram e serão sempre suscitadores de cidades. Porém, enquanto no passado estes processos se davam numa sociedade global agrária, em que a cidade era subordinada ao campo, atualmente têm lugar numa sociedade cada vez mais marcada por caracteres urbanos, isto é, em que a cidade tende cada vez mais a dominar o campo, reduzido a uma posição não apenas de subordinação, como também de inferioridade. É este, a nosso ver, o perfil atual da sociedade global brasileira, do ponto de vista sociológico e em suas relações campo-cidade."

Em *"Dialética do rural e do urbano"*, Queiroz comentava que os pesquisadores do tema não tinham o costume de considerar as relações entre campo e cidade como estreitamente dependentes e se influenciando mutuamente de modo profundo. Sua posição é muito mais a de verificar como paralelamente se desenvolvem as duas realidades, quais as concomitâncias e divergências através do tempo, do que realmente a de colocar a ambas num mesmo conjunto mais amplo e tentar visualizar que lugares ocupam no interior de uma única estrutura. Mas constituíam duas 'coisas' de essência diversa, que não se misturavam. Ou então, quando se misturavam, os elementos rurais se constituíam como 'sobrevivências' no meio citadino, os elementos citadinos constituíam 'inovações' no meio rural (QUEIROZ: 1978. P. 265).

Para Maria Isaura, o problema rural-urbano era habitualmente colocado da seguinte forma: 1. Existe uma dualidade do rural e do urbano, que exprime a existência, lado a lado, de dois termos que, embora interagindo, são absolutamente irreduzíveis um ao outro; 2. O rural é concebido como atrasado em sua evolução, em relação ao urbano, e sua influência sobre este é tida como "sobrevivência tradicional"; 3. a penetração de elementos urbanos no campo - "inovações" - passa a ser imediatamente considerada como um avanço benéfico para este. 4. Aumentando cada vez mais a penetração, vão se perdendo as características peculiares à sociedade rural, que tende a se confundir cada vez mais com a sociedade urbana e, portanto, a desaparecer. Isto é, êxodo rural-urbano e a invasão do rural pelo urbano acabariam com a irreduzibilidade de ambos, uma vez que o rural se converteria em urbano; se operaria uma modificação na própria natureza da sociedade rural, permitindo que pouco a pouco

fosse engolida pela sociedade urbana. A impropriedade dessa análise reside em que o dualismo se extinguiria pela própria hegemonia do urbano sobre o rural.

O que se pode perceber é que há uma relação de forças entre ruralidades e urbanidades nas sociedades contemporâneas. Parece que não é específico da comunidade de Cachoeira Grande o fato de possuir, ela própria, ambas as identidades, de rural e de urbano.

Essa ambivalência, que muitas das comunidades locais adquiriram nos últimos tempos, tem relação com o que os autores do tema da globalização tratam como fragmentação, em especial a fragmentação da identidade. *O processo de reestruturação dos elementos da cultura local incorporando os novos valores, hábitos e técnicas, é chamado de rurbanização, e implica um movimento em dupla direção entre rural e urbano* (CARNEIRO: 1998).

O híbrido, de rural e urbano, os dois em um só corpo, se materializa, se precipita freqüentemente nas periferias urbanas. Já há bastante tempo que a maioria dos autores lida com o tema da dualidade urbano e rural, é como se cada indivíduo e toda comunidade tivessem em seus traços identitários fragmentos urbanos e rurais, que se mesclam e se alimentam mutuamente.

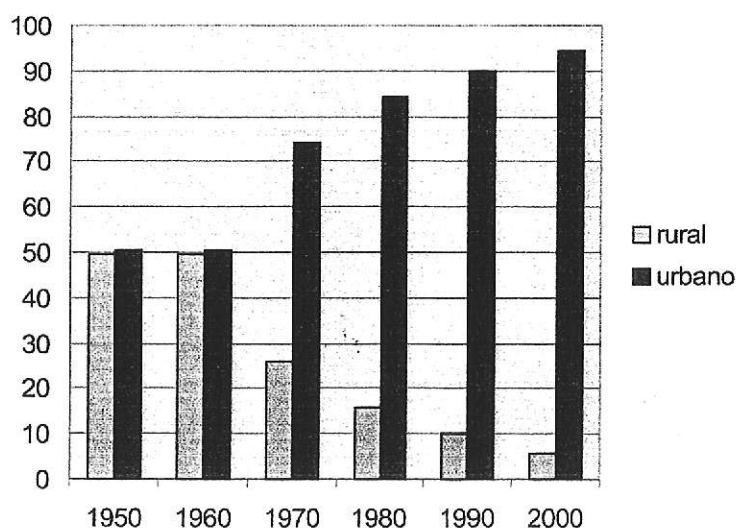
Os critérios do IBGE para atribuir uma das duas qualificações, rural ou urbano, são uma lista de requisitos que envolve por exemplo se a região é atendida ou não pela coleta de lixo. Se há coleta, então o IBGE entende que é urbano. Em Cachoeira Grande, esporadicamente a Prefeitura manda um caminhão para esvaziar caçambas posicionadas ao longo da Estrada da Cachoeira, mesmo assim, são umas duas ou três caçambas. Seria isso então coleta de lixo?

A idéia de urbanização nos leva num primeiro momento a pensar em alguma espécie de evolução em termos de serviços públicos, de estes terem se transformado, se modernizado. Mas, pelo contrário, a rede elétrica que está em

funcionamento ainda é aquela instalada pela América Fabril há quase um século, há valões de esgoto a céu aberto. É verdade que desde a privatização das telecomunicações no Brasil, o assentamento dispõe de comunicação telefônica fácil em várias residências, mas ainda é inacessível pelo alto custo dos serviços e o baixo poder aquisitivo da comunidade.

No caso aqui referido, o Município de Magé, e especificamente a região de Cachoeira Grande, tornaram-se de “rurais” a “urbanos” do dia para a noite, conforme mostra o gráfico abaixo baseado nos censos demográficos.

Gráfico 4 – População residente, segundo situação do domicílio e taxa de urbanização em Magé (1950-2000)



Fonte: ARPEC apud Censos Demográficos de 1950/60/70/80/90 e 2000. IBGE.

O que o gráfico apresentado demonstra, no caso de Cachoeira Grande, parece ter motivações práticas: Em 1971, com o pedido de concordata e a redução substancial das atividades da empresa, as terras da região tornaram-se objeto de disputa. Em 1983, o então prefeito de Magé, Renato Cozzolino, alterou o

Plano Diretor Municipal, transformando a área de Cachoeira Grande em área de expansão urbana (Decreto Municipal 524, de 24/06/1983). Como explica LINHARES em *Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro*, a transformação de Cachoeira Grande em área de expansão urbana fazia parte do processo de crescimento da especulação fundiária que marcou Magé e toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 80: o mesmo ocorreu com outras áreas que foram loteadas no município. No caso de Cachoeira Grande, havia um projeto de uma empreiteira, que planejava um conjunto habitacional naquela área, o que, pelo plano diretor municipal, só poderia ser erguido em zona urbana.

Afirmar ser rural ou urbano é o que menos importa. Importante nos estudos das Ciências Sociais praticadas nos dias de hoje é expressar os matizes da paisagem social, cultural, política, ambiental e econômicos da sociedade em estudo.

As variações nas metodologias das pesquisas consultadas muitas vezes geram resultados contrastantes e que até podem apontar para tendências opostas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que SEAF afirma, já em um ofício de 1987, que o Município de Magé produzia 90% do que consumia em termos de hortifrutigranjeiros, e que, além disso, tinha participação importante no abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro, o IBGE entende que 94% da população do município vive em áreas urbanas de Magé, que apenas 6% é rural e que no município só há cultivo de cana-de-açúcar, mandioca e milho. A conclusão entre o IBGE e a SEAF seria de que então se pratica largamente a agricultura em zona urbana no município Magé.

Isso não traz qualquer novidade. Do ponto de vista do IBGE, 81% da população brasileira vive em padrões de vida urbanos. Para o Instituto, só é entendido como "homem do campo" o indivíduo que não tem qualquer outra ocupação relacionada à agricultura e à criação. A pluriatividade - isso é consenso entre os pesquisadores da atualidade - é uma das características mais constantes entre os pequenos produtores agricultores familiares, inclusive em outros países. A

mescla da atividade agrícola com outras ocupações, especialmente em serviços, quase sempre informais, é própria do estilo de vida do pequeno agricultor familiar e da sua estratégia de sobrevivência. No Brasil ou em outras partes do mundo na atualidade ou em tempos remotos, a mescla de atividades variadas com a agricultura é possivelmente uma razão forte para a alta adaptabilidade do pequeno produtor rural (SCHNEIDER: 2001). A categoria social em questão não vem sendo devidamente absorvida nas categorias classificatórias do IBGE. Essa conduta metodológica, evidentemente, repercute por fim como equívoco na formulação de políticas públicas para o setor.

Nas famílias pluriativas de Cachoeira Grande, o fluxo produtivo marcado pelo tempo das safras, assim como o pequeno porte das lavouras no Assentamento, permitem e, mais que isso, exigem, que um ou mais membros da família se ocupem em outro tipo de trabalho como meio de garantir alguma regularidade na receita da família. Conforme observou Carneiro (2002) pluriatividade, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, é uma realidade e tendência entre os pequenos agricultores (CARNEIRO: 2002).

Encontram-se nesse ponto duas noções que estão intrinsecamente comprometidas na categorização da agricultura familiar. A primeira definição, se rural ou urbano, é muitas vezes equivocada pelo senso comum de que se há agricultura, então é um espaço rural, ou o equívoco inverso, de que a agricultura não é praticada no meio urbano.

Definir os contornos das categorias sociais é portanto uma questão complexa no âmbito dos estudos sociológicos. Mas, por outro lado, torn-se crucial porque interfere na formulação das políticas do Estado e na identificação da população a que se destina. As características identitárias da categoria *Agricultor Familiar* no mundo contemporâneo vêm sendo apropriadamente problematizadas no campo de estudo das chamadas *Novas Ruralidades* (MOREIRA: 2003).

Se as conceituações de rural e urbano são polêmicas, alguns outros dados sobre o município, para além das metodologias utilizadas pelas pesquisas, levam a conclusões mais concretas, por exemplo: há em Magé 123.395 eleitores, destes, apenas 13.193 pessoas são formalmente ocupadas, ou seja, menos de 10,6% da população adulta do município trabalha em regime formal.

Na educação há 22 estabelecimentos de ensino médio, 110 de ensino fundamental e 18 de pré-escolar, que abrigam 51.300 alunos matriculados e assistidos por 2355 professores, incluindo-se a iniciativa privada e as redes municipal e estadual.

O serviço de saúde mais próximo de Cachoeira Grande se localiza a cerca de três quilômetros, no centro de Piabetá, mas sem serviço de emergência, apenas com atendimento de ambulatório. Ainda na área da saúde, no município há 440 leitos distribuídos em cinco hospitais, e 71 unidades ambulatoriais.

O transporte coletivo no município é feito em ônibus ou *kombis*, é precário e tem tarifas elevadas para o poder aquisitivo da população do Assentamento, por isso é tão comum o uso de bicicletas. Observa-se também charretes e carroças de trabalho circulando. Os trens são bastante utilizados na conexão com o centro do Rio de Janeiro por serem mais baratos que os ônibus intermunicipais.

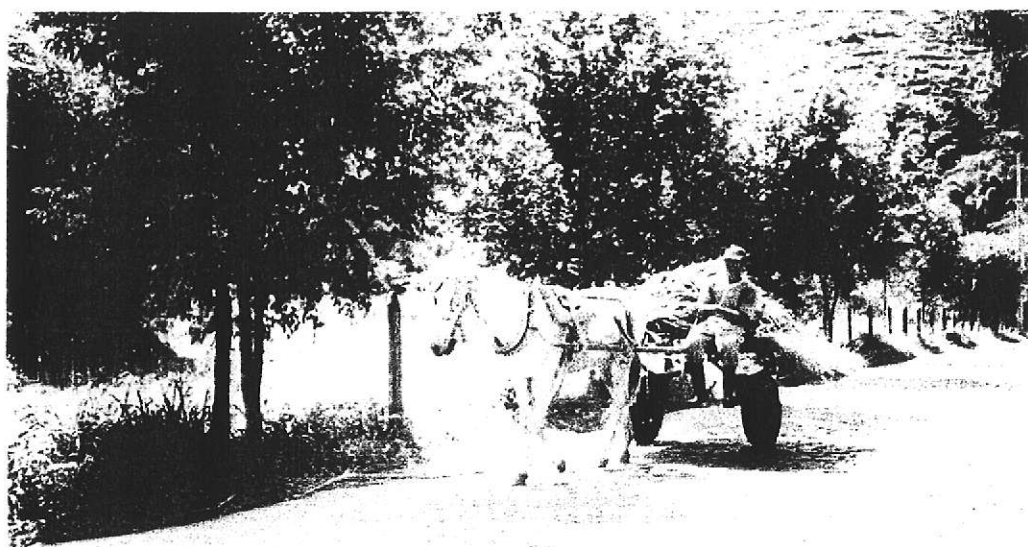


Fig. 25 - Estrada da Cachoeira. Cachoeira Grande, Magé-RJ, 2001.

O fato de Cachoeira Grande tender a expandir-se por meio da agricultura, atividade que a comunidade nunca deixou para trás não parece ser novidade no mundo contemporâneo.

Ao contrário das previsões da modernidade, as culturas locais, comunidades como Cachoeira Grande têm buscado a matéria-prima mais básica para uma nova ordem, orientada por valores de solidariedade, cooperativismo, tolerância, e pluralidade cultural (HALL: 2001 e GINZBURG, 2002).

Em um estudo de caso como este, é necessário tocar na complexa questão ambiental, embora com a clareza de que não há aqui a possibilidade - nem o propósito - de um aprofundamento maior. Um dos pontos indicados pela comunidade é a fragilidade das condições de saneamento, abastecimento de água potável e condições de balneabilidade dos cursos d'água. Observa-se, portanto, que nesse estudo de caso, o meio ambiente está diretamente ligado a uma consciência dos assentados sobre a natureza como recurso material esgotável e direito de todos.

O índice de desenvolvimento humano verificado em uma comunidade onde a única escola noturna fechou as portas há décadas tem seu correspondente no assoreamento da bacia hidrográfica da região. Surpreendeu-me verificar que em 1923 a América Fabril realizou um estudo de engenharia para viabilizar a construção de uma usina hidrelétrica que supriria de energia toda a extensão das terras da Fábrica, as instalações da tecelagem e as residências dos operários, o que não era pouco, já que a Pau Grande tinha mais de quinhentos empregados à época (WEID: 1986. p. 269). Seria um empreendimento privado da América Fabril. Ao que parece o projeto não foi levado adiante porque um programa agrícola de drenagem do solo através do plantio da cana era naquela fase a prioridade entre os investimentos da AF. Já em meados do século XX, o declínio do empreendimento América Fabril e a concorrência no ramo têxtil

com o parque industrial paulista acabaram não permitindo a concretização do projeto tão ousado.

O projeto da usina não se realizou, mas ficou o documento, o parecer conclusivo dos engenheiros especialistas que prestaram a consultoria para a América Fabril, de que a região, “muito rica em mananciais”, tinha plenas condições de abrigar a hidrelétrica.

A atividade têxtil, como se sabe, foi – e ainda é – das mais nocivas às vias hídricas. É evidente que as condições hídricas existentes hoje na região do Assentamento de Cachoeira Grande foram comprometidas e nem por sombra se comparam à fartura registrada no mapeamento hidrográfico realizado na década de 1920. Hoje em dia corre um filete de água no leito raso e alargado do Rio Cachoeira. As valas de dejetos e as canalizações rompidas pela ação do tempo, dentro e fora dos lotes, expõem o desperdício de água e o esgoto a céu aberto. A paisagem é a confirmação da degradação.

O modo como se deu o consumo dos bens coletivos e naturais é uma evidente marca de um lugar que mantinha “*mais de cinqüenta machadeiros cortando madeira na encosta da Serra (dos Órgãos) para alimentar as caldeiras da Fábrica*”, como relembrou o sr. Janice Duarte na entrevista que concedeu.

O pensamento contemporâneo, ao introduzir a reflexão acerca da nova ordem da globalização, pôs em questão e alterou o caráter de certos termos como a mobilidade, pela mudança nas relações entre espaço e tempo, descentrou as formações sociais, e refletiu sobre o nomadismo, a migração, a diáspora, a viagem, o cruzar fronteiras, questões do homem em relação ao espaço-território em que ele se coloca (ESCOBAR: 2000).

As Ciências Sociais vêm se ocupando desde sempre do tema do agrarismo, da terra como capital originariamente acumulado, assim como da complexa questão do trabalho como mercadoria.

Pode-se dizer que a terra é um produto histórico, determinado principalmente, entre outras coisas, pelo processo de colonização. No caso do Brasil, a acumulação primitiva de capital tem suas origens anteriores até à *plantation* colonial (GARCIA JR.: 2002). A acumulação primitiva de capital, já introduzida no Brasil pelos próprios colonizadores, foi o processo de concentração de riquezas nas mãos da burguesia, entre os séculos XVI e XVII, que deu origem ao capital empresarial e à formação das primeiras empresas capitalistas constituídas nos primórdios da Revolução industrial. É um conceito que foi estudado por Marx, e anteriormente ainda por Rosa Luxemburgo, que considerava que a origem primeira dessa concentração foi o comércio de escravos, a reificação das pessoas e a apropriação de seu trabalho como mercadoria, o saque, a exploração das novas terras descobertas - a América - e, por fim, a expulsão dos camponeses para as cidades e a subsequente exploração de seu trabalho por uma burguesia industrial que se formava. É inquestionavelmente dessa acumulação do capital de onde derivara o abismo social com o qual convivemos e que já naturalizamos no nosso dia-a-dia.

Como já mencionei, os estudos culturais dos dias de hoje têm reconhecido e incorporado a noção de identidade como algo flutuante e permanentemente transformado e negociado em função dos pertencimentos que encontram-se também em contínuo deslocamento.

Generaliza-se também uma busca intensa pelas "raízes" culturais mais originais, como numa reação aos projetos de desenvolvimento fracassados na modernidade. No mundo inteiro, novos desenhos sociais vêm se estabelecendo marcadamente desde o final do século XX, descentrando as instâncias maiores de organização social, em especial as de ordem nacional.

Em toda parte têm emergido, paralelamente à trajetória descendente verificada nas instituições de ordem nacional e internacional, construções socioculturais menores, nas quais a flexibilidade e a instabilidade singularizam uma comunidade tão pequena como Cachoeira Grande, ao mesmo tempo em que lhe permite novas inscrições, integrando-a a universos culturais bem amplos.

Dentre essas relações, de grupos e espaços, há a defesa do próprio território, o esforço por garantir e reafirmar identidades culturais que garantam pertencimentos e mais essencialmente, a sobrevivência do indivíduo. O lugar também é defendido e preservado como ponto de retorno, a raiz, como se isso fosse para o indivíduo uma necessidade ontológica.

As questões envolvendo a identidade do indivíduo, suas inscrições sociais e o alcance das trocas que realiza são o ponto de partida para compreender um determinado campo, mercado de trocas simbólicas, que se explicita na relação identidade-espaço-poder. Os espaços são lugares de criações históricas, neles as relações sociais se desenvolvem e se representam. A arquitetura invariavelmente desvenda relações sociais onde se passam as relações de poder. A humanidade constrói sempre para abrigar as práticas do seu cotidiano, e é na vida diária que se realizam e se sedimentam as relações de uma sociedade. Então, outro modo de relacionar a vida humana ao conjunto ambiente é reconhecer na espacialidade, na territorialidade, na construção do lugar, do espaço, um discurso elaborado pelo homem, expressão também - e sobretudo - das tensões, contradições, negociações e articulações do cotidiano em uma sociedade.

2.5. O grupo da APPCG: descrevendo as entrevistas

De modos variados, o indivíduo naturalmente empreende produzir aquilo necessário a uma certa sobrevivência social, étnica, cultural, no mundo. Assim, as identidades mantêm-se em reformulação e reconstrução permanentes, tanto

no âmbito da individualidade, quanto da identidade nacional e de outras instâncias intermediárias da vida social (GIDDENS: 2002, p. 37).

Na trama complexa de negociações de identidade, pertencimentos sociais são ativados e pode-se observar os compromissos, as disputas, os conflitos, contradições, tensões e rupturas – conscientes ou inconscientes, veladas ou explícitas, em nome de alguma identidade que se pretende produzir.

No caso de Cachoeira Grande, a participação dos membros mais idosos na liderança comunitária é ativa, especialmente dos que, além de terem um passado nos quadros da Fábrica ou de militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, prosseguiram na atividade agrícola. São os chamados “históricos”:⁵ pessoas acima de 50 anos, na maioria homens, cujas opiniões são fortemente consideradas, ainda que não necessariamente acatadas. Os “históricos” foram - e em algumas situações ainda são - os membros autorizados pelo grupo a representá-lo diante de interlocutores externos à comunidade.

Quando procurei a APPCG e expus meu interesse em pesquisar sobre a trajetória daquela comunidade, imediatamente o presidente da Associação incumbiu a diretora cultural de me levar a algumas pessoas. Essas pessoas tinham justamente em comum o fato de serem mais velhas, serem ex-operários da Pau Grande ou terem participado da luta pela permanência nas terras de Cachoeira Grande após o fechamento da Fábrica.

Assim, os que têm lembranças de como era a vida ali a trinta anos atrás acabaram identificados no grupo como os “históricos”, espécie de “guardiões da memória” local.

Norbert Elias, em *Os estabelecidos e os outsiders*, uma obra etnográfica consagrada, estudou uma comunidade no interior da Inglaterra, que em muitos

⁵ Expressão utilizada por membros da diretoria da APPCG em entrevistas que me concederam.

traços me lembrou Cachoeira Grande nessa complexa relação entre os membros das diversas associações. Na comunidade, que Elias ficticiamente denominou Winston Parva, embora os indicadores sociológicos, como renda, educação ou tipo de ocupação fossem relativamente homogêneos, não era esse o modo como os habitantes se percebiam. Para eles o povoado era claramente dividido entre um grupo que se sentia e era reconhecido como *establishment* local, e outro pelos que chegaram depois, os *outsiders*. Os primeiros baseavam sua distinção e poder no princípio da antigüidade, moravam ali havia muito mais tempo e se sentiam representados pelos valores da tradição. Os outros, que chegaram depois, também compreendiam dessa forma e fortaleciam esses valores em suas relações. Critérios nem sempre muito explicitados definiam pertencimentos ou exclusões na comunidade.

Na Associação de Cachoeira Grande também não há grande desnível socioeconômico, mas ficaram delineados os "antigos" e os "novos"; os "agricultores" e os apenas "moradores"; os "da Associação" e os que, além de "associados", também são "cooperativados".⁶ Assim, as tensões locais reproduzem, como na "Winston Parva" de Elias, questões não só do campo das Ciências Sociais, mas também das relações humanas.

As identidades foram surgindo ao longo das entrevistas: "ex-operário", "ex-funcionário da América Fabril", "agricultor", "agricultor familiar", "assentado", "aposentado". As expectativas também se mostram, quando alguém apresenta o desejo de tornar-se "agricultor orgânico", o que pode vir a se realizar por intermédio de um contato com a Associação de Agricultores Biológicos de Teresópolis.

⁶ Alguns membros agricultores da Associação, "novos" e "antigos", participaram em 1996 da criação de uma outra entidade, a Cooperativa Agrícola e Agro-industrial de Magé, que reúne agricultores de todo o município, visando um perfil melhor para o desenvolvimento de seus pequenos empreendimentos agrícolas.

As identidades flutuam e são acionadas ou não, de acordo com a ação que o indivíduo visa empreender e em direção a quem, ou a quê, ele orienta o seu discurso. É crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições e o quê a interpretação, a resposta à pergunta, autoriza. Essa relação de forças no processo de identificação, que é também um protocolo cultural, evidentemente repercute na identidade institucional da APPCG.

Muitas pessoas do Assentamento de Cachoeira Grande chegaram àquelas terras no período entre o fechamento da Fábrica e a regularização da ocupação, entretanto, é fácil compreender por que os ex-funcionários da América Fabril são vistos com distinção. O que facilitou muito a intervenção fundiária por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro foi lidar com o fato de que eles eram um grupo de desempregados da indústria local, ou melhor, de uma grande empresa de capital aberto. Essas pessoas se diferenciavam daquelas que vinham das “lonas pretas” do MST, por exemplo. A repercussão na opinião pública e o caráter político da reforma agrária realizada em Cachoeira Grande foi bastante amenizado pela procedência do grupo. Sabe-se, contudo, que a ação e a experiência do STR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e da FETAG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, contribuíram muito para a conquista do pleito do grupo no meio público, no processo de regularização do Assentamento, o *status* desse novo grupo, dos que chegaram nos anos de transição e que não haviam pertencido aos quadros da Fábrica, jamais se igualou àquele dos antigos moradores, mas é perceptível que vem se valorizando gradativamente na comunidade graças aos êxitos obtidos direta ou indiretamente na atividade agrícola, na produção, no beneficiamento, ou mesmo na organização associativa e comunitária.

2.6. Os entrevistados

A seleção dos entrevistados inicialmente acompanhou o critério de valorização pessoal conferida pela comunidade, conforme discutido anteriormente. Assim, a seleção inicialmente voltou-se para ex-operários da Pau Grande. Por essa razão fui apresentada aos srs. **Julio Muniz Cardoso**, **Janice Duarte** e à sra. **Joana D'Arc do Nascimento**, ex-funcionários da América Fabril, e realizei entrevistas com eles.

Além desses três antigos operários, que viveram a atividade da fábrica e passaram os anos de transição, incluí entre os entrevistados o sr. **Bráulio Rodrigues**, por ser uma liderança importante na luta na década de 1980, ele me auxiliou muito na compreensão dos fatos desse período.

Entrevistar **Deocacil Luciano**, presidente da APPCG reeleito em 2003, vice-presidente em 2004 e também presidente do STR-Seção Magé, foi fundamental para a coleta de dados.

Outras entrevistas aconteceram ao acaso, em função de oportunidades diversas, e naturalmente enriqueceram de tal modo a visão que formei dos fatos, que decidi incluí-las aqui, como foi o caso da **Rosemary da Silva Freire**. Ela foi um apoio importante no trabalho de campo, acompanhou a maioria das entrevistas que fiz e as conversas que tivemos foram de grande valia.

Miguel e Maria da Glória foram as primeiras pessoas que conheci na APPCG e a fiz com eles a primeira entrevista. Eles não são ex-operários, nem descendentes, destes, são pequenos produtores, sequer estavam ali na época da luta pelas terras. Eles têm um perfil interessante para balancear o conjunto de entrevistados. Assim, para representar os "novos agricultores" selecionei o

depoimento deles. Maria da Glória chegou a ser presidente da APPCG em 2000.

Foram muitas as conversas informais também, inclusive com as crianças da comunidade. Não foram entrevistas propriamente, seus resultados aparecem nas entrelinhas deste trabalho.

Dos “antigos”, **Sr. Julio Muniz** tem 71 anos, é casado, brasileiro e vive em Cachoeira Grande há 65 anos. Nasceu em Guapimirim, município próximo a Magé. Ele e seus irmãos trabalharam na Fábrica de Pau Grande, ele especificamente serviu no setor do Alvejamento por 35 anos.



Fig. 26 - Sr. Julio Muniz e Dona Joana. 2002.

A casa da família Muniz se situa na subida para as cachoeiras. A chaminé da Fábrica é encravada no quintal da casa deles. As ruínas do Galpão do Alvejamento ficam ao lado. As condições de vida são bem precárias e não há meios de plantar quase que nem para consumo próprio.

O lote do sr. Julio é íngreme e o terreno é pedregoso, de tal forma que para agricultura é inadequado. A alternativa de criarem pequenos animais exigiria um investimento que eles não teriam condições de fazer. Eles cozinham em um fogão de lenha no quintal e na ocasião da entrevista a casa não tinha energia elétrica.

Uma marca da entrevista dada pelo sr. Julio foi uma certa mágoa da vida, uma mágoa que ele não identifica muito bem a quem atribuir, se confundindo entre a Fábrica e o sistema previdenciário brasileiro:

"A Fábrica era bom patrão. Não tinha igual. Mas depois botaram um monte de ladrão aí. Entravam e saíam de bolso cheio. Eu sei que o prejudicado fui eu, eu e o meu irmão. Depois de ganhar um salário bom, hoje em dia não está dando nem para o café."

Ele queixou-se muito da saúde: *"Eu fazia de tudo aí dentro. Lavava máquina. Aqui era cloro, ácido, um sistema mais antigo. Botaram uma máquina de amônia, foi aquilo que mais matou nós ali (sic.). Aquilo foi uma besteira."* Ao que parece, seus problemas neurológicos e respiratórios guardam relação com a insalubridade do Alvejamento. Na indústria têxtil de modo geral, apesar das evoluções tecnológicas, isso perdura até os dias de hoje.

Julio vive com sua esposa, dona Joana, o filho desempregado, a nora e os netos. Quantos? *"Ah, aí tem criança até não poder"*, me respondeu ele (Fig. 26).



Fig. 26a - *Netos do sr. Julio brincam com água nas ruínas do Galpão do Alvejamento. 2002.*

O sr. Julio e dona Joana também queixaram-se muito do desemprego do filho. Ao final da entrevista ela me pede ajuda para conseguir um emprego para ele, apesar de eu ter-lhes dito, quando me apresentei, que era estudante e fazia uma pesquisa.

A entrevista do **Sr. Janice Duarte** foi uma das mais empolgantes. Ele é um senhor viúvo, sessenta e dois anos, pai de dois filhos já adultos e avô de um neto. É muito conversado e foi mecânico por muitos anos na Fábrica. Janice aprendeu o ofício na década de 50 com os técnicos americanos que vieram instalar os equipamentos na indústria, e a América Fabril pagava alguns garotos para ficarem por perto como auxiliares dos estrangeiros. O sr. Janice, então com quatorze anos, aprendeu, juntamente com outros jovens, a realizar as rotinas de manutenção dos equipamentos e até a fazer efetivamente reparos nas máquinas.



Fig. 27 - sr. Janice Duarte na varanda de sua casa. Cachoeira Grande, Magé, 2002.

Ele tem um padrão de vida confortável em relação aos outros assentados. Possui um automóvel, uma casa boa e ampla, pratica agricultura com os filhos, cultiva rosas por *hobby* e inicia também um pequeno criadouro de peixes. É um caso de ex-operário que já praticava a pequena agricultura na época da Fábrica e manteve a atividade. No período da entrevista eles tinham uma lavoura de milho.

Janice Duarte entre os entrevistados foi o mais entusiasmado quando falou sobre a América Fabril. Ele viveu intensamente aqueles tempos, ao que parece, de boa remuneração e forte proteção da corporação. Foi do senhor Janice Duarte a frase que inspirou muito dessa monografia: *"A Fábrica era como um pai para a gente!"*.

Janice encerrou a entrevista contando que foi a Petrópolis resolver uns assuntos e acabou reencontrando uma antiga funcionária da Pau Grande, uma "paquera" sua quando jovem. Ela também ficara viúva na mesma época em que ele. O reencontro conduziu-os a uma união que já dura mais de um ano. *"Por enquanto é cada um na sua casa, mas ela vem para cá, fica aqui. Isso é muito bom. A gente renasce."*

Joana D'Arc do Nascimento, outra histórica, me foi apresentada por sua sobrinha, Rosemary, diretora da APPCG. Vive com o marido, Paulo, e seus três filhos, dois rapazes e uma moça. Eles moram na Vila Miséria, em uma das casas ainda remanescentes das mais antigas vilas operárias dali. Joana foi operária da Fábrica, sendo demitida na década de 1970, porque participou de uma greve. Não havia qualquer registro de greve na história de Pau Grande até então, mas o protesto se justificava por meses e meses de atraso no pagamento dos salários. Depois de demitida passou por dificuldades, o que se agravou quando sofreu um acidente grave de trem. *"Foram tempos difíceis"*, lembra ela. A entrevista com a Joana foi diferente das outras com ex-operários, pois não foi marcada pela nostalgia em relação à Fábrica. Joana se entusiasmou mais ao falar do seu desejo de fazer salgadinhos e bolos para festas e da casa nova que, devagar, vai construindo no pedaço de terreno apertado.

O casal tem participação ativa na comunidade desde os tempos da regularização do Assentamento: Paulo foi presidente da APPCG e Joana foi candidata à vereadora. Ele trabalha na agricultura, cultiva um coqueiral; quando o assunto é agricultura ele se interessa muito. Entre os seus filhos, a menina adolescente cursa o primeiro grau e os rapazes, um trabalha no comércio de Piabetá e o outro no centro do Rio.

Joana e sua irmã, Célia Freire, queriam se inscrever como candidatas a um emprego num pequeno shopping recém inaugurado em Piabetá, mas sabem que não podem trabalhar de forma legal, porque têm aposentadoria do INSS.

O **Sr. Bráulio Rodrigues** tem 72 anos é casado e tem dois filhos também casados que já lhe deram netos. Ele chegou ao Assentamento na época da disputa pelas terras, era funcionário da SEAF e foi um elemento-chave nos primeiros passos do grupo em seus primeiros passos por uma vida autônoma. Ele participava na década de oitenta também do PDT, Partido Democrático

Trabalhista, fundado e presidido pelo à época governador Leonel Brizola. O sr. Bráulio tem suas origens na comunidade nos anos de transição, anos de luta pela posse fundiária.



Fig. 28 - Sr. Bráulio Rodrigues, um dos assentados entrevistados pela pesquisa, participando de seminário na sede da Associação.

Bráulio é um membro bastante considerado pelo grupo de assentados. Não tem passado na Fábrica, mas sua experiência é muito valorizada na comunidade por sua participação na negociação entre a comunidade e o Estado na época da formalização do Assentamento. Ele foi bastante discreto ao comentar os caminhos da APPCG, pareceu se interessar muito pelo plano político da coisa. Ele tem lavoura e pareceu cuidar bem dela, apesar de estar com a esposa doente no período da entrevista e ocupado com o ir e vir entre Piabetá e o hospital público no município do Rio, onde tentava internar a esposa para fazer uma cirurgia.

O discurso observado na entrevista do atual presidente, **Deocacil Luciano**, em 2003, em entrevista que me concedeu na sede da Associação já em funcionamento, teve muito mais o caráter de representação institucional, e a conversa foi em função da APPCG e da participação da comunidade na Associação. Deocacil se expressa com muita facilidade, têm mais anos de escolaridade do que a maioria dos associados da APPCG. Em seu depoimento, um ponto recorrente foi a baixa participação dos associados nas discussões da APPCG e que a contribuição - irrisória - é devida há anos pela grande maioria dos representantes dos lotes.

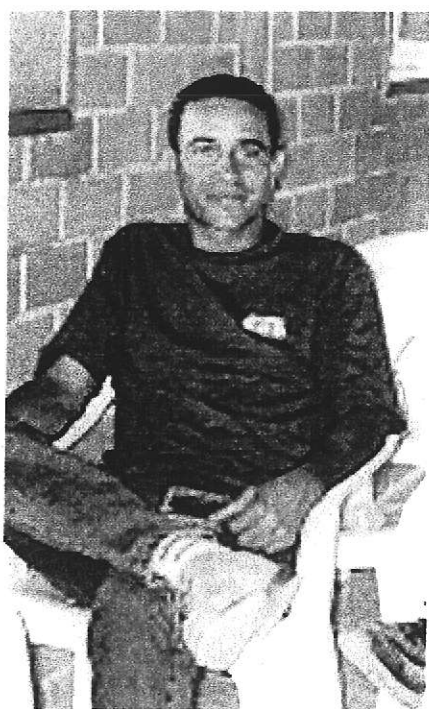


Fig. 29 - Deocacil Luciano, 33 anos, presidente reeleito da APPCG, na sede da entidade. Cachoeira Grande, Magé. 2002.

Deocacil é muito atuante no âmbito do trabalho rural em Magé, articulou recentemente uma conquista importante para os agricultores: a chegada de um trator que agora é abrigado na sede da APPCG. O trator não pertence exclusivamente à Associação, sendo partilhado com outras comunidades de Magé, mas o fato de terem conseguido se incluir no programa do Conselho Municipal se deve primordialmente à participação de Deocacil no Conselho.

A entrevista com a **Rosemary Freire da Silva**, 38 anos, separada, mãe de três filhos, evangélica, diretora cultural da APPCG, foi incluída porque ela foi uma espécie de cicerone ao longo da pesquisa de campo. Sua família e sua casa tornaram-se pontos de referência para mim nos três anos da pesquisa. A

frequência com que tínhamos contato foi superior a que tive com qualquer dos outros entrevistados. Decidi então que, por essas razões, seria coerente incluí-la entre os entrevistados, sem obrigar-me contudo a fazer o mesmo com todos os outros membros da diretoria da APPCG, pessoas com as quais nem tive contato tão intenso. De toda forma, a sua presença entre os entrevistados já seria válida pelo fato de Rose ser filha e sobrinha de ex-operários da América Fabril. Ela e sua família numerosa residem na área denominada Vila Miséria, em um lote pequeno – por isso não plantam – no qual se dividem em duas casas, uma de tijolo, muito antiga e mal conservada, e, atrás, a casa de pau-a-pique em que moram Rose e seus filhos. A família vive em condições precárias de conforto. Rosemary estudou até o segundo grau técnico em contabilidade, atingindo uma escolaridade incomum entre os assentados, de modo que isso possivelmente também contribui para que ela mantenha o prestígio que tem na comunidade, tendo sido eleita sucessivas vezes para a Diretoria Cultural da APPCG.



Fig. 30 – Rose (38), seus três filhos, Michael Victor (10), João Victor (7) e Tatiane (11).

A irmã de Rose, Márcia Freire Reis (33) e seus três filhos, um deles esconde-se na lateral da casa no momento da fotografia. Cachoeira Grande, Magé, 2002.

Dona Célia Freire (56), mãe de Rosemary, trabalhou como empregada doméstica no Rio e se aposentou pelo INSS.

As condições de vida para essa família têm sido muito difíceis. A irmã da Rose, Márcia Freire Reis também se separou do marido, com quem vivia em outro lote do Assentamento. Com a separação, ela e os três filhos mudaram-se para a casa de dona Célia. São ao todo doze pessoas vivendo juntas.

Como o lote deles é mínimo, os planos de dona Célia para o terreno não se referem a qualquer cultivo, envolvem apenas repartir a área entre os filhos para que um dia venham a ter suas próprias casas.

Rose tem a posse do lote em frente ao de sua mãe e no final do período da pesquisa ela iniciou a construção de uma pequena casa de alvenaria para ir morar com os filhos. O ex-marido de Rosemary, pai de seus filhos, estava contribuindo com a mão-de-obra para a construção dos três cômodos.

Como a maior parte dos entrevistados, Rose não tem fonte de renda estável, dá aulas particulares de reforço escolar para crianças das redondezas que, misturadas aos seus filhos e sobrinhos numa mesa no quintal de casa fazem suas atividades. Ela faz também trabalho de manicure para pessoas conhecidas de Cachoeira Grande, principalmente nos finais de semana.

Quando tive o primeiro contato com a Rosemary, ela estava recebendo uma bolsa de trabalho de um projeto coordenado pela UFF, como instrutora em educação ambiental na comunidade, mas o projeto durou cerca de dois anos apenas. No período da pesquisa ela trabalhou também como diarista na zona sul do Rio, mas a atividade tornou-se inviável pela distância e pelo retorno para casa após um certo horário, que, segundo ela, era perigoso.

O Miguel e a esposa, Glória, foram as primeiras pessoas com quem eu conversei em Cachoeira Grande. Cheguei na região perguntando quem poderia me falar sobre o Assentamento e me indicaram a casa deles, na época a APPCG não tinha sede. Glória era a presidente da Associação. O casal é um exemplo dos que praticam a agricultura com vistas a se profissionalizar. Miguel é funcionário do Hospital dos Servidores do Estado, no centro do Rio, mas sua esposa, além de cuidar da filha do casal, se dedica ao trabalho na lavoura, especialmente quando Miguel está ausente. Eles relataram na entrevista que foram morar em Cachoeira Grande em 1985. Adquiriram o lote de um senhor, que viveu ali por quarenta e dois anos:

“Ele, o tal senhor, como a maioria dos outros assentados, era empregado da América Fabril. Mas como vários deles, ele passou o lote.

Algumas das parcelas viraram sítios de lazer. Não é certo. Eu sou técnico de laboratório, tenho emprego, mas produzo e sempre tive relação com a terra, por isso até não pude me candidatar na associação, tivemos que eleger a Glória, minha esposa.

O engraçado é que quem gosta mesmo da agricultura sou eu. Quando menino, na Bahia, eu trabalhava no cacau. Eu e Maria da Glória na época em que chegamos aqui, tínhamos a menina com dois anos, morávamos em Caxias (Duque de Caxias, município do Grande Rio, vizinho a Magé), Conhecemos aqui, gostamos, vendemos lá e compramos aqui.

O sentimento de Miguel ao falar da tradição agrícola que vem se fortalecendo na região se revela num trecho que também seleciono: *“É claro que no dia em que a minha filha se casar, o marido dela vai vir plantar aqui conosco. Ela vai ter filhos. E assim vamos indo.”*

Em outro trecho da entrevista ele conta como é a vida para eles: *“Aqui não existe salário, é o nosso próprio trabalho e das nossas famílias. Aqui somos eu, minha mulher e minha filha. Vamos trabalhando e sobrevivendo. Quando precisamos, chamamos reforço e pagamos o dia de trabalho, ou, dependendo do caso, combinamos o preço pela empreitada.”* E continua: *“Considero atualmente o nosso maior desafio justamente a*

parte do processo que vem depois do trabalho na lavoura. Essa é a parte mais difícil de melhorar. Hoje é assim: os camelôs (autônomos) compram e revendem ao lojista, feirante ou ao comércio informal de rua. Eles vêm buscar. Ou então a gente paga para levar até o mercado (CEASA). Mas não vale a pena levar, no final a gente entrega cerca de 40% de tudo para o caminhão e o mercado. Então, se eu estou com o fruto no pé para tirar e poderia conseguir R\$ 5,00 pela caixa, por exemplo, é melhor entregar ao camelô por R\$ 2,00. Ele vem pegar aqui, paga a vista e leva. E tem que ser rápido, porque se não o bicho come tudo no pé."

A entrevista de Miguel, na parte aberta, rumou direto para o lado das perspectivas no trabalho agrícola. Ele falou sobre as alternativas de financiamento através do PROCERA, do PRONAF. Na medida em que não foram operários da Fábrica, nem são descendentes de operários, é pela identidade de agricultores familiares que Miguel e Glória se apresentam. Falaram sobre agricultura orgânica, sobre um contato recém-aberto pela APPCG com a AGRINATURA, Associação de Agricultores Biológicos de Teresópolis, município serrano próximo de Magé e sobre as metas da Associação de Cachoeira Grande. E ressalte-se aqui que a valorização da agricultura orgânica entre esses entrevistados se dá em grande parte por uma tendência de visão, mais urbana que rural, "politicamente correta", do campo, emulada por valores urbanos.

Na época da entrevista com Miguel e Glória, novembro de 2001, a sede da APPCG ainda estava em construção. Talvez por isso, a entrevista com os dois tenha tomado um caráter mais pessoal e tenha se voltado para os projetos familiares. Falaram muito mais das suas metas como um núcleo familiar de produção agrícola do que a Glória como presidente da Associação.

2.7. Materialização da problemática identificada na pesquisa: as ruínas do Galpão de Alvejamento

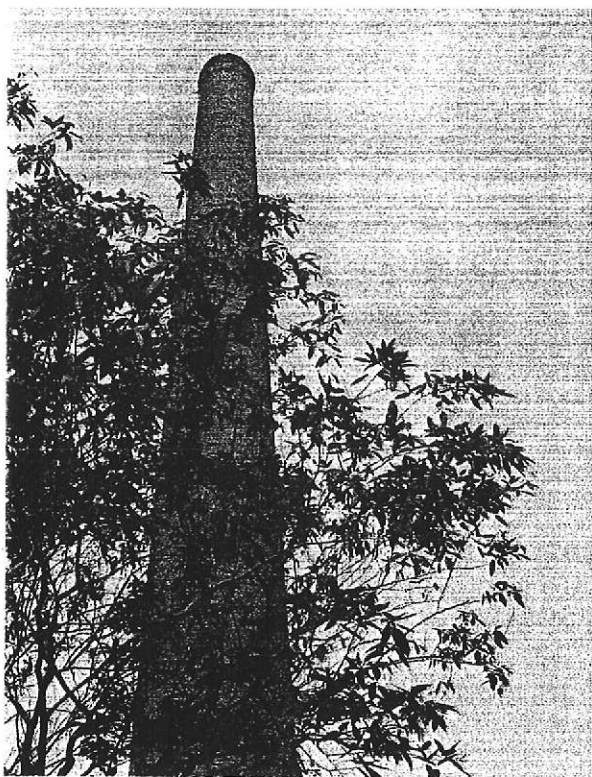


Fig. 31 - Ruínas da chaminé do Galpão.
Cachoeira Grande, 2002.

A família Muniz já mora na área desde a época em que o Alvejamento se instalou e conseguiram manter-se ali após a legalização das terras, embora só tenham conseguido até hoje a autorização provisória do lote.

Da estrada das Andorinhas, chegando ao Assentamento de Cachoeira Grande, a primeira visão que se tem é de uma grande chaminé. É como uma assinatura que a América Fabril deixou no espaço.

Quando entrevistei o Sr. Julio Muniz, antigo trabalhador da Pau Grande, conheci a base da chaminé. Ela ainda se encontra em bom estado, mas, claro, totalmente desativada. Algumas crianças brincavam junto ao fosso. Eram os netos do Senhor Julio, a terceira geração da família que vive numa casa bem modesta ao lado da antiga fornalha.



Fig. 32 - Crianças brincam na base da chaminé do Galpão do Alvejamento.
Cachoeira Grande, Magé, 2002.



Fig. 33 - As roupas da família secam no varal junto à chaminé. Cachoeira Grande, 2002.

Ao lado do terreno de Julio Muniz há o “esqueleto do Alvejamento”. São as carcaças de dois grandes galpões, cuja área o Iterj, à época da divisão dos lotes, decidiu tornar de uso comum dos moradores dos cento e cinquenta e seis lotes do Assentamento.

As ruínas do galpão me impressionaram muito. Há abundância de água de boa qualidade em nascentes, certamente por isso a América Fabril construiu o Alvejamento ali.

O Galpão foi desativado pela AF quando esta pediu concordata, em 1971. Na ocasião a empresa desativou várias unidades, entre elas o Alvejamento de Cachoeira Grande.

Apesar dos quase trinta e cinco anos sem qualquer manutenção, as ferragens ainda se encontram em muito bom estado. A construção é da década de 1950, isso se sabe porque os prédios foram erguidos com o propósito de abrigar o sistema antigo de autoclave das caldeiras, já que a Pau Grande adquirira um sistema mais moderno, que colocou em funcionamento nos prédios principais da Fábrica em Pau Grande propriamente.

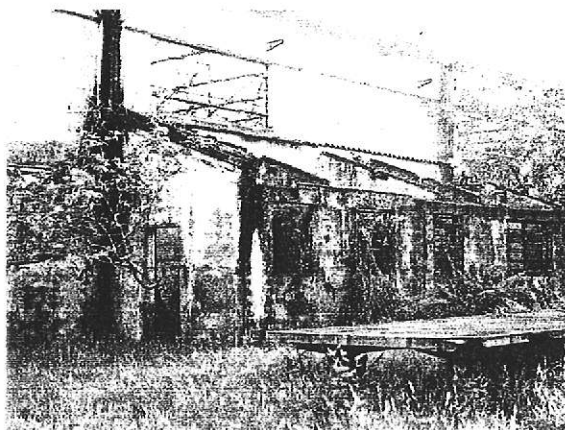


Fig. 34 e 35 - Alvenaria dos Galpões que compunham o serviço de alveamento da Fábrica Pau Grande. Cachoeira Grande, 2002.

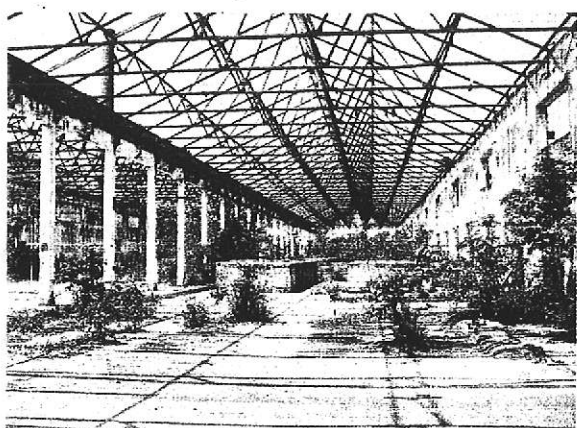


Fig. 36 e 37 - Ferragens do Galpão do Alveamento. Cachoeira Grande, Magé. 2002.

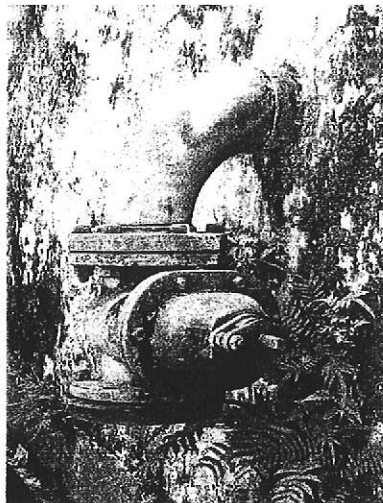
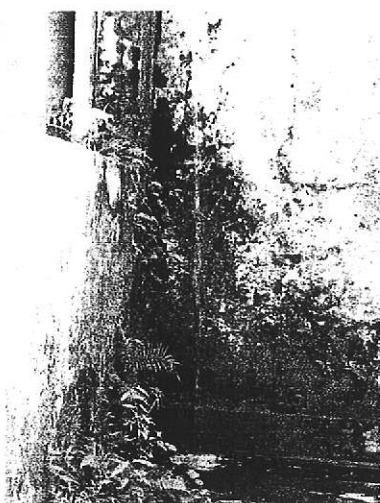


Fig. 38, 39 e 40 - Netos do Sr. Julio brincam junto às instalações hidráulicas do Alveamento. Cachoeira Grande, Magé. 2002.

O trabalho de alveijamento na indústria têxtil consiste na ação química de banhos fortemente ácidos sobre a fibra natural, descolorindo-a. O Serviço do Galpão do Alveijamento operava permanentemente com caldeiras em altas temperaturas. Era sem sombra de dúvidas o trabalho mais sacrificado de todo o processo de produção do tecido.

Na entrevista que me concedeu o sr. Julio Muniz, que trabalhava no Setor de Alveijamento, queixou-se várias vezes de que seus problemas de saúde atuais se relacionavam às condições insalubres do trabalho que desempenhou por mais de trinta anos.

A localização do Alveijamento certamente não foi uma escolha aleatória. A atividade têxtil como um todo exige fartura hídrica, mas é no Alveijamento em si onde há maior consumo de água. Além disso, o escoamento de substâncias químicas também exige volume no fluxo de água.

A discussão da comunidade em torno do Galpão foi me chamando atenção gradativamente e surgiu como hipótese de trabalho após as entrevistas que fiz com o presidente da APPCG, Deocacil, e com Rosemary, diretora da entidade, porque eles comentaram sobre um generalizado desinteresse da comunidade e a baixa participação dos membros da Associação nas assembléias. Estas seriam, na visão deles, as maiores dificuldades em gerir a APPCG. Segundo Deocacil, eram sempre os mesmos dez ou quinze membros da entidade a decidirem sobre assuntos que dizem respeito a todas as famílias do Assentamento.

Nesse mesmo dia da entrevista com Deocacil, quando saí da sede da APPCG, passei rapidamente na casa de alguns assentados, pessoas que eu já conhecia, para cumprimentá-los. E aconteceu algo curioso: nas três casas que visitei, quando perguntei por novidades, todos falaram de um casal com duas crianças, que havia

chegado de fora uns dois dias antes e se instalado na salinha da guarita do Alvejamento. *"Não pode, assim vai virar uma favela". "Agora eu não sei como vai ficar, se a APPCG vai tomar alguma providência..."*

Todos me relataram o caso da família sem-terra. Resolvi então ir vê-los. A guarita é um sala de 2x2m, totalmente depredada, sem vidros nas janelas basculantes e sem porta. O casal cozinhava algum alimento em uma lata sobre uma fogueira. Umas três ou quatro sacolas encostadas na parede. O cheiro de urina do lugar já era bem anterior à chegada deles. Aquela família vivia um estado de miséria, que realmente ofende a dignidade humana. Eles me contaram que trabalharam numa colheita para um sitiante das proximidades, que o trabalho havia acabado e que foram dispensados. *"Só resta sair andando atrás de outra coisa"*.

Na semana seguinte fui a Cachoeira Grande e aquela família já não estava mais no Galpão do Alvejamento. Rose me disse que alguns associados da APPCG foram lá, pacificamente, explicar a eles que não poderiam permanecer no local, que tratava-se de uma área de propriedade da comunidade.

Esse episódio é sugestivo por dois motivos. Primeiro porque existe uma contradição no fato de que pessoas assentadas se neguem a abrigar um casal de retirantes com duas crianças, uma ainda bebê, uma situação possivelmente semelhantes à história de alguns deles. Segundo porque, afinal, fica a pergunta: a comunidade do Assentamento de Cachoeira Grande se mobiliza ou não em torno das questões coletivas? O quê, exatamente, define os interesses dos associados da APPCG?

Em relação à primeira questão, tempos depois, após realizar outras entrevistas, compreendi que os assentados que foram operários da América Fabril em nenhum momento se identificam com as lutas fundiárias espalhadas pelo país ou pelo

estado do Rio de Janeiro. Os entrevistados vêem suas propriedades como uma herança deixada pela Fábrica, alguns até ocasionalmente demonstraram antipatia pelo MST: *"esses são uns bagunceiros"*.

Com relação à segunda indagação que me fiz, se a população se mobiliza ou não, e por quais motivações, o Galpão surgiu como um veio de investigação atraente, já, que em função dele houve uma mobilização efetiva. Rapidamente todos souberam da chegada da tal família, rapidamente todos formaram uma opinião homogênea na coletividade, de modo que em pouco tempo uma comissão ágil se formou e foi tratar do caso, tendo obtido êxito na missão. Concluí que o Galpão é de interesse coletivo sim, mas talvez a mobilização somente tenha se dado pela ameaça de perder a propriedade desse patrimônio para elementos estranhos ao círculo da Associação.

Talvez só tenha havido verdadeiro empenho da comunidade na luta por conquistar a posse de seus lotes, suas propriedades privadas. Mas quando os interesses são mais abrangentes, ultrapassando o âmbito do núcleo familiar, a participação se reduz.

Além de ser uma entidade criada por imposição de um órgão público, e por isso não ter na sua origem a força daquelas associações que são idealizadas por seus próprios fundadores, a APPCG carrega matrizes de experiências associativas autoritárias e paternalistas. Desse modo, a questão do patrimônio coletivo possui outro significado para o grupo, aquele da consolidação de seus interesses imediatos.

Na época da criação do Assentamento, os moradores conseguiram dos órgãos públicos um trator e um caminhão usados. Com o tempo, ambos viraram sucata e os associados voltaram a pagar R\$ 50,00 pela hora de aluguel do equipamento se

quisessem abrir novas lavouras. Da LBA, a APPCG recebeu equipamentos e utensílios para uma cozinha industrial, que também, segundo "consta", se dispersaram pelas casas dos associados, "evaporaram".

O Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro por vários anos se mostrou interessado em apoiar algum projeto que a comunidade propusesse para transformar o Galpão, mas isso nunca foi levado adiante pelo grupo de Cachoeira Grande. Decidir o que fazer com o Galpão constitui realmente um impasse interno. Por que?

Sempre que pude fiz informalmente a minha enquete: "se dependesse de você, em quê você gostaria que se transformasse o Galpão do Alvejamento?" Nunca ninguém me respondeu que gosta dele assim como está. Mas a variedade de propostas é grande: um centro de beneficiamento agrícola, uma central de escoamento da produção e apoio ao agricultor, uma criação de peixes, uma escola de melhor qualidade, e que funcionasse à noite. Algumas senhoras afirmam que seria bom ter um comércio melhor e mais perto de casa. Isso sem contar as idéias originais das crianças.

Durante as visitas a campo fui me dando conta de que o esqueleto do Galpão, a chaminé e até as condições de vida da família do sr. Julio Muniz se interligavam, simbolicamente, materializando o impasse em que vive o grupo de Cachoeira Grande, o grupo da APPCG.

Em ambos os casos, estabelecer planos e formular projetos são uma dificuldade. Existem obstáculos para a concretização de benefícios coletivos, a partir das dificuldades individuais de se situar como grupo e em constituir o discurso de grupo.

O Galpão é um bem cultural, um patrimônio que diz respeito à história coletiva da comunidade. Embora trate-se de um “esqueleto” abandonado, tem localização privilegiada no Assentamento, e já foi, antes da construção da sede da APPCG, ponto de reunião, encontros e festas da comunidade.

“Alvejamento” é também o nome como ficou conhecida a faixa de terra do Assentamento Estadual de Cachoeira Grande, entre as Estradas das Andorinhas e de Cachoeira Grande. Os antigos empregados da fábrica, moradores daquela área também se identificavam assim dentro do universo maior da Fábrica Pau Grande: como “moradores do Alvejamento”, “funcionários do Alvejamento”. O referencial era sempre o Alvejamento.

Tenho convicção de que o impasse da comunidade da APPCG em relação ao Galpão do Alvejamento se engendra nas próprias dificuldades identitárias do grupo, porque um projeto para o Galpão do Alvejamento concentra uma pergunta essencial para o grupo: “qual o nosso projeto de futuro?”, “o que é que, uma vez ativado no lugar do nosso Galpão, vai nos ajudar a fazer do nosso futuro aquilo que desejamos?”

O problema reside no “o que desejamos?”, porque essa pergunta implica diretamente uma outra, que é essencial: “quem somos?”

* * *

O episódio da foto da Fábrica foi significativo no trabalho de campo, de modo que é útil incluir essa passagem aqui. Eu havia colhido em um livro uma foto da Fábrica de Pau Grande no ano de 1911, uma coisa muito antiga, que me valeria uma boa observação das reações do pessoal na APPCG. Entusiasmada, lhes mostrei que aquela chaminé da foto correspondia àquela chaminé concreta do quintal do sr. Júlio, e que as ruínas do Galpão do Alvejamento eram certamente parte daqueles galpões da foto.

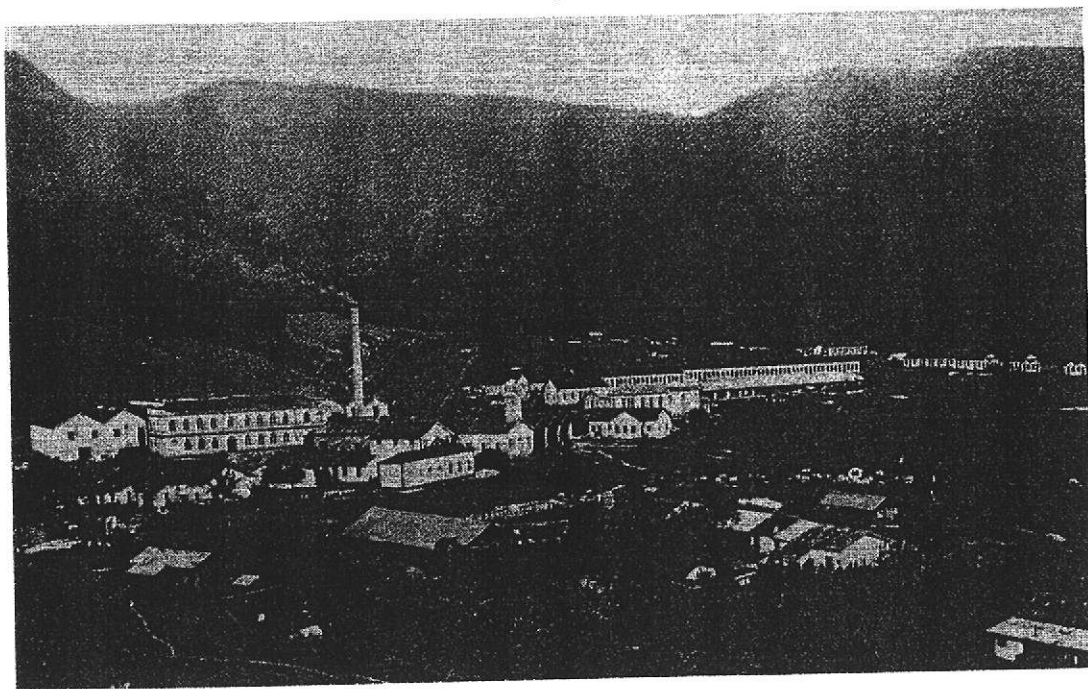


Fig. 41 - Fábrica de Pau Grande. 1911.

Na casa da Rose todos concordaram com a minha interpretação, embora não tivessem manifestado o entusiasmo que eu esperava.

Mas a foto de 1911 me levou a querer fazer uma outra foto atual do mesmo ângulo. Tantos anos depois seria interessante observar as diferenças na ocupação do espaço.

Quando fui fazer os contatos para ver quem poderia me levar até o alto daquele morro para fazer a tal fotografia, surgiu a questão: aquela paisagem da foto não era exatamente Cachoeira Grande, era a parte maior da Fábrica, a parte central da Pau Grande. Cachoeira Grande formou-se em torno do Setor de Alvejamento, localizado a alguns quilômetros de Pau Grande, onde ficava o parque principal de produção.

Isso reforça a identidade de periferia que Cachoeira Grande carrega, pois além de pertencer a Magé, considerada cidade dormitório, periferia do Rio de Janeiro. No universo da América Fabril S. A., Cachoeira Grande era também periferia de Pau Grande.

O "Alvejamento" era uma espécie de periferia daquele emblema de modernidade que Pau Grande representava no início do século XX e que a Serra dos Órgãos emoldurava na paisagem de Magé. Em Pau Grande as construções já não existem mais, exceto algumas moradias de trabalhadores. Da época se conserva, por exemplo, o calçamento de paralelepípedo das ruas. Esta área tornou-se também um assentamento do Incra, o Assentamento da Vala Preta, melhor sucedido que do "Alvejamento". Como já comentei anteriormente, o Assentamento da Vala Preta surpreende: o trabalho agrícola é bem mais profissionalizado e a produção, muito mais volumosa. A qualidade de vida da comunidade inclui até um clube social, onde alguns moradores de Cachoeira Grande freqüentam os bailes.

Esboçar um paralelo entre os dois assentamentos é inevitável. Cotejar as raízes de "centro" e "periferia", de Pau Grande e do Alvejamento leva a refletir sobre o trabalho mais insalubre que era desempenhado no isolamento do Alvejamento, ou seja, na periferia.

Além disso, o Assentamento da Vala Preta nasceu de terras compradas legalmente pela AF, que passaram às mãos dos trabalhadores como parte de suas indenizações trabalhistas sem maiores problemas. Em Cachoeira Grande, ao contrário, a área corresponde a terras griladas pela AF, o que dificultou o processo de legalização da ocupação e fez com que este se estendesse por quase quinze anos.

Do Alvejamento há lembranças boas, das festas, mas também memórias dos graves acidentes narradas pelo senhor Janice Duarte em suas entrevistas:

"Lembro de coisas muito boas e outras muito ruins. Três ou quatro acidentes muito ruins. Dois colegas caíram de uma altura. Um outro, mineiro, era meu amigo, estava dobrando na fábrica e trabalhava num reservatório de 3x3m, onde entravam dois homens por uma escada para arrumar o tecido, depois eles saíam e as químicas eram despejadas na tal câmara para ser cozida e alvejada. Nesse dia, o rapaz que operava abriu errado. Em vez de abrir um reservatório, abriu o outro. Quando ele abriu a válvula do caldeirão errado, matou os dois rapazes que estavam trabalhando. Uma caloria de cento e oitenta graus, daí para cima. Não deu nem para tentar salvar."

Há sinais nítidos nas paisagens dos dois lugares, Cachoeira Grande e Pau Grande, que mostram diferenças no desenvolvimento socioeconômico, como se fossem uma relação entre uma parte hegemônica e outra subalterna de um mesmo sistema. Talvez essas tenham sido as razões pelas quais a América Fabril tenha optado por levar o Serviço de Alvejamento para um lugar mais afastado do corpo principal da Fábrica. Nas estruturas, o lugar destinado à insalubridade é a periferia.

3.O PASSADO NARRADO

De vários colegas e professores do curso de Mestrado vieram sugestões de que eu estudasse a questão da disciplina nos tempos de funcionamento da Fábrica como um meio de compor um entendimento sobre o pessoal da APPCG, sua dinâmica de gestão da Associação e a cultura de participação social, política e cultural. A proposta era buscar pistas no passado, de modo a examinar o quê as gerações anteriores daquela comunidade experienciaram e mantiveram ou transformaram. Quais as matrizes no campo do hábito de comportamento em relação às regras, às normas de disciplina. Como era regulada a participação do indivíduo nos tempos da Fábrica, o que daquele tempo instrui o *presente vivido*?

De fato, examinar o passado permite análises importantes. Tenho uma recordação forte do trabalho de campo em Cachoeira Grande, uma frase que me disse o sr. Janice, que trabalhou como mecânico de equipamentos na Pau Grande, durante a entrevista que me concedeu: *"A Fábrica era um pai para a gente. Qualquer problema, eles vinham aí e resolviam, até dentro da casa do funcionário se fosse preciso"*.

A Fábrica era um pai. É claro que essa frase nos leva a uma imagem que monta suas bases no patriarcado, no modelo de produção de ordem familiar e escravista, que revela nitidamente as relações sociais históricas de dominação no Brasil. Com a modernização dos meios de produção, o lugar do pai, do senhor de engenho, passa ao patrão da fábrica. A origem do termo, do latim *patronus*, *patrono*, *protetor dos plebeus* (HOUAISS: 2001), se conecta diretamente com outro termo também latino, *pater*, pai.

Os funcionários da Pau Grande tiveram a figura do patrão corporificada nos três sócios que fundaram a fábrica por pouco tempo. Logo esses empresários abririam o capital da empresa e outras unidades fabris seriam compradas. Cada vez mais a instituição América Fabril foi tomando a figura dos proprietários, mantendo a significação de patrão, protetor, provedor, pai.

Assim como nos núcleos familiares, as unidades de produção nas indústrias, nas escolas, nos conventos, nas prisões, em todo e qualquer espaço coletivo, indivíduos se classificam, hierarquizam, se "enfileiram", posicionam a si mesmos e a aos outros. Na fábrica havia, além de operários comuns não graduados, os encarregados dos serviços, elementos que gerenciavam grupos de operários nas seções. Além deles, alguns seguranças de terras faziam também a função de capatazes e geriam o trabalho agrícola. Os trabalhadores menos valorizados, de *status* social menos favorecido, eram os que trabalhavam nas lavouras que a fábrica mantinha: um canavial e plantações de mandioca, principalmente. Esses lavradores eram, em sua maioria, nordestinos atraídos pela expansão da América Fabril, faziam parte do quadro de empregados da empresa, mas não eram ocupados no serviço industrial propriamente.

Há uma gama de subcategorias profissionais que poderia aproveitar para enumerar aqui. Surgiram na AF um pequeno grupo de trabalhadores da administração; um outro quadro formado pelos técnicos e operários especializados que faziam a manutenção dos equipamentos; outra pelos técnicos de nível superior, que muitas vezes já eram membros da própria diretoria da empresa e muito bem assalariados. O importante é compreender que havia empregados, empregados e empregados na América Fabril, que os níveis de conforto material de cada um deles eram muito diferentes entre si, mas que todos ali tinham uma referência muito forte em comum: o sentimento de proteção que a corporação lhes garantia.

A complexidade das subcategorias dispostas no terreno sócio-ocupacional da Pau Grande é evidente. Às famílias dos operários da fábrica, muitas vezes agregavam-se parentes, ou outros núcleos inteiros de famílias vindos de outras partes do Brasil, como foi o caso da família de Mané Garrincha, cujo pai conseguiu empregar-se na lavoura de cana-de-açúcar da Fábrica. Sem direito à moradia, eles passaram algum tempo alojados na casa de um parente, antigo funcionário da segurança da Fábrica. A certa altura, a Pau Grande já não absorvia mais esse contingente e os que chegavam trabalhavam nas lavouras em torno das casas e que pertenciam às famílias. Em síntese, há que se considerar até essa sutil categoria: a dos que orbitavam em torno da AF, embora não pertencessem efetivamente a seus quadros.

Conforme a Fábrica de Pau Grande foi crescendo e o Grupo América Fabril foi abrindo novas unidades industriais, foi-se tornando necessário que a empresa estabelecesse regras disciplinares, trabalhistas e de segurança. A direção da América Fabril criou então, em 1921, o Departamento de Trabalho, setor que tinha como missão padronizar a disciplina do quadro de funcionários e unificar a política funcional nas empresas do Grupo.

Várias normas definiram o padrão de comportamento que, no caso da indústria, visava otimizar a produção: *que se produzisse o melhor com o menor desperdício de tempo e de matéria prima*. Para que regras sejam cumpridas é necessário instituir sanções para os desvios do padrão. Assim, criou-se - não só na América Fabril, mas na imensa maioria das indústrias que se formavam à época - todo um código disciplinar, de segurança, que visava garantir uma certa ordem sócio-institucional.

Um livreto com as regras disciplinares na empresa, cuja capa reproduzo abaixo, apresenta orientações comportamentais aos funcionários que ingressam na instituição. O texto da capa é praticamente uma ameaça.

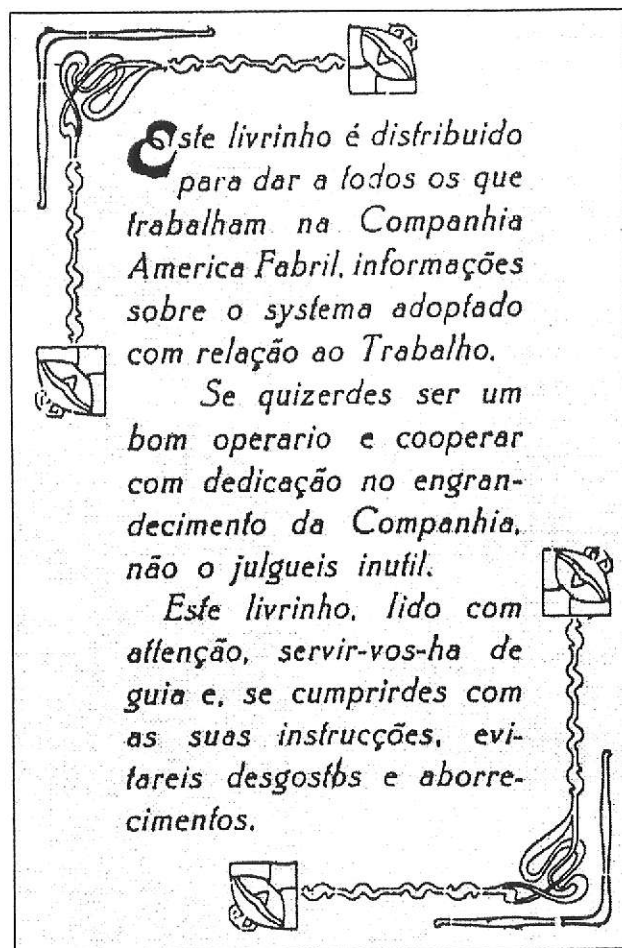


Fig. 42 - Capa do folheto de regras distribuído aos trabalhadores da América Fabril, 1922.

Os empregados na atividade têxtil em Pau Grande eram em sua maioria mulheres e crianças. A maior parte dos homens era aproveitada na agricultura. Um grupo menor de homens desempenhava o trabalho industrial, especificamente o serviço mais pesado, nas caldeiras e no abastecimento e escoamento da produção, mas todos, cada um em seu posto, se relacionavam com o universo maior no campo da subordinação, a administração da fábrica.

As relações de dominação, a subordinação e a disciplina se estabelecem na medida em que se formatam o tempo e o espaço do indivíduo. Pensar na questão do tempo e na introdução do trabalho industrial na vida de um grupo social que se ocupava da atividade rural leva a supor que deu-se um amoldamento da comunidade a novas rotinas, novos horários, novos códigos. É de se imaginar que novos elementos e rituais coercivos foram introduzidos com o intuito de fazer os "ajustes comportamentais" no homem do campo para que ele se transformasse no industriário que a América Fabril aspirava ter em seus quadros.

A balizar o tempo do indivíduo, eram três os apitos que soavam até que tivesse início a jornada diária de trabalho. O primeiro deles soava às 6:15h, o segundo às 6:45h, quando eram abertos os portões aos operários. Apenas no terceiro apito, às 7h é que se dava início às atividades. Considerando-se que os trabalhadores residiam ao lado dos galpões de produção, fica evidente que o primeiro apito correspondia ao horário limite de sono do empregado em sua casa. Era impossível não acordar ao ouvir o "relógio despertador coletivo"! Aquilo que supunha-se fazer parte do rol de direitos da vida privada do indivíduo, o despertar, fora também regulamentado por uma sirene coletiva (WEID: 1986. p. 236). É sabido por todos que o tempo para o homem do campo não se conta pelos ponteiros de um relógio.

Outros apitos tocavam durante o dia definindo a hora do almoço, o retorno dele, a hora de parar as máquinas, de limpá-las, de tomar banho, de trocar de roupa e, finalmente, de voltar para casa. (WEID: 1986. p 194).

Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e punir*, clássico contemporâneo do campo da psicossociologia, comenta que quando se trata de realizar análises que envolvam qualificar relações de dominação, estas são perceptíveis nas disposições hierárquicas e no controle e imposição de disciplina. Estabelecendo-se uma relação

entre dominado e dominante baseada na hierarquia e garantida pelo controle disciplinar, simultaneamente emerge também um código de segurança normatizador a ser mantido a custo de vigilância.

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes "invenções técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo (FOUCAULT: 1987).

Um outro componente na imposição disciplinar ao indivíduo, além do balizamento do tempo, é a disposição do espaço. O interior das fábricas, assim como outros espaços que reúnem algum coletivo humano, como escolas, hospitais e prisões, tradicionalmente são fisicamente organizados de modo regular e geométrico, com marcas, limites, "cercas" bem definidas. Essa ordem foi implantada não só na fábrica, no interior dela, mas também nas vilas de moradias dos trabalhadores, geometrizando e padronizando o espaço aberto e da vida pública, extra-trabalho, de tal modo que, assim como o tempo, também o espaço foi recodificado no mundo rural para adaptar-se à indústria.

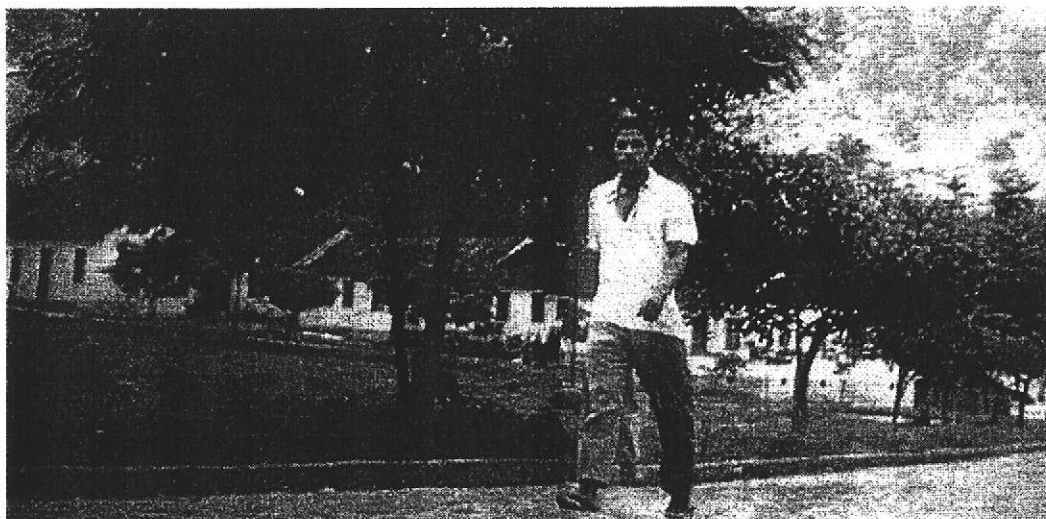


Fig. 43 - Garrincha em Pau Grande, década de 1950, ao fundo o casario dos operários.

Pau Grande, Magé, RJ.

No fundo da foto (Fig. 43) acima se vê as casas de operários de Pau Grande, alinhadas e padronizadas, idênticas e dispostas lado a lado com regularidade. Já na imagem abaixo, a casa de um gerente se diferencia pela arquitetura, diferenciação essa que se conecta com a sua condição na empresa (Fig. 44).

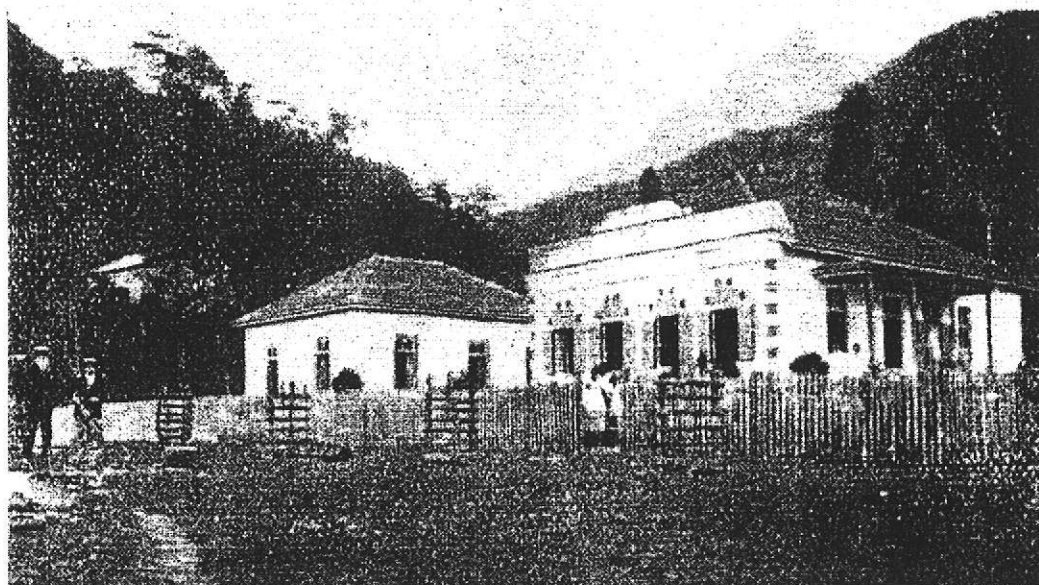


Fig. 44 - Moradias da Fábrica de Pau Grande, 1921.

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território (unidade de dominação), nem o local, mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (FOUCAULT: 1987).

3.1. Moradias em formato de vila operária

De modo geral não havia contrato formal de locação entre a Companhia América Fabril e seus inquilinos operários, apenas uma anotação no Cartão do Trabalhador era feita. Os aluguéis eram bastante baixos, de modo que 89% dos operários e todos os trabalhadores da fazenda residiam na propriedade da CAF. Em sua disposição no espaço físico, a vila operária chama a atenção de qualquer pesquisador, pelo fato de a moradia ser determinante de aspectos essenciais da vida cotidiana de uma população.

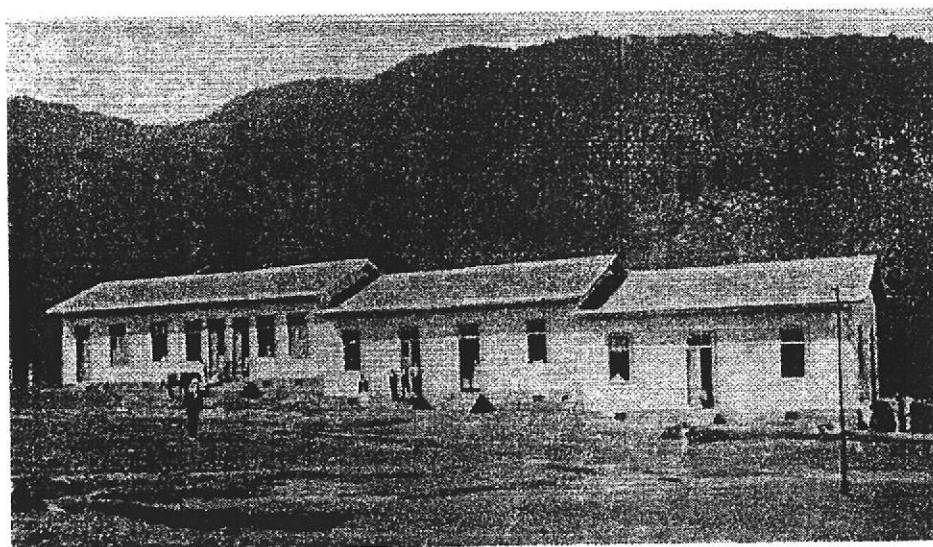


Fig. 45 - Moradias, 1921.

A disciplina procede em primeiro lugar da distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso se utiliza diversas técnicas. A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo (FOUCAULT: 1987. p.121-122).

A organização das moradias dos trabalhadores em forma de vila operária localizada nas dependências da empresa, conforme explica José Sérgio Leite Lopes (1988), caracteriza uma forma de dominação que ultrapassa os limites daquela que

comumente se estabelece no modo capitalista de produção: *O fato de certas indústrias fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja das obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores.* (LOPES: 1988. p.17). A subordinação transcende então a esfera da produção e se estende ao plano da vida privada.

Quando se pensa no modelo organizacional da grande indústria, é mais fácil dissociar a moradia dos empregados do espaço da produção, o que pode sugerir que as vilas operárias localizadas no território da fábrica acontecem ao acaso, ou por conveniência de ambas as partes. As moradias nas dependências da indústria nos leva a reconhecer semelhanças entre o regime de moradia do sistema de produção industrial do de produção escravista. É possível identificar inúmeras outras semelhanças entre os dois sistemas produtivos e a persistência de relações sociais de tempos anteriores ao século XX, antes de a América Fabril operar a Fábrica de Pau Grande.

De acordo com Marx em *O capital* (MARX: 1969, cap VI), do ponto de vista do processo de produção capitalista o produtor direto desse modo de produção é livre em duplo sentido: livre como “uma pessoa livre, dispondo de sua força de trabalho como de uma mercadoria sua”, e “livre” enquanto despossuído dos meios necessários à realização de sua capacidade de trabalho. Baseando-se nesta consideração genérica, outros autores especificam o primeiro sentido dessa “liberdade” acentuando sua caracterização como mobilidade, como liberdade de ir e vir, como desenraizamento de um local de trabalho e moradia; e livre também com relação a seus instrumentos de trabalho, sendo isso que o distingue do capitalista a quem pertencem os meios de produção, os quais são seu capital.

Essa configuração, da empresa que associa a moradia do trabalhador ao espaço de produção, é uma situação singular dentre as inúmeras possíveis na grande estrutura das relações do modo capitalista de produção. Essa disposição dos elementos integrantes da mecânica de produção leva à reprodução e eternização da relação entre capitalista e assalariado, renovando permanentemente a servidão econômica à qual se submete o trabalhador que, embora assalariado e livre, necessita submeter-se à dominação patronal, que muitas vezes ultrapassa a esfera da produção e penetra a esfera doméstica. (Marx: Livro I, tomo 3, p. 20, ed. Francesa. Cf. José Sérgio Leite Lopes).

José Sérgio Leite Lopes em seu livro *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* nomeou a situação da moradia dos operários, relatada aqui no caso da América Fabril e identificada em tantas outras grandes indústrias, como “servidão burguesa”. Isso em função de um conjunto de problemáticas envolvidas, como a proletarianização do campesinato e a formação de um operariado de origem rural; segundo, a concentração de poderes inerentes à situação fábrica-vila operária, reunindo nas mesmas mãos o poder do capitalista industrial e do proprietário territorial em oposição aos operários; e em terceiro lugar, o “governo local de fato” da fábrica com vila operária sobrepunha-se no âmbito do poder local à autoridade pública da unidade administrativa.

Um relatório da diretoria da América Fabril, publicado no *Jornal do Commercio* em 19 de setembro de 1906, referia-se assim à estratégia de oferecer moradia aos operários: *Nosso intuito é fazer construir mais algumas casas para habitação dos operários, o que nos facilitará a aquisição e estabilidade destes aos serviços de nossas fábricas, base essencial para a boa regularidade na fabricação dos nossos produtos.*

A estabilidade, ou melhor, a imobilidade, que caracterizava a vida do operariado na Fábrica de Pau Grande acabou por adiar a instauração do controle de funcionários pelas fichas de registro. Em todas as outras fábricas do Grupo o controle foi criado em 1911, mas em Pau Grande, a única unidade "rural", só em 1918. Isso porque, além do número de empregados da fábrica-fazenda ser bem menor do que nas unidades urbanas da América Fabril, a direção da empresa considerava que *"a família era um fator importante de conservação e formação da força de trabalho da fábrica. A comunidade gerada em torno da fábrica se autosupria de elementos e constituía um conjunto homogêneo. A estabilidade dessa mão-de-obra possibilitava o autoconhecimento e a identificação, transformando a família e as relações de vizinhança em formas essenciais de controle."* (WEID: 1986)

As moradias eram preferencialmente concedidas aos empregados mais qualificados ou aqueles tidos como imprescindíveis. Em outro caso, também tinham preferência aqueles cujas famílias eram numerosas, o que representava maior contingente de mão-de-obra.

As habitações que já existiam nos tempos da Fazenda foram erguidas mais distantes umas das outras e dispostas irregularmente, enquanto as primeiras casas construídas no período da Fábrica eram idênticas e dispostas linearmente, em forma de vila, formando, naturalmente, ruas, mais tarde. As casas mais afastadas foram propositadamente construídas nos limites da Fazenda, visando preservar e demarcar os domínios da Companhia. Elas tinham a vantagem de dispor de mais terras ao redor para plantio.

A mobilidade interdita do trabalhador reforça ainda mais a idéia de um modo de servidão aliado ao modelo industrial de produção. Em 1920 a imensa maioria dos trabalhadores morava nas terras da Fábrica, o que significava controle disciplinar de um número elevadíssimo de empregados.

Para manter esse estado de coisas, não bastava editar as normas e distribuí-las. Era necessário manter um aparato de segurança, instituir sanções aos infratores, exercer coerção de modo que já após os primeiros exemplos, as infrações fossem antecipadamente evitadas por meio apenas da vigilância regular e contínua. Mas apesar das punições exemplares, os arquivos da Fábrica mostram inúmeros casos de indisciplina nas folhas funcionais dos operários ao longo de um século inteiro de atividades.

3.2. Os Cartões do Trabalhador

A relação de dominação entre patronato e operariado, a servidão burguesa, se expressava nos detalhes da rotina da comunidade de Cachoeira Grande. Nas fichas dos históricos dos trabalhadores que restam no acervo da América Fabril há, por exemplo, muito mais fugas registradas do que pedidos de demissão por vias trabalhistas, legais. Ou seja, a noção de que escolher demitir-se era um direito de qualquer pessoa não era clara entre os trabalhadores da Pau Grande, mesmo depois da CLT.

Os históricos dos empregados eram registrados no Cartão do Trabalhador, que fora instituído pelo Departamento do Trabalho. Este continha informações trabalhistas, como salário ou promoções, assim como ocorrências disciplinares.

Os cartões históricos dos trabalhadores encontrados no arquivo da América Fabril correspondiam a folhas funcionais de empregados não só da Pau Grande, mas de todas as fábricas da AF, de modo que não faria sentido, dentro da proposta desta pesquisa, utilizá-los para uma análise quantitativa com o propósito de tirar conclusões em relação exclusivamente à Pau Grande. Há relatos, inclusive, tanto

de ex-operários quanto em livros, de que Pau Grande era, dentre as empresas do Grupo, aquela cujos funcionários tinham comportamento mais pacato e menor número de punições dentre todas as empresas do Grupo América Fabril.

Nos referidos Cartões do Trabalhador, que se encontram em poder da Justiça do Estado do Rio de Janeiro é muitas vezes impossível identificar a qual das empresas pertenceu o funcionário fichado. É certo que a Fábrica de Pau Grande teve o controle dos empregados menos organizado, já que foi iniciado tardiamente: só em 1918, quando a empresa já tinha quarenta anos de existência. Há também que se considerar que os cartões contêm em sua maioria dados da década de 1920 apenas. Por esse conjunto de imprecisões e pelo caráter subjetivo que esta pesquisa foi tomando ao longo de seu desenvolvimento, optei por não lidar quantitativamente com os dados que os Cartões do Trabalhador apresentaram. No entanto, mesmo não sendo viável nem produtivo tabular os dados obtidos dos Cartões do Trabalhador, é útil selecionar alguns exemplos entre as fichas, que revelam episódios disciplinares, punições e motivações das demissões.

Pelo exame dos Cartões, no cômputo geral, isto é, considerando-se todas as empresas da América Fabril, ocorreram algumas tentativas de associação, mas foram poucas, e nenhuma delas em Cachoeira Grande. A associação entre funcionários - além dos furtos, somente - eram os únicos atos ilícitos penalizados com demissão em 100% dos casos.

Há outros exemplos específicos de atos de indisciplina, desde casos como o de uma moça que fugiu com um colega de trabalho, possivelmente por razões do coração, até episódios caracterizados por violência interpessoal, exemplificado no registro em que um operário foi punido porque portava uma navalha.

Ida Fabris		1918
35 Years	Ent. 1904	Supra com Manoel Gonçalves
Ed. 26 annos		
Nac. Italiana		
Est. Casada		
Justi. Não		
<p><i>Ida Fabris</i> <i>Primeiro contato.</i></p>		

Fig. 46 - Cartão histórico da trabalhadora Ida Fabris, 1918, Arquivo AF.

Agenor Emílio de Oliveira		1918
35 Years	Ent. 15-5-1917	Supra com Manoel Gonçalves
Ed. 13 annos		
Nac. Brasileiro		
Est. Solteiro		
Justi. Sim		
<p><i>Agenor Emílio de Oliveira</i> <i>Despedido por insubordinado</i> <i>e ter sido encontrada sua</i> <i>prova numa carta, em 15-6-1917.</i></p>		

Fig. 47 - Cartão Histórico do Trabalhador Agenor Emílio de Oliveira, 1918, Arquivo AF.

A questão da imposição da disciplina nas dependências da fábrica é de extrema relevância para se tentar compreender quais as matrizes que informam o modo de vida nos dias atuais no Assentamento Estadual de Cachoeira Grande, assim como os encaminhamentos da APPCG como entidade de representação das famílias assentadas. Uma interpretação a ser considerada é aquela segundo a qual uma tradição composta pela rigidez das regras de comportamento na América Fabril, combinada à tutela patronal, pese fortemente na dificuldade que a comunidade

tem em implantar como modelo a auto-gestão através da APPCG. Ao mesmo tempo em que a América Fabril tolhia – e punia, efetivamente – as iniciativas de associação dos empregados, tornavam-nos dependentes das ações institucionalizadas pela empresa, criando ela própria os núcleos de associação. A AF participava inclusive do que tangia às vidas sociais e privadas dos funcionários, do direito sobre o seu tempo livre e arbitrava sobre a disposição física dos espaços em que trabalhava e habitava. Tudo na vida do trabalhador, ou no círculo ampliado da comunidade de Pau Grande, operários ou não, era vinculado às regras institucionais.

3.3. A Associação de Operários da América Fabril: uma criação do DT-CAF

O Departamento de Trabalho, ao qual já me referi anteriormente, foi também o criador – e na prática, gestor – da AOAF, Associação dos Operários da América Fabril. A Associação tinha caráter definidamente assistencial. Oferecia ao funcionário alguns direitos e vantagens como auxílio em casos de doença, parto, casamento e proteção a viúvas e órfãos de empregados (WEID: 1986. p.188).



Fig. 48 - Associação dos Funcionários da América Fabril, 1921.

A sede da AOAF se localizava longe de Pau Grande, no centro da cidade do Rio de Janeiro, isso porque atendia a todas as fábricas do Grupo América Fabril, mas Pau Grande sempre demandou do Departamento de Trabalho políticas específicas por suas características rurais. Segundo atas de reuniões do DT e da AOAF, a prioridade para atender aos funcionários da Pau Grande era oferecer-lhes, devido ao isolamento em que viviam, algum conforto na própria localidade. Era um modo eficaz de fixar o trabalhador na empresa.

Foi em função dessas prioridades selecionadas pela América Fabril que Pau Grande teve tão precocemente até um clube que promovia festas, bailes, jogos de futebol, concertos, projeções de filmes e exibição de peças teatrais. O objetivo, como a direção da própria AOAF registrou em documentos, era *orientar o lazer de forma construtiva e de manter os trabalhadores na Fazenda* (WEID: 1986. p.190).

O único conceito de "lazer construtivo" válido à época era o da própria Fábrica, pois para ingressar na Associação o trabalhador deveria preencher exatamente os mesmos requisitos que o habilitavam a ingressar no quadro de trabalhadores da AF. Até os limites de idade eram idênticos, apenas no regulamento da AOAF acrescentou-se que o associado não poderia pertencer a agremiações políticas ou fazer propaganda contrária ao regime vigente. A ficha do trabalhador tinha que ser limpa quanto a greves ou a outros problemas disciplinares. Além disso, a Associação exigia-lhe um atestado de bons costumes e boa reputação fornecido por autoridade policial (WEID: 1986. p.188).

Para o funcionário indisciplinado, que não conseguia manter-se filiado à Associação, a penalidade era ficar de fora das sessões de cinema, dos bailes ou das fartas festas promovidas pela a AOAF. Não pertencer à Associação significava também perder vantagens de ordem assistencial significativas como uma caixa de pequenos empréstimos e outros auxílios concedidos aos funcionários. Mas não ser

membro da AOAF era, sobretudo, estar mal visto pelo próprio Departamento de Trabalho da AF, ou seja, pelo patrão.

Desse modo, fica patente que a Associação de Operários da América Fabril operava em verdade como um braço administrativo na questão da segurança institucional aplicando as sanções aos empregados que infringissem as normas da empresa.

Todas as regras criadas e a rigidez com que eram cumpridas nas empresas da América Fabril visavam instruir e adaptar o operariado ao regime fabril de modo a obter o máximo de rendimento no modelo industrial de produção. Mas na Pau Grande, por sua localização em zona rural e a vinculação a uma comunidade quase auto-suficiente e isolada, incluiu-se na vida cotidiana das pessoas um maior controle sobre entrada e saída nas terras da Fábrica, e até o controle de chegada e saída de alguém que viesse em visita de caráter privado à casa de algum dos operários moradores da Fábrica. Era flagrante, segundo relatos de ex-trabalhadores e de WEID, que a gerência da empresa preferia que os empregados não saíssem das terras e que não recebessem visitantes de fora da comunidade. Acentuando o contra-senso, já havia na época uma linha de trem que inseria a Fábrica de Pau Grande na malha ferroviária da época, o que teoricamente traria mais mobilidade para a população da Fábrica. A América Fabril intervinha assim no âmbito da vida privada de seus funcionários e suas famílias.

A propósito do trânsito entre público e privado, todos os operários admitidos na empresa eram obrigados a freqüentar a escola que a Companhia mantinha e que oferecia o horário diurno para as crianças e o noturno para trabalhadores. Havia inclusive apoio da AF, muitas vezes até a gratuidade, para a aquisição de material escolar. Mas em contrapartida, se o aluno-trabalhador fosse indisciplinado na escola, sua permanência na empresa era reavaliada pela gerência da AF.

Mas, é claro, Pau Grande também tinha lá os seus atrativos. Era a única das fábricas do Grupo cujos empregados recebiam o pão e o leite em suas portas pela manhã. O leite era produção dos currais mantidos pela própria empresa, e o serviço de padeiro era contratado pela AF. Havia serviço médico e também uma farmácia mantida pela AOAF para atender a seus associados. Doença era a única justificativa admissível para faltas. Se o empregado faltasse ao serviço, o Departamento de Trabalho enviava um representante à sua residência para verificar as justificativas para a ausência. Assim era a ação patronal da AF, através da AOAF junto a seus associados trabalhadores. Quem geria a Associação dos operários era a empresa, o patrão.

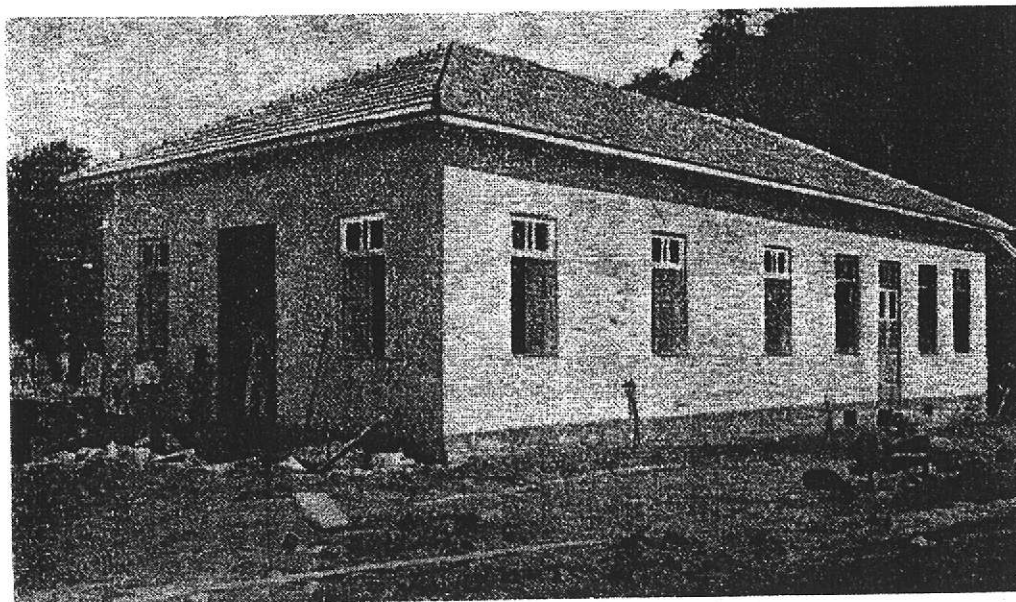


Fig. 49 - Farmácia da Fábrica de Pau Grande em construção, 1921.

De outro ponto de vista, é claro que a fábrica teve muito mérito em manter toda uma estrutura que excedia a proteção ao servidor, e chegava à manutenção de uma pequena cidade de cerca de dois mil habitantes na década de 20.

Era difícil, claro, gerir a disciplina de uma quase cidade. Uma característica muito marcada no modelo de segurança implantado na AF era o fato de os setores de segurança serem intercomunicantes, ou seja, o comportamento do indivíduo era observado na totalidade, no trabalho, na escola, na rua em que morava, no comércio, em todos os aspectos da sua vida. E a América Fabril ainda tinha a incumbência de gerir várias outras fábricas, talvez por isso o pulso tão firme. Os variados motivos de punição seguem enumerados abaixo (WEID: 1986. p.284).

1. Desobedecer ordens, insubordinação
2. Por ser reincidente
3. Errar na metragem do tecido ou estragar pano
4. Faltar muito
5. Brincadeiras, falta de atenção, conversas
6. Ser malandro, indolente
7. Estar trabalhando em outra empresa
8. Fumar
9. Alegar não poder fazer serão
10. Furtar, ser desonesto ou mentiroso
11. Fazer greve, ser agitador
12. Brigar, ser valente, agredir alguém ou exaltar-se, especialmente com o chefe
13. Deixar a máquina suja e não retirar o lixo
14. Faltar com respeito às senhoras ou a qualquer pessoa
15. Deixar a seção antes do apito
16. Falta de higiene
17. Danificar equipamento
18. Ausentar-se do posto de trabalho sem autorização
19. Frequentar a União dos Operários em Fábricas de Tecido
20. Jogar cartas, bancar jogo do bicho
21. Provocar incêndio ou mesmo riscar fósforo nos teares

22. Andar armado na Fábrica
23. Estar embriagado
24. Não levar o avental para o serviço
25. Erros constantes na escrituração
26. Negociar na seção ou fazer serviços particulares em hora de serviço
27. Difamar ou insultar a Companhia
28. Namorar no serviço
29. Queixar-se de suas tarefas
30. Insistir em querer abono
31. Enrolar uma peça de tecido manchada
32. Vaiar o colega
33. Artigos dispostos na Constituição Brasileira, e até...
34. Demorar no sanitário!

Pelas causas das punições se tem alguma idéia das regras de conduta e do modo como estas eram burladas. É notável que boa parte da lista abrange aspectos da vida particular do trabalhador. O folheto publicado pelo Departamento do Trabalho em 1922 e que dava as boas vindas aos novos funcionários recomendava: "evitando a má companhia de desocupados, estarás evitando dissabores no futuro".

3.4. O Armazém da Fábrica

O que se tentou demonstrar neste capítulo é em que medida as relações de dominação transpareceram no cotidiano das pessoas e como se perpetuam através das regras que são estabelecidas. O caso do Armazém da Fábrica, criado ainda no final do século XIX, é mais um bom exemplo disso.

A grande maioria das casas mantinha lavouras ao redor. O trabalhador podia ocupar a área que quisesse, desde que mantivesse a Fábrica informada. Por ceder o uso do solo, a AF regulamentou que a produção particular dos funcionários, que era basicamente agrícola e, em alguns casos, de criação de pequenos animais, somente poderia ser escoada através do Armazém, que tinha para o agricultor um custo elevado. Por outro lado, havia uma vantagem: de toda a produção arrecadada, parte era reservada para atender à preço baixo outras famílias de operários, mesmo aqueles que, por qualquer razão, não plantavam.

Para um operário da Pau Grande era vantajoso comprar perto de casa e a preços mais baixos até que os praticados nas feiras da região. Legumes, verduras, frutas, carnes, ovos, cereais, farinha, aguardente, tudo isso era produzido nos limites da Pau Grande, pela Fábrica, ou pelas famílias dos trabalhadores.

De outro lado, o Armazém da Fábrica, do modo como lhe convinha, negociava a produção que excedia o consumo em Pau Grande. Estabelecia o preço de compra da produção abaixo do mercado e taxava em 30% tudo que intermediava para o mercado externo.

Tocavam o Armazém os membros da família Cozzolino, que eram arrendatários do estabelecimento, mas numa espécie de convênio ou parceria com a Fábrica. A família Cozzolino era uma espécie de braço comercial terceirizado da América Fabril em Pau Grande. Assim, há a idéia de que em última instância a Companhia América Fabril mantinha conhecimento e controle sobre o consumo de seus empregados.

Não só a família Cozzolino, mas outros imigrantes, como os Ullmann, de origem alemã, ou os Claussen, fabricantes de cerveja perto dali, em Andorinhas, formaram as bases de uma burguesia nascida a custa do comércio. A atividade comercial

dessas famílias se desenvolveu mais na região que mais tarde ficou conhecida como Piabetá. Com o tempo, o lugar foi se fortalecendo como um centro comercial da região. Tudo isso se dava possivelmente por uma onda de modernização no estilo de vida da localidade provocada em grande parte por Magé - e especialmente a Vila Inhomirim - localizar-se à margem da via férrea que conduzia o Imperador à sua residência de Petrópolis (Fig. 50).

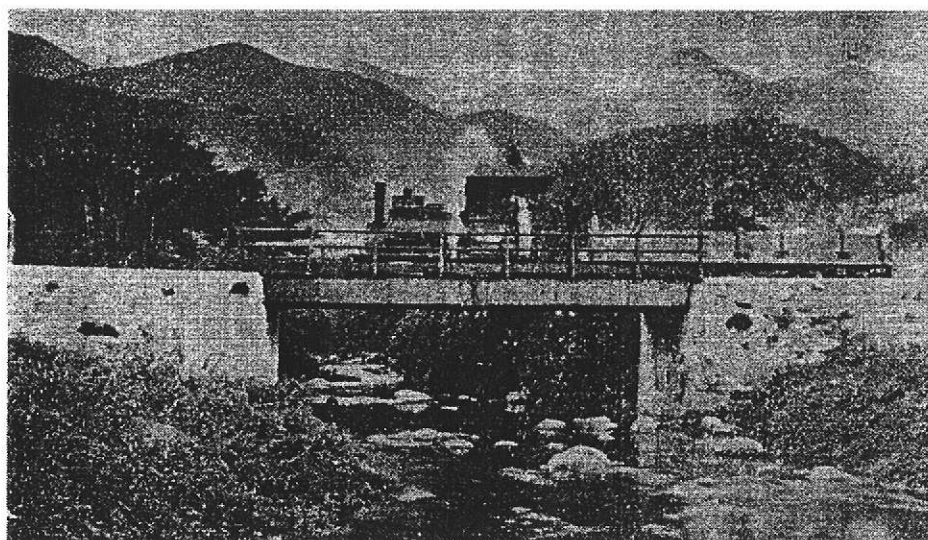


Fig. 50 - *Estrada de Ferro Pau Grande-Cachoeira Grande, 1922.*

Havia nas imediações da Pau Grande um forte contingente militar. Isso se devia à proximidade da IMBEL, Indústria de Material Bélico do Exército. A empresa, fundada pelo Imperador anos antes da inauguração da Fábrica de Tecidos de Pau Grande, pelo seu caráter militar e pela periculosidade na atividade de fabrico de pólvora e munição, mantinha uma atmosfera de pressão disciplinar ainda mais densa do que se verificava em Pau Grande.

A despeito de tanta vigilância e do vasto rol de mandamentos do bom funcionário, tanto as entrevistas realizadas na comunidade, quanto os cartões de trabalhadores revelaram episódios de funcionários flagrados tentando burlar a vigilância e

escapar do território da Fábrica no meio da madrugada levando sua produção agrícola para tentar vender nas feiras próximas dali por um preço melhor.

Por toda a vida ativa da América Fabril, para o funcionário que tentasse vender fora a sua produção agrícola havia punição certa. Mas ironicamente, quando a Fábrica atravessou sua pior fase, na década de 60, em tempos já próximos da concordata, a empresa pagava os salários em peças de tecido e recomendava que os funcionários fossem até as feiras próximas dali para tentar negociá-las.

3.5. Os anos rebeldes (1971-1986)

A América Fabril S.A. pediu concordata, em dezembro de 1971. O controle acionário da CAF passou à COPEG, Companhia Progresso do Estado da Guanabara, que nos anos seguintes ainda reativou algumas unidades industriais de produção. Em 1978, com o controle da empresa tendo passado ao Banco Central, os pátios de produção de Pau Grande e, por extensão, de Cachoeira Grande, foram sendo desaparelhadas e depois, o pátio principal, Pau Grande, foi demolido. Restaram em Cachoeira Grande, o Galpão do Alvejamento, a chaminé, e – principalmente – as famílias de operários sem emprego, como já expus.

No período final da existência da Fábrica, ela tentava manter o domínio da propriedade aumentando o controle sobre os trabalhadores que viviam na parte agrícola, não permitindo que reformassem suas casas, nem que construíssem novas casas para suas famílias, que, naturalmente, cresciam. A AF proibia até que plantassem bens de raiz (árvores frutíferas) ou que os residentes criassem gado. Com isso tentavam se prevenir contra possíveis pedidos de indenização por parte dos invasores, quando estes fossem intimados a retirar-se.

Em 1981 a AF entrou em liquidação definitiva. Com a falência da AF decretada, em 1983, os ex-operários tinham que deixar as terras, inclusive a área de Cachoeira Grande em torno do Galpão. A área do Galpão do Alvejamento chegou a ser vendida à Empresa de Urbanização Agropastoril e Industrial Estrela Ltda., que pretendia erguer uma indústria de papel no galpão.

Como agravante, o Decreto Municipal 524, de 24 de junho de 1983, já mencionado, do prefeito Renato Cozzolino, transformava Cachoeira Grande em zona de expansão urbana.

Houve confronto entre os moradores e os trabalhadores da empresa, que tentavam chegar ao galpão com suas máquinas. A disputa foi se complicando, *a pressão para que a população local desocupasse o terreno teve momentos de muitos conflitos e tensões, que se estenderam por cerca de três anos. Um dos responsáveis pelas pressões era uma pessoa conhecida por Belarmino, que muitos disseram ser grileiro da terra. Outros o chamavam de testa-de-ferro da família Cozzolino, ele era cunhado de um dos seus membros* (LINHARES: 2002. p.52). Outros ainda nas entrevistas que fiz se referiram a essa pessoa como “chefe de jagunços”.

Havia invasão noturna, roubo de cabos elétricos e intimidação da população local: “- Foram tempos de medo. Não se saía de casa à noite. Se a gente ouvia um barulho do lado de fora da casa, ninguém saía para ver o que estava acontecendo. Chegamos a perder um companheiro nosso”, comentou Janice Duarte. Ele referia-se ao sr. Josino Simões Dias, lavrador, morto a tiros em Cachoeira Grande, em 27 de dezembro de 1984.

Na luta pela permanência nas terras, Janice, segundo seus próprios relatos, chegou a ser preso com um outro companheiro, mas ainda assim, três casas foram derrubadas e algumas famílias foram despejadas com aparato policial.

Nessa época, em Cachoeira Grande também surgiram grileiros, agindo por conta própria. Na região já havia conflito em torno da terra desde a década de 50, quando a AF ainda controlava a área e já havia os posseiros, famílias chegadas de regiões próximas em busca de sobrevivência. Não eram mais tempos tão fartos como aqueles em que a AF absorvia todo o contingente que se lhe apresentasse como mão-de-obra.

Embora a Fábrica sempre lutasse contra a permanência dos posseiros, essas famílias foram aumentando em número, de modo que a certa altura eles já se organizavam em associação para resistirem às tentativas de expulsão (LINHARES: 2002).



Fig. 51 - Convocação para assembléia dos posseiros, que se realizou no Galpão do Alvejamento. s. d.

Grileiro por grileiro, para complicar mais ainda a disputa agrária em Cachoeira Grande, é voz corrente no Assentamento que também a América Fabril obtivera as terras por grilagem, que a AF “trocava as cercas de lugar na calada da noite” (LINHARES: 2002).

Essa organização dos posseiros foi facilitada pelo fato de que, nesse momento, o país todo discutia a necessidade de reforma agrária e, em muitos lugares, os trabalhadores do campo se reuniram e resistiram para não serem expulsos (LINHARES: 2002).

Somando-se aos antigos operários da América Fabril, havia os posseiros que chegavam amiúde, eram levas de lavradores, trabalhadores do café do Espírito Santo, um contingente que se deslocava em virtude da erradicação da cultura no estado. Eles vinham também de Minas Gerais e do norte do próprio Estado do Rio de Janeiro. Além desses havia outros ainda, chegados de outra área também da América Fabril ou de Conceição de Suruí. Eram excedentes de áreas que já estavam em processo de reforma pelo Incra. Muitas famílias acorriam, na expectativa de um espaço para sobrevivência. O conjunto de pessoas que conseguiu ter legitimado o seu direito à terra no Assentamento Estadual Fazenda Cachoeira Grande é composto pelos ex-operários da Pau Grande, mas também por esses posseiros. É essa a composição do grupo que, organizado em torno do seu projeto local, disputou as terras da AF e obteve êxito.

Janice Duarte recorda-se do acerto final entre a Fábrica e os trabalhadores: *Quando a América Fabril faliu, lá em Pau Grande os operários receberam as casas como indenização. Eles ficaram donos das suas casas. Aqui não foi possível, porque essas terras aqui eram griladas pela Fábrica, não existia documentação das terras. As nossas indenizações foram pagas em dinheiro. Os lotes foi (sic.) uma luta de uns 12 anos. Era um direito nosso. Nós perdemos companheiros na luta. Não diretamente. Eles botavam jagunços para roubar os fios de luz, para provocar a gente, e quando a gente saía para evitar o roubo eles davam tiro. Houve muitos tiros por causa de roubo de fios de eletricidade".*

* * *

Houve um episódio marcante relatado pelo senhor Janice em sua entrevista, e que vale ser exposto aqui. Foi um evento de Primeiro de Maio na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, onde a comunidade chegou em cinco ônibus e ele, driblando a segurança oficial, conseguiu acesso ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a quem fez chegar um documento da comunidade de Cachoeira Grande, relatando a ameaça de despejo e pedindo seu apoio.

Para Janice Duarte, aquele Primeiro de Maio, um Dia do Trabalhador, o de 1984, foi definitivamente memorável. O orgulho com que Janice fez seu depoimento era bem visível. *"Nós, os antigos funcionários, estávamos com ordem de despejo (...). Eu praticamente encabecei aquilo, eu e a minha vizinha, já falecida, dona Milene, e nós colocamos o documento na mão do Brizola."*

Ele - o, à época governador, Leonel Brizola - começou o discurso e no final mostrou o cartaz para a televisão e disse: vocês podem ficar tranquilos, que de lá ninguém tira vocês. Vou tomar providências amanhã mesmo sobre isso. O Governador fez assim com o polegar, que ia nos ajudar, e a partir daí, tudo começou a mudar para nós".

Foi interessante até o detalhamento do episódio da Quinta da Boa Vista: *"(...) A repórter da TV Globo, Leila cordeiro, ela disse que não ia pegar o cartaz para entregar ao Governador, que ela não ia se meter nisso". E continuou, "Tinha uma repórter da BAND, uma mocinha muito simples, e eu falei para ela: 'a gente está precisando que ele leia essa nossa carta'. Ela levou, ele leu o cartaz e fez sinal com o polegar".*

"- Quando eu voltei para junto do ônibus, o cara do sindicato perguntou assim: 'onde você estava?' Eu falei, 'está vendo aquele cartaz na mão do Governador? Viu aquele papel que ele colocou no bolso?' Pois é, aquilo lá é nosso." E concluiu envaidecido: "se eu tivesse tempo isso dava um livro".

Talvez pudesse passar despercebido no trecho final da entrevista, uma espécie de *by-pass*, que Janice deu, como ele mesmo se referiu, “no cara do sindicato”. O sindicato a que Duarte se referia era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STR Seção Magé. Na fase crítica da resistência da comunidade de Cachoeira Grande, o grupo buscou apoio no STR, que correspondeu, na medida em que já trazia uma relação consolidada com o grupo que antes estava na área do Incra, do *outro lado*. O STR auxiliou na condução do caso. É evidente que, para os ex-operários, a entrada em cena de mais esse ator social consubstanciou-se também como disputa, internamente, entre as *novas* lideranças e as já existentes.

Na sua representação, Janice conseguiu quase sozinho o objetivo do grupo, que era estabelecer o contato com o Governador. Apontou na ação que o membro do STR, só soube do êxito depois de consumado o fato. Essa distinção entre ex-operários e os “*que vieram depois*” ou, “*os que vieram do outro lado*” sempre foi uma divisa importante na identidade do grupo da APPCG, devo ressaltar.

A “memória dividida” (PORTELLI, 1996) em torno dos fatos desse período é uma constante. Há versões, versões e versões sobre um mesmo episódio, que cada um dos membros da comunidade vai transformando, sempre de acordo com o sentido que vê naquilo. O modo como Janice em sua memória interpreta esse período das lutas, flagrantemente privilegia o seu próprio lugar na narrativa, o que era até previsível.

No presente, um conflito interno na APPCG separa os que são partidários de que a Associação se conduza pela pauta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outros que preferem a Associação mais independente do Sindicato. O pessoal que se inseriu entre os posseiros de Cachoeira Grande defende uma ação mais engajada junto ao STR.

É essa polifonia, esse cruzamento de várias vozes, que vêm do passado pelo veio da história oral, que produz a grande riqueza das representações, independente de “verdades” e “mentiras”, a dimensão mítica da idéia produzida, somada à pluralidade fragmentada das diferentes memórias, além da escolha entre calar e revelar, ou decidir extrair do silêncio a lembrança, como se referiu Walter Benjamin, são aspectos de importância para se compreender como o grupo, no final das contas, define os contornos daquilo que viveu conjuntamente e que, em última instância, imprime-se em seu presente (Id. Ibid.).

Elaborar memórias de experiências vividas e classificá-las em suas referências cognitivas é, em última instância, atividade humana do plano individual. Entretanto, é da trama formada pelas lembranças de cada um, que vai-se tecendo um imaginário coletivo e animando o corpo social que, vivo, desloca-se e transforma-se no movimento da vida social.

O decreto 7955 de 28-12-1984 tornou a área de utilidade pública para fins de desapropriação. Somente o decreto 9068 de 16-07-1986 efetivamente regulamentou a desapropriação, mas o direito a permanecer nas terras ficara garantido pelo Estado já em 1984.

Assim como variam o teor e a interpretação daquilo que cada indivíduo resgata no passado, flutuam também as identidades com as quais o grupo de Cachoeira Grande se faz representar.

Para obter a posse dos lotes, eles discutiram a formação do Assentamento Rural de Cachoeira Grande. Hoje se autorreferem como agricultores familiares, e se dizem incomodados quando são classificados na categoria de assentados. A identidade de ex-operário da América Fabril, por seu lado, é extremamente valorizada internamente, na medida em que confere ao indivíduo o *status* de antigo, autêntico,

genuíno, puro, não-invasor, o que concede uma posição mais nobre em relação aos que juntaram-se ao grupo depois, já na época da luta, nos “anos rebeldes”.

“Nós não somos assentados. Nós já existíamos aqui. Nós éramos operários da Fábrica. Quando a América Fabril faliu, lá em Pau Grande, os operários receberam as casas como indenização. Eles ficaram donos de suas casas. Aqui não foi possível, porque essas terras aqui eram griladas pela Fábrica, não existia documentação das terras (Janice Duarte).”

O caso do Primeiro de Maio de 1984 na Quinta da Boa Vista rendeu assunto. Há ainda outros narradores nesse “campo de batalha homérico”, como se referiu Frédéric Jameson, do 1º de Maio: a imprensa escrita, por exemplo - por ironia e para desapontamento do sr. Janice - publicou a seguinte manchete no O Globo de 2 de maio de 1984: *“Primeiro de Maio de muita chuva e pouca política na Quinta da Boa Vista”*. A matéria da Editoria de Geral da mídia impressa de maior circulação no estado discorria sobre a festa do Dia do Trabalhador como tendo sido uma festa monótona e sem qualquer novidade.

O repórter pode ter considerado uma festa monótona, chuvosa e apolítica aquele Primeiro de Maio na Quinta, mas foi o dia mais político de toda a vida do sr. Janice e, além disso, no seu depoimento ele sequer mencionou a chuva. Tem razão, então, o poeta de olhos verdes, filho do historiador, que disse na letra de um samba: *“a dor da gente não sai no jornal”*, nem a alegria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das lamentações permanentes da modernidade se refere à perda de um passado melhor, da memória de viver em um lugar seguramente circunscrito, com um senso de fronteiras estáveis e numa cultura construída localmente, com o seu fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes (HUYSEN: 2000). No entanto, a própria memória da Humanidade nos confronta com histórias de genocídio e destruição em massa, que barram, *a priori*, qualquer tentativa de glorificar ingenuamente o passado.

Incorporar esse dado, o fracasso, que já nasce com o projeto, à análise dos projetos sociais é tarefa científica nos tempos pós-modernos. O que Freud descreveu como os processos psíquicos da recordação, recalque e esquecimento em um indivíduo, se aplicam também às sociedades contemporâneas. Há hoje uma “febre de memória”, um verdadeiro pânico social em relação ao esquecimento, como se fosse possível definitivamente evitá-lo. Não é. Entretanto, como na psicanálise, utilizam-se as lembranças selecionadas e a lida com os traumas e as culpas nas novas elaborações.

Expondo a trajetória dessa comunidade, os caminhos por ela trilhados e as escolhas que fez, foi possível fazer os exercícios de aproximação e distanciamento para pensar sobre os planos da vida coletiva e também sobre o que está em jogo naquele universo.

Pelas observações que realizei no trabalho de campo, a memória dos produtores assentados de Cachoeira Grande se constrói com as lembranças idílicas de abrigo e proteção à sombra de uma grande corporação, interpondo-se entre outras vivên-

cias, estas de dominação, acidentes, devastação ambiental, grilagem de terras, que configuram um protecionismo exploratório, em muito assemelhadas às características do patriarcado escravista, que marcaram fortemente as nossas *raízes agrárias* brasileiras.

Como tentei demonstrar, a memória da comunidade para os que viveram a experiência fabril transita entre sujeição às instituições, públicas e privadas, e lutas transformadoras por autonomia como agricultores familiares.

Para um segundo grupo, os “novos”, que “compraram” lotes no Assentamento, prevalece a memória do esforço da família por êxito na atividade autônoma, das expectativas por alguma certeza, definição e inscrição em determinado lugar, já como resultado de uma trajetória por fazer-se grupo. Para eles, juntar-se ao grupo da APPCG significa ampliar as possibilidades de ação e ter um pouco mais de acesso a oportunidades que podem trazer melhores condições de vida e trabalho.

Uma terceira categoria identificada na pesquisa, aqueles que se anexaram ao grupo durante o processo de regularização fundiária, é constituída por um somatório de histórias próprias, mais ou menos definidas por uma busca de pertencimento a algum local, busca que ainda se confunde entre as estratégias para contornar as adversidades do presente e a dificuldade em formular metas.

Em cada um desses grupos pode-se perceber os projetos próprios, explicitados nas imagens de si que estabelecem em oposição ao outro, em expectativas orientadas em direções diferentes, ou mesmo na sempre citada “dificuldade de participação” na APPCG. Essa dispersão é ainda mais perceptível no fato de projetos específicos desencadearem sempre novas agremiações, novos rearranjos na comunidade, novas entidades e novas lideranças. O grande grupo dos assentados não se “vê”

como grupo. Apesar disso, ainda existe pelo menos um interesse comum - no Alveamento - que, entretanto, ainda não deu origem a um projeto comum.

Além do patrão como referência de proteção e submissão, existem também outros agentes como referência de competição. É, certamente, difícil para os que serviram na América Fabril discernir entre as lutas comuns da coletividade e aquelas outras disputas pelas quais o indivíduo aprendeu a conquistar o seu bom lugar na "fila".

Como bem afirmou Pierre Bourdieu, "*discurso é poder*", e o que se verifica em Cachoeira Grande é a fragmentação dos discursos da APPCG em discursos que os subgrupos vão compondo no interior da comunidade. Esse mecanismo, claramente verificado na pesquisa de campo, reduz, provavelmente, o poder de atuação da Associação e as chances de êxito nas negociações e no trato com o círculo de relações externas da entidade. Não se trata propriamente de posicionamentos opostos, mas sim, de pontos de vista diversos. Os assentados estão longe de unificarem suas propostas de modo a tornarem suas ações eficazes.

Com esses relatos sobre a trajetória das famílias ligadas à APPCG, é possível observar uma pequena porção de memória que, dentre outras, instrui as identidades coletivas locais, formando um microcampo para observação de problemáticas maiores, que dizem respeito até à identidade nacional e ao processo do desenvolvimento social brasileiro.

Da fundação da Fábrica de Tecidos nas terras da Fazenda Pau Grande até a América Fabril S. A. pedir concordata em 1971, lá se foi quase um século de modernização, de *Modernização Conservadora Brasileira*. Conservadora especialmente em razão da preservação das relações já anteriormente estruturadas em termos sociais, políticos e econômicos. Como afirma Caio Prado Jr. em seu livro *A*

revolução brasileira: “o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua ainda muito semelhante” (PRADO JR.: 1966).

É inevitável aqui a clássica crítica à modernização brasileira conservadora, por terem-se preservado também, além da estrutura social, as relações arcaicas no trabalho. Na base do questionamento que Caio Prado fez quando reavaliava o processo brasileiro, em 1977, ele afirmava: “- É certo que deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a ‘casa grande e senzala’ do passado, para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arrranha-céu; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau-a-pique, mal disfarçados aqui e acolá, por aquele moderno em que minorias dominantes e seus auxiliares mais graduados se esforçam, com maior ou menor sucesso, por acompanhar aproximadamente o trem da vida, a civilização dos nossos dias”.

Como bem comentou também José de Souza Martins sobre esse processo que perpassou todo o século XX, “tratou-se de uma incongruência, porque o nosso desenvolvimentismo propugnou o moderno sem propugnar a modernidade, empreendeu fazer parecer modernas aquelas estruturas sociais vigentes, suportadas pelo modelo sócio-político conservador, que só fizeram aprofundar as grandes desigualdades sociais (Cf. MARTINS: 2000 e PRADO JR: 1978).

Na história comparada, na tradição das explicações macrosociais a que usualmente se recorre para a colocação do problema da modernização, sempre estiveram presentes as associações entre economia e política: atraso econômico e estruturas agrárias, classes urbanas e revolução burguesa, ideologias modernizantes e industrialização, política e remodelações institucionais (SANTOS: 1996). Isso ficou ainda mais evidente pelo “economicismo” predominante no mundo contemporâneo. Como afirmou Anthony Giddens, um grande equívoco se mostrou com o tempo: a suposição de que o desenvolvimento econômico, o

equilíbrio político e a organização social transcorreriam simultaneamente de modo equilibrado e sem assimetrias (GIDDENS: 1995).

Em meados do século XX, na modernização por que passou o país, o político e o social permaneceram congelados pelo autoritarismo enquanto a economia disparava no sentido da criação do livre mercado, do fortalecimento do indivíduo consumidor e do descompromisso do Estado com o bem-estar social.

Na primeira fase da modernização brasileira, as oligarquias rurais regionais, estenderam seu capital e formaram a burguesia industrial. Juntas formavam a sustentação de um Estado que lhes representava os interesses diante das classes subalternas. Essa foi a base política da Modernização Conservadora Brasileira. Os senhores das terras eram também senhores na política ou tinham grande influência sobre ela. Por continuidade, tornaram-se também donos dos meios de produção industriais na estrutura capitalista brasileira.

No Brasil, *"los de abajo"*, quando escravos, trabalhavam nas fazendas sem remuneração, reificados. Depois, libertos, mas pela falta de outra opção, permaneciam a serviço dos proprietários das terras. Quem seriam, então, os operários do século XX? Os operários da modernidade no Brasil são os herdeiros da condição social da população escrava, condição que perdurou, na sua configuração essencial - de apropriação da força de trabalho e da vida privada de outro - aqui e ali, todos sabemos, até pelo menos meados do século XX no Brasil.

Todo esse processo aqui relatado, talvez permita conhecer parte do contexto, o pano de fundo das mudanças ocorridas em Cachoeira Grande nessa virada de século. De 1971 até 1983, a empresa foi gradativamente encerrando suas atividades. Sem condições, em pleno "milagre econômico brasileiro", de acompanhar a evolução da tecnologia têxtil. A AF foi incapaz de sustentar a com-

corrência com o parque industrial paulistano, que recebia os vultuosos investimentos do capital que migrava da agricultura para a indústria desde a crise do café.

A AF, por sua vez, já vinha substituindo os investimentos na expansão industrial por outros, no mercado imobiliário. Quando o Grupo América Fabril fechou as portas, muitos dos terrenos onde se situavam as fábricas valiam bem mais do que as próprias empresas, como foi o caso da unidade da rua Pacheco Leão, no Jardim Botânico, área da Zona Sul do Rio de Janeiro que se valorizou muito nas últimas décadas.

Os problemas da modernização brasileira repercutiram nos comportamentos individuais: as relações, como apontei no *capítulo 8*, marcadas pela tradição da desmobilização, e o modo como essas relações se projetam no plano social podem ser observados. O professor Luiz Werneck Vianna, referindo-se aos estragos do período pós-1964, comentou: *"mais do que os desastres econômicos, derivados em grande parte de uma estratégia equivocada para agir na nova circunstância dos negócios no mundo, 1964 importou uma verdadeira hecatombe política e ético-moral no tecido social, aprofundando a tradicional atitude na população de indiferença à política, dificultando, pela perversão individualista, a passagem do indivíduo ao cidadão (...) por essa lógica separou-se drasticamente a esfera do público da esfera do privado, ensejando o aparecimento de uma cultura política em que o indivíduo via como estranho tudo que não fosse o seu interesse particular imediato"* (VIANNA: 1986). As palavras do Prof. Werneck Vianna convergem para o mesmo ponto que a opinião manifestada por Deocacil Luciano, presidente da APPCG, quando este se referiu ao baixo índice de participação da comunidade na Associação, o que eu, da minha parte, também tomei como indício para a investigação que realizei.

Embora tenham sido momentos importantes da vida brasileira no século XX, tanto o golpe contra-revolucionário de 1964 quanto a instauração do Estado Novo, em 1937, não se imprimiram na memória nacional como ruptura nas relações sociais de dominação, ambos, ao contrário, apenas tornaram-nas mais complexas pela coerção dos poderes institucionais e pela expectativa de compatibilização entre os interesses modernos do industrialismo e as oligarquias agrárias tradicionais.

As chamadas ideologias desenvolvimentistas estiveram em questão durante o século XX. O pensamento social brasileiro, compondo o imaginário pré-64, orientava-se por idéias evolucionistas e que opunham desenvolvimento e atraso de modo maniqueísta e situavam, como numa espécie de "ideário do progresso", na industrialização e na mecanização da produção, o caminho para o desenvolvimento brasileiro.

O quadro-a-quadro que se viu em Cachoeira Grande e o que a cronologia que apresento no *Anexo 2* mostram é um processo que induz a interpretar que a falência da América Fabril está para o fracasso da Modernidade, assim como a emergência de um assentamento agrícola, de um projeto comunitário e associativo está para a Pós-Modernidade.

O projeto de desenvolvimento brasileiro - especialmente no âmbito do desenvolvimento social - ruiu. Onde havia escola noturna e serviço médico há oitenta anos atrás, agora não há mais. A ferrovia foi desativada, dando lugar a uma rede rodoviária de transportes cara e precaríssima. Os exemplos nesse sentido são incontáveis. Além desses, há inúmeros outros indicadores de que a qualidade de vida e o índice de desenvolvimento humano em Cachoeira Grande tenham se reduzido muito. O que se verificou com o fechamento da Fábrica, foi o esgotamento de uma situação socioambiental bastante baseada em relações exploratórias, foi a definitiva comprovação da insustentabilidade do modelo de

desenvolvimento que deu o tom da modernização em quase todo o mundo (DEAN: 1995 e POLANYI: 2000).

A melhoria na qualidade de vida em Cachoeira Grande não foi progressiva, mas também, e simultaneamente - como se um se engendrasse do outro -, emerge do fracasso do empreendimento AF, uma ação emancipatória na "sociedade civil organizada", como se diz atualmente.

Embora mais lento do que gostaríamos, um processo de transformação social, fundado em novos valores de desenvolvimento, está em marcha em Cachoeira Grande e em muitos outros pontos do país. O sentido de tais mudanças é nítido, as práticas mostram iniciativas cada vez mais freqüentes de grupos sociais, nem sempre bem sucedidas, é verdade, ou ainda não suficientemente sucedidas, mas sempre pautadas pelo associativismo.

Eisenstadt em seu livro *Revolução e a transformação das sociedades* (EISENSTADT: 1979), considerava essencial para o entendimento da Idade Moderna a idéia de que ela é precedida e iniciada com uma série de grandes revoluções¹ e acontecimentos que continham em si a mensagem revolucionária. Eisenstadt, assim como outro estudioso das revoluções, Barrington Moore Jr., observaram que o terreno simbólico político e ideológico do mundo moderno foram profundamente influenciados por essas grandes revoluções.

Como Marx aponta no *Prólogo da Contribuição à Crítica: "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. (...) Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais do que*

¹ A Grande Revolta (1640-1660) e Revolução Gloriosa (1688) na Inglaterra, a Revolução Americana (1761-1776), a Revolução Francesa (1787-1799), a Comuna de Paris (1870-1871) ou as Revoluções Russa (1917-1918) e Chinesa (1911-1948).

a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em travas para esse desenvolvimento e assim se abre uma época de revolução social". (MARX: O capital, v. I)

Um pensamento, uma inteligência, um *intelecto coletivo* - expressão do próprio Marx -, uma ideologia, ou como quer que desejemos chamar essa força emancipatória, vai-se formando, repolitizando o cotidiano e promovendo uma reorganização da sociedade, porque esta é viva e reage organicamente ao que a ela se aplica.

A tensão entre submeter-se à regulação ou emancipar-se, para além dos comportamentos individuais, se confirma na história social através dos movimentos populares. Como abordei no capítulo 3, os *Cartões do Trabalhador* mostraram que a subversão da ordem é uma ação humana natural e necessária. Como que por uma fresta de luz, subjaz no arquivo da AF a *outra* informação: superando a ordem institucional imposta, um projeto emancipatório era latente na América Fabril, assim como o é ainda em toda a sociedade, e como o é também no interior de cada indivíduo.

O Assentamento Estadual de Cachoeira Grande é um produto das transformações sociais ocorridas nos últimos tempos no Brasil e até no mundo. Essas mudanças incluem o uso e a propriedade da terra, o trato dos recursos naturais esgotáveis, na forma do trabalho, na mobilização popular e na ação das instituições como um todo.

Fortalecendo esse movimento emancipatório, somaram-se nas últimas décadas novas vozes de diversos setores do mundo público institucional: em especial as organizações não-governamentais, a rede mundial de cooperação, a Contag, a

Igreja Católica, por meio da CPT, e a Academia, que na figura das universidades públicas, estaduais e federais, vem fazendo intervenções extremamente necessárias ao fortalecimento dos núcleos assentados de produção agrícola familiar. Até o MST tem seu papel, ao ser mencionado nas entrevistas como referência identitária para a comunidade, ainda que Cachoeira Grande seja um assentamento estadual e não tenha relação direta com a Reforma Agrária promovida pelo Governo Federal.

No Brasil, a despeito do desenvolvimento tecnológico verificado na grande produção rural em moldes capitalistas nas últimas décadas, o debate em torno da necessidade de uma reorganização socioeconômica no campo permanece, e permanece porque também perduram entre os trabalhadores e a população mais pobre as carências de condições básicas de trabalho e sobrevivência.

É fundamental para o Brasil da atualidade o entendimento da Agricultura Familiar como formato de produção socialmente adequado às necessidades do país. Mais fundamental ainda é que o Estado reconheça as variadas configurações da Agricultura Familiar para melhor adequar as políticas públicas à categoria social à qual se destina.

Se, de um lado, há, nas comunidades, expectativas de ações provedoras e reguladoras do Estado, por outro, há a crítica freqüente de que suas intervenções são tardias, insuficientes, cerceadoras e muitas vezes ineficazes. No caso de Cachoeira Grande 90% dos assentados afirmaram não ter acesso à assistência técnica dos órgãos do governo. A formação de novas dinâmicas de relações e o surgimento de novos atores vêm, ao que parece, reorganizando gradativamente a sociedade em função de novas práticas, perceptíveis até pelo compromisso de todos, inclusive do poder público, com prioridades no desenvolvimento humano e social.

Segundo Boaventura Sousa Santos (SANTOS: 2000), na relação Estado-sociedade civil, a rápida formação e o crescimento do terceiro setor nas últimas décadas fizeram aumentar a pressão sobre o Estado, que parece não dar conta do seu papel de tamanha abrangência, sendo engolido pelo seu *outro* organizado nos movimentos sociais, como se este tomasse o papel do Estado para desempenhar.

Confirmando a opinião de Sousa Santos, a figura 52 mostra um bom exemplo da ação ineficaz - porque equivocada - do Estado, quando a SEAF distribuiu no Assentamento de Cachoeira Grande uma cartilha para divulgar a proposta da criação da Coopergrande. No folheto, a figura do assentado foi apresentada por meio do caipira "Zé Toucinho", para divulgar a idéia da cooperativa. A proposta da Coopergrande, por razões que parecem evidentes, nunca saiu do papel.



Vamos relacionar algumas das finalidades da COOPERGRANDE:

- Geração de empregos;
- Aproveitamento da mão-de-obra ociosa;
- Treinamento da mão-de-obra;
- Aumento da renda familiar.

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE



Na realidade, o grande objetivo e importância da cooperativa, é que ela se propõe a ajudar os seus membros (cooperados) a encontrarem o trabalho mais adequado a seus gostos e aptidões, mas respeitando sempre as diferenças individuais.

A cooperação não exclui o interesse pessoal, muito ao contrário, é através dela que os cooperados percebem que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual, na busca da satisfação de suas necessidades.



Fig. 52 - Páginas da cartilha distribuída pela SEAF-Rj aos assentados de Cachoeira Grande. Cachoeira Grande, 1994.

Certa vez, uma colega de curso brincou: "Meu objeto de estudo é vivo e se move!". Cachoeira Grande e sua comunidade também são vivas, móveis e mutantes, de tal modo que eu não poderia aqui apresentar qualquer reflexão conclusiva. Nestas *Considerações Finais*, apenas destaquei alguns pontos relevantes identificados e procurei mostrar que comunidades como Cachoeira Grande vêm se transformando. Felizmente, as instituições também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Imagens do pensamento*. In: Obras escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 4. ed. 2001.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa. 1998.
- CARNEIRO, Maria José. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa*. In: Moreira, Roberto José e Costa, Luiz Flávio de Carvalho. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad. 2002.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. Das Letras. 4. ed. 2002.
- EISENSTADT, S. N. *Revolução e a transformação das sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1979.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John L. . *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.
- ESCOBAR, Arturo. *El lugar de la naturaleza y el naturaleza del lugar: globalizacion o postdesarrollo*. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*,

perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org.). Buenos Aires: Clacso - Unesco. 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Mais! "O historiador globalizado"*. São Paulo: 01/09/2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FREYRE, Gilberto. *Rurbanização, o que é?* Recife: Editora Massangana. Fundação Joaquim Nabuco. 1982.

GARCIA JR., Afrânio. *A sociologia rural no Brasil: entre escravos no passado e parceiros no futuro*. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ. 2003.

GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: Modernização reflexiva. São Paulo: Unesp. 1997.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp. 1995.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp. 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 26. ed. 1995.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa 1.0*. Cd-rom. 2001.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político, a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática. 1992.

KONDER, Leandro. *História dos intelectuais nos anos cinqüenta*. In: Freitas, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva* São Paulo: Contexto. 2001.

LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1990.

- LEITE, Sérgio. *Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais*. In: Estudos Sociedade e Agricultura. n. 21. Outubro, 2003.
- LINHARES, Elizabeth et al. *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2002.
- LOPES, José Sérgio Leite et al. *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero. 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec. 2000.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1.
- MAUAD, Ana Maria. *História, iconografia e memória*. In: Von Simson, Olga Rodrigues de Moraes (org.) *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Unicamp. 1997.
- MEDEIROS, Leonilde. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD. 2002.
- MOORE JR., Barrington. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1983.
- MOREIRA, Roberto José. *A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA*. In: *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: CPDA. 2002.
- MOREIRA, Roberto. *Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade*. In: *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA. 2003.
- NOVICKI, Victor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: Primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ. Dissertação de Mestrado. 1992.

- PÁDUA, José Augusto e Lago, Antonio. *O que é ecologia?* São Paulo, Brasiliense. 9. ed. 1989.
- PÁDUA, José Augusto. *Desenvolvimento humano e meio ambiente*. In: Rech, Daniel (org.). *Direitos Humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad. 2003.
- PINTO, Wilson J. *Magépe-mirim: a lenda da Cidade de Magé*. Rio de Janeiro: s. ed. s. d.
- POLANYI, Karl, *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 6. ed. 2000.
- PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val Di Chiana*. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 4. ed. 2001.
- PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 6. ed. 1978. p. 240.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp. 1978.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. São Paulo: Paz e Terra. 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez. Ed. 7. 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez. 3. ed. 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: *Identidades, estudos de cultura e poder* (org. Feldman-Bianco, Bela et alii.). São Paulo: Hucitec. 2000.
- SANTOS, Raimundo. *Modernização e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1996.
- SANTOS, Renato Peixoto dos. *A saga dos Ullmann. História da cidade de Magé (1870-1950)*. Rio de Janeiro: s. ed. s. d.
- SANTOS, Renato Peixoto. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: s. ed. s.d. 1957.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil*. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2001.

SINSOM, Olga von. *Som e imagem na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: reflexões de pesquisa*. In: Anais do seminário Pedagogia da imagem, imagem na pedagogia. Niterói: UFF. 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra. 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de Toledo. *Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB*. In: Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense. 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. 1964. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA. 1994.

WEID, Elizabeth von der; Bastos, Ana Maria Rodrigues. *O fio da meada, estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/ Confederação Nacional da Indústria. 1986.

Fontes

Arquivo Cia. América Fabril;

Arquivo Geral da Cidade;

Arquivo Nacional;

Biblioteca Nacional – Divisão de Iconografia, de Obras gerais e Periódicos;

Fundação Casa de Rui Barbosa;

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000;

Inventário dos bens culturais do Município de Magé. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado do Rio de Janeiro para desenvolvimento da Região Metropolitana e Fundação Roberto Marinho;

Jornal A Voz do Trabalhador;

Jornal do Brasil (1971/1984);

Jornal O Globo (1971/1984).

Pesquisa Assentamentos Rurais em Perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental (Profs. Afrânio Garcia Jr., EHESS-Paris; Leonilde Medeiros e Sérgio Leite, CPDA-UFRRJ; e Mario Grynszpan CPDOC-FGV e Depto. História-UFF; entre outros).

Sites

www.seop.org.br

www.guiadepacopaiba.com.br

www.ibge.gov.br

www.riodejaneiro.gov.br

ANEXO I

Estatuto da APPCG

Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE CACHOEIRA GRANDE - 6º DISTRITO DE MACÉ

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, FORO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE CACHOEIRA GRANDE, 6º DISTRITO DE MACÉ-RJ, criada em 11 de setembro de 1985, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por pequenos produtores

Art. 2º - A A.P.P.C.G. terá como foro a cidade de Macé-RJ

Art. 3º - A área que a Associação representará será, inicialmente, aquela desapropriada pelo governo do Estado, conforme Decreto nº 7955, de 23 de dezembro de 1984.

§ Único - A inclusão de pequenos produtores de áreas vizinhas, será decidida em Assembléia Geral, por proposta encaminhada a diretoria.

Art. 4º - A Sede da Associação será sempre em Cachoeira Grande, na área mencionada no Art. 3º, deste Estatuto.

Art. 5º - A A.P.P.C.G. regular-se-á pelos presentes Estatutos por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES:

Art. 6º - A. A.P.P.C.G. tem por finalidade promover o bem-estar integral das famílias dos pequenos produtores sem qualquer discriminação de índole religiosa, racial ou econômica, através:

) do aperfeiçoamento da produção agropecuária e industrial e comercialização de seus produtos;

) do melhoramento da infra-estrutura física dos transportes, da saúde, da educação e convivência social em geral.

Art. 7º - Para o cumprimento de suas finalidades a A.P.P.C.G. estimulará a participação ativa e organizada de todos os seus membros, na realização de atividades de natureza diversa, a saber:

) de caráter técnico, promovendo a incrementação da produtividade e rentabilidade da produção agropecuária e industrial;

) de caráter social, promovendo o conagraamento, a cooperação e ajuda mútua entre seus membros;

) de caráter educativo, promovendo a integração escola-comunidade, divulgando formações e conhecimentos e contribuindo para o aprimoramento da cultura em geral.

d) de carácter reivindicatório, lutando coletivamente pela defesa dos direitos interesses de seus membros.

Art. 8º - Para facilitar o desempenho de suas atividades, a A.P.P.C.G. fará esforços para:

- a) Manter uma sede social para uso e gozo de seus sócios;
- b) construir ou habitar locais aptos para a comercialização dos produtos das associações e organização de feiras, exposições e concursos;
- c) estabelecer acordos, convênios ou contratos, com pessoas jurídicas de direito público ou privado para oferecer aos associados assistência técnica (agropecuária e industrial), assistência jurídica, assistência médica e assistência educativa.

Art. 9º - A A.P.P.C.G., no cumprimento de suas finalidades não se envolverá em atividade de carácter político-partidário.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E RENDAS:

Art. 10º - O patrimônio da Associação será constituído por bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir por compra, doações, permutas ou de outras formas legais.

§ Único - A alienação dos bens patrimoniais depende de prévia autorização da Assembleia Geral.

Art. 11º - As rendas da entidade serão provenientes de contribuições sociais, subvenções, auxílios, donativos, juros, aluguéis, dividendos, resultados de campanhas financeiras, exposições, bem como atividades eventualmente exploradas pela entidade.

§ Único - A manutenção dos serviços será garantida com as rendas citadas no artigo anterior, devendo o saldo reverter para o patrimônio.

CAPÍTULO IV

DA SÓCIOS:

Art. 12º - O quadro social é constituído pelos sócios das seguintes categorias:

1) Sócios fundadores: São todos aqueles que participaram da reunião realizada em 1 de setembro de 1985 e que assinaram a Ata de Fundação;

2) Sócios Efetivos: São todos aqueles que, observadas as condições previstas, ingressarem na Associação após a aprovação do Estatuto, pagarem taxa de manutenção mensal fixada pela diretoria em Assembleia Geral e que sejam pequenos produtores rurais, com residência efetiva na área especificada no Art. 1º.

CAPÍTULO V

DE DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS:

Art. 13º - São direito dos sócios quite com a Associação desde que tenha idade legal ou superior a 18 anos;

- d) fazer conferência
- e) Beneficiar-se dos serviços da Associação;
- f) Fazer consultas, pedir informações, apresentar sugestões, propostas ou reivindicações a qualquer órgão da Associação;
- g) Pedir a convocação da Assembléia Geral Extraordinária nos termos do Artigo 19º deste Estatuto.

Art. 14º - São deveres dos sócios:

- a) pagar a contribuição que fôr fixada pela diretoria e em Assembléia Geral;
- b) trabalhar em prol dos objetivos da Associação;
- c) respeitar os dispositivos e regulamentos da Associação
- d) zelar pelo decore e bom nome da Associação, bem como pela conservação de seus bens.

Art. 15º - Os sócios estão sujeitos a penas de advertência, suspensão, eliminação, aplicáveis pela diretoria.

§ Único - Os sócios penalizados poderão interpor recursos de acordo com o estatuído na letra g do Artigo 13º do presente Estatuto.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO:

Art. 16º - São órgãos da Administração:

- I - Assembléia Geral
- II - Diretoria
- III - Conselho Fiscal

I - DA ASSEMBLÉIA GERAL:

Art. 17º - A Assembléia Geral, soberana em suas resoluções no que não contrariar dispositivos legais e a estes Estatutos é o órgão de manifestação coletiva dos membros da sociedade e deliberará por maioria de votos.

Art. 18º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á pelo menos duas vezes por ano:

- a) para tomar conhecimento do relatório do presidente;
- b) discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre prestação de contas;
- c) discutir e resolver quaisquer assunto de interesse a APFCC.

Art. 19º - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será sempre realizada em virtude de convocação do presidente a requerimento da diretoria ou ainda de um terço (1/3) dos sócios no pleno gozo de seus direitos.

§ 1º - Da convocação da Assembléia Geral Extraordinária deverão constar os motivos que a determinaram e os assuntos que devem se tratar.

§ 2º - Na Assembléia Extraordinária é vedada a discussão de matéria estranha á convocação.

Art. 20º - A convocação da Assembléia Ordinária ou Extraordinária será feita pelo menos com dez (10) dias de antecedência, por meio de Circular ou Edital.

1) cumprir e fazer cumprir as determinações da diretoria;

Art. 31º - compete ao vice-presidente substituir ao presidente nas suas faltas, impedimentos, renúncia, falecimento ou perda de mandato.

§ Único - O vice-presidente exercerá também as funções de diretor do patrimônio da Associação.

DO SECRETÁRIO:

Art. 32º - São atribuições do secretário:

- a) lavrar e sub-escrever as atas das reuniões da diretoria;
- b) organizar e manter os serviços da secretaria;
- c) organizar um serviço de informações e de pagamento de impostos e outras obrigações tributárias.

DO TESOUREIRO

Art. 33º - São atribuições do tesoureiro:

- a) arrecadar taxas de inscrições, mensalidades, contribuições e demais rendas da APTCC, assinando os respectivos recibos;
- b) Assinar com o presidente os cheques e demais papéis relativos a movimento de valores;
- c) organizar o balanço semestral e os inventários financeiros e patrimoniais da Associação;
- d) pagar despesas autorizadas pela diretoria;
- e) prestar os esclarecimentos solicitados pela diretoria e Conselho Fiscal no seu setor.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 34º - Os membros da diretoria e do conselho fiscal exercerão gratuitamente suas funções, sem direito a remuneração ou benefícios seja a que título for.

Art. 35º - Os presentes estatutos poderão ser reformados em sessão da Assembleia Geral Extraordinária, para este fim especialmente convocada, com a presença de pelo menos dois terços (2/3) dos sócios na primeira convocação e qualquer número na segunda, sendo que as deliberações devem ser aprovadas por 2/3 dos sócios presentes.

Art. 36º - A APTCC será dissolvida quando assim deliberar a Assembleia Geral Extraordinária, para este fim especialmente convocada e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sócios na primeira convocação e de 1/3 (um terço) dos sócios na segunda convocação.

Art. 37º - Deliberada a dissolução, o patrimônio e fundos sociais terão os destinos previstos em lei.

Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

Art. 39º - A primeira diretoria e conselho fiscal, serão eleitos pela Assembléia de fundação da Associação e aprovação deste estatutos.

§ 1º - Esta diretoria será empossada imediatamente.

§ 2º - Caberá a diretoria legalizar a existência da Associação.

Art. 40º - Os primeiros 50 (cinquenta) sócios efetivos só serão admitidos após análise e aprovação pela diretoria e conselho fiscal, do pedido de inscrição.

Eu, Fernando da Silva Corrêa, secretário, após aprovação em Assembléia no dia 10/09/85, lavrei o presente Estatuto que vai por mim assinado e pelos demais presentes.

Cachoeira Grande, 11 de setembro de 1985.

FERNANDO DA SILVA CORRÊA

Fernando da Silva Corrêa

Salmeri Cabral da Silva

Joana D'Arc de R. Corrêa

Luiz Duarte

(José Luiz de Souza)

Adriano de Andrade

Adriano de Andrade

Antônio Cláudio de Paula Costa

Jeremias Calvo da Silva



CARTÓRIO 3º OFÍCIO REGISTRO	
PRIVATIVO DO REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Edifício do Fórum - Sala 10 - Tel. 733-0234	
O presente documento foi registrado em 11/09/85	
para registro	
PROT. Nº 10.000/85	<i>10.000/85</i>
TRANSLADO Nº 10.000/85	<i>10.000/85</i>

ANEXO II

Cronologia

- 1878 - Construção da Fábrica de Tecidos de Pau Grande, à base de energia hidráulica.
- 1880 - Dessecamento do solo da Fazenda Pau Grande por cultivo da cana em parceria
- 1882 - Total de 150 operários na Fábrica de Pau Grande.
Início da produção de fios.
- 1885 - Pau Grande Ltda. Transforma-se em sociedade anônima: Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande.
- 1889 - Construção da Fábrica de meiaría.
Início do cultivo da cana em paralelo à atividade fabril.
A CAF abre uma fábrica de correia de sola.
- 1890 - Construção da Estrada de Ferro a Fábrica de Pau Grande à Raiz da Serra.
Compra de terras contíguas à Fazenda Pau Grande.
Termina a ampliação da fábrica de tecidos.
Há registros da criação do Armazém da Fábrica de PG.
- 1891 - A Cia. América Fabril monta o engenho aguardente.
Construção da Capela Sant' Ana.
- 1892 - Olaria do Grupo AF em atividade.
A Cia. Pau Grande torna-se Cia. América Fabril
- 1894 - O engenho de aguardente é ampliado.
- 1895 - Total de 530 operários na Fábrica de Pau Grande.
- 1896 - América Fabril compra Fazenda Cachoeira.
- 1897 - Fazenda Cachoeira aumenta volume de água.
- 1900 - Nova turbina na Fábrica de Pau Grande.
A Cia. América Fabril S. A. adquire outras unidades industriais no início do século XX.

- 1903 - Dois reservatórios de Água na Fábrica/Fazenda PG.
- 1911 - Ampliação da tecelagem da AF.
Criação da farmácia da Fábrica.
- 1912 - Instituído o horário escolar noturno em Pau Grande como alternativa para os trabalhadores e seus familiares. A Cia. América Fabril mantinha integralmente a escola.
- 1915 - Aumenta número de Poços Artesianos na região de Pau Grande.
- 1918 - Construção da Nova Capela Sant`Ana pela América Fabril.
- 1919 - Criada associação dos operários de PG de cunho mutualista (AOAF)
- 1920 - Primeiro auxílio da Cia. América Fabril à AOAF
Política patronal, inclui-se PG, reduz jornada de 10 para 8h/dia.
Primeira referência no arquivo da CAF a acidentes de trabalho.
Exportação de tecidos. Concorrência com europeus no mercado externo.
- 1921 - Vila de colonos e operários: 208 casas. 89% dos operários da Fábrica e trabalhadores em geral residiam nas terras da CAF.
CAF abre uma fábrica de polvilho.
América Fabril abre a 2ª olaria.
Terras saneadas aproveitadas para cultivo de cereais e criação.
A Cia. América Fabril centraliza as relações com o operariado de todas as suas unidades.
Primeira referência nos arquivos da CAF a pagamento de indenização por acidente de trabalho.
- 1922 - Construção da estrada de ferro da Fábrica à Fazenda Cachoeira (9km)
10.000m de valas de dessecamento entre a Pau Grande e a Fazenda Cachoeira.
Vila de colonos e operários: 223 casas.

- O diretor do Serviço de Profilaxia Rural visita a Fábrica
Levantamento da planta do rio Cachoeira: projeto de usina hidrelétrica.
- 1923 - Crise Administrativa muda toda a diretoria CAF.
- 1924 - Vila de colonos e operários contava 235 casas.
- 1926 - Inauguração do novo prédio da fábrica de tecidos.
Crise torna jornada de trabalho reduzida a 3 dias/semana.
A CAF contrata seu primeiro empréstimo no exterior: Londres, 700 L.
- 1929 - Energia elétrica, usina própria da Fábrica de Pau Grande.
- 1950 - Na década de 50 encerraram-se as atividades da Linha Férrea que ligava a Fábrica de Pau Grande à Fazenda Cachoeira Grande.
- 1963 - Decretada a desapropriação das glebas América Fabril e Conceição de Suruí¹.
Concentra-se a chegada de lavradores em busca de terra e trabalho. Eles vinham de MG, norte do RJ e principalmente do Espírito Santo, desempregados pela crise na cafeicultura.
- 1968 - América Fabril tenta retomar suas terras desapropriadas em benefício dos posseiros e pelas quais não recebeu pagamento, e dá-se o segundo despejo.
- 1970 - Os conflitos em torno da terra se intensificam.
Posseiros de Conceição de Suruí conseguem a desapropriação das terras que ocupavam com o apoio do sindicato local e da FETAG/RJ.
- 1971 - Fechado o Alveamento de Cachoeira Grande.
- 1978 - Controle do patrimônio da AF passa ao Banco Central. A Fábrica de Pau Grande é desaparelhada e demolida.
- 1981 - América Fabril entra em liquidação.

¹ Conceição de Suruí não pertencia à América Fabril, mas a grileiros vizinhos.

- 1983 - AF encerra definitivamente suas atividades em todas as unidades fabris.
- Alteração do Plano Diretor do Município, que transformou a área de Cachoeira Grande em área de expansão urbana.
- 1983-1987 - Primeiro Governo Leonel Brizola.
- 1984 - Em 27 de dezembro é assassinado o sr. Josino Simões, membro da comunidade de Cachoeira Grande.
- 1985 - Em 11 de setembro é fundada a Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande, cujo primeiro presidente foi o sr. Janice Duarte
- Chegam os primeiros equipamentos para o trabalho agrícola.
- Início das disputas internas que perduram até hoje em torno do patrimônio coletivo do grupo.
- 1987 - Os trabalhadores receberam termo de cessão de uso da terra por 10 anos. As 23 famílias mais carentes do Assentamento receberam insumos para o preparo do solo.
- 1988 - Compra de equipamentos para uso coletivo. Doação em dinheiro da LBA para a compra de um trator e um caminhão usados. Nesse mesmo ano, 39 famílias obtiveram recursos do Procerá para a compra de microtratores, custeio da produção e plantio de lavouras permanentes.
- 1994 - 60 famílias receberam Ba Concessão de Direito Real de Uso por 70 anos, que pagaram em seis prestações.
- 1994 - Fundada em 14 de dezembro por 45 assentados, conforme documento da SEAF, a Coopergrande, Cooperativa Mista de Trabalho e Serviço de Cachoeira Grande,.
- 1996 - Instituída sindicância para apurar no Assentamento, entre outras fatos, o sucateamento do equipamento agrícola adquirido em

- 1994, bem como da cozinha industrial, que jamais chegou a ser montada.
- 1996 - Projeto coletivo para obter um caminhão, um trator e alguns microtratores, mas caiu em exigência, porque a proposta tinha que vir através de uma cooperativa.
- 2000 - 60 famílias assentadas receberam recursos do Pronaf.
- 2001 - Criada em 31 de janeiro a Cooperativa dos Produtores Rurais do Município de Magé, formada por 29 cooperados, sendo 8 de Cachoeira Grande e incluindo a participação de outros assentamentos do Iterj e também do INCRA (Vala Preta). A fundação da Cooperativa teve o apoio do SEOP, ONG sediada em Petrópolis.
- 2001- Assentados renegociam suas dívidas no Procerá com o Banco do Brasil.
- 2001-2002 - Realização da Pesquisa *"Assentamentos Rurais em perspectiva Comparada"*.
- 2003 - Reeleição de Deocacílio Luciano na presidência da APPCG, com toda a sua diretoria.